

LUCIANA SOUZA DE ARAUJO

O MODELO JURÍDICO MODERNO
E A APREENSÃO DO FENÔMENO COOPERATIVO:
da síntese de uma crise regulatória ao anúncio de perspectivas emancipatórias

CURITIBA

2007

LUCIANA SOUZA DE ARAUJO

O MODELO JURÍDICO MODERNO
E A APREENSÃO DO FENÔMENO COOPERATIVO:
da síntese de uma crise regulatória ao anúncio de perspectivas emancipatórias

Dissertação apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de Mestre em Direito, no
Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de
Ciências Jurídicas, Universidade Federal do
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena

CURITIBA

2007

TERMO DE APROVAÇÃO

LUCIANA SOUZA DE ARAUJO

O MODELO JURÍDICO MODERNO

E A APREENSÃO DO FENÔMENO COOPERATIVO:

da síntese de uma crise regulatória ao anúncio de perspectivas emancipatórias

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Paraná - UFPR, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Cesar Antonio Serbena

(Universidade Federal do Paraná)

Prof. Dr. Celso Luiz Ludwig

(Universidade Federal do Paraná)

Prof. Dr. Francisco Quintanilha Vêras Neto

(Fundação Universidade Federal de Rio Grande)

Curitiba, 10 de Setembro de 2007.

*Para
Carlos Alberto de Souza,
exemplo de vida e superação*

*Para
Zelir Barbieri de Souza,
pelas doces lembranças da infância*

*e ao 'Pipo'
por me fazer sempre criança!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a minha família, Eliane, Pedro, Elaine e Pipo, por se fazer presente - mesmo à distância, agradeço o apoio e a confiança. Também ao Vô, Bela, Silvana e Júnior, por tornarem maior a nossa família. Ao André, que esteve comigo em muitos momentos desta etapa e em tantas outras, agradeço as rosas. A família Viana, particularmente a Telma, pelo exemplo obstinado na luta e na prática pela conscientização de muitos sujeitos negados. Outra família especial, que me fez sentir integrante: agradeço a Gil, Cícero, Gabriel e ao esperado Mateus.

Aos amigos, sempre incentivadores, Lu Carla, Marco, Bi, Fernando, Adriana, Leandro, Lu, Allan, Giovana, Cris, Paulo Fornazari. Àqueles que compartilharam comigo o período de seleção no mestrado, pelo apoio e compreensão nas ausências, agradeço ao Dr. Guy, Adriana, Nino e Giovana. Aos amigos que encontrei em Curitiba, Ben-Hur, Marta, Bruninha e família; Joka, Giovane; muito especialmente, a Enita e João pelos mates e chás de distração, reflexão e filosofia intercultural.

Registro minha gratidão ao Professor Cesar Antonio Serbena, que aceitou o desafio da orientação em cooperativismo. Aos professores Celso, Liana, Gediel, Kátia, Vera, Ricardo Marcelo, Katie, por suas lições e pelo exemplo de mestres. As secretárias do Programa de Pós-Graduação, especialmente Fátima, Laura e Sandra. Aos colegas de ingresso no mestrado, Mariane, Marcelo, Edson e Marcial, pelo aprendizado cooperativo nas disciplinas e trabalhos; a Rebeca, a Heloísa e Michelle, pelos momentos produtivos nas discussões e descontrações. Aos colegas do Núcleo de Pesquisa Direito Cooperativo, especialmente a Cláudia, Marcos, Dani, Eduardo Harder, Felipe Drehmer, Paulo Opuszkza, Luciana Vargas e Simone. Aos colegas do Núcleo de Pesquisa de Estudos Filosóficos, Ana Letícia, Ivone e Bruno.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC, Adriana, Lígia e Fernando, pela receptividade acadêmica e pela amizade firmada. A hospitalidade floripana, especial agradecimento aos amigos Lu, Fernando e Cris, co-responsáveis pela estada em Santa Catarina; Renata e Carlos, queridos amigos para todos os momentos; Marcon, pelas lições teóricas e práticas; Nine, Di, Carlos, Ju, Evandra e Heró, amigos saudosos da ilha.

Pelas sugestões e correções do texto final, agradeço imensamente ao João e ao André, que, apesar de muito terem contribuído em atenuar erros e omissões, não têm ligação com as falhas que persistiram, cuja responsabilidade apenas a mim recai.

De maneira geral, agradeço pelo privilégio de aprimorar minha formação em uma Universidade pública e, particularmente, a CAPES por subsidiar meus estudos.

*Ventana sobre la utopía
Ella está en el horizonte - dice Fernando Birri.
Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos.
Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá.
Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré.
¿Para qué sirve la utopía?
Para eso sirve: para caminar.*

Eduardo Galeano

SUMÁRIO

RESUMO	vii
RESUMEN	viii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - O projeto da modernidade e a concepção individualista no Direito	05
1.1. Bases histórico-culturais para formação do projeto da modernidade	06
1.2. Subjetividade moderna: bases pós-medievais e pré-modernas do individualismo	20
1.3. Formação do modelo de juridicidade na sociedade moderna ocidental.....	31
CAPÍTULO II - O fenômeno cooperativo e sua regulação jurídica	44
2.1. O surgimento do fenômeno cooperativo e suas bases histórico-culturais.....	45
2.2. O cooperativismo e a lógica diferenciada da cooperação	58
2.3. A regulação jurídica do cooperativismo brasileiro	67
CAPÍTULO III - Horizontes cooperativos: perspectivas para além do modelo jurídico vigente	81
3.1. O individualismo jurídico e o Direito Cooperativo: uma síntese da crise	82
3.2. Entre a regulação e a emancipação: a crítica a partir da vida concreta.....	92
3.3. Conscientização: um olhar pedagógico à utopia cooperativista	101
CONCLUSÃO.....	112
BIBLIOGRAFIA	117

RESUMO

A presente dissertação, através de uma metodologia indutivo-crítica, busca analisar o cooperativismo a partir da sua regulação jurídica, por suas bases modernas. Do modelo jurídico moderno, pretende-se verificar as limitações técnico-formais da concepção liberal-individualista. Da formação do cooperativismo no contexto da modernidade européia, pretende-se elucidar os marcos histórico-culturais e sócio-políticos que evidenciam um referencial para a compreensão do fenômeno cooperativista. A par dos aportes teóricos iniciais, desvela-se o choque entre a racionalidade legal-l e a perspectiva coletivista fundante do cooperativismo, identificando-se, por conseguinte, uma crise que se encontra sintetizada na opção legislativa brasileira diante do tema. O mesmo poder de irradiação da crise no sentido de limitar as experiências, anuncia novos horizontes, na medida em que adota um procedimento dialógico, extraindo da vida concreta as possibilidades emancipatórias.

Palavras-chave: direito cooperativo; cooperativismo; modernidade; individualismo; emancipação.

RESUMEN

La presente disertación, a través de una metodología inductivo-crítica, busca analizar el cooperativismo a partir de su regulación jurídica, caracterizada por sus bases modernas. Del modelo jurídico moderno, se pretende verificar las limitaciones técnico-formales de la concepción liberal-individualista. De la formación del cooperativismo en el contexto de la modernidad europea, se pretende dilucidar los marcos histórico-culturales y socio-políticos que representan una clara referencia para la comprensión del fenómeno cooperativista. Conjuntamente a la colocación de los aportes teóricos iniciales, se devela el choque entre la racionalidad individual legal y la perspectiva colectivista fundante del cooperativismo, identificándose, por consiguiente, una crisis que se encuentra sintetizada en la opción legislativa patria delante del tema. El poder de irradiación de la crisis, en el sentido de limitar las experiencias, también anuncia nuevos horizontes en la medida en que adopta un procedimiento dialógico, extrayendo de la vida concreta las posibilidades emancipatorias.

Palabras-clave: derecho cooperativo; cooperativismo; modernidad; individualismo; emancipación.

INTRODUÇÃO

A compreensão sobre as relações que se estabelecem contemporaneamente parte da observação daquilo que foi historicamente construído. Trata-se do resultado de transformações ocorridas em vários campos da sociedade. É neste sentido que “o presente não é só o contemporâneo. É também um efeito da herança, e a memória de tal herança nos é necessária para compreender e agir hoje.”¹

Seguindo estes passos, a presente dissertação tem por objetivo analisar o Direito Cooperativo com um específico recorte. Utilizando-se da ferramenta que uma leitura historicizada pode representar, pretende-se desvelar os conteúdos implícitos tanto no Direito quanto no Cooperativismo, resguardados em seus contextos, por vezes longínquos na linha temporal, porém com apelo e utilização muito contemporâneos. A Modernidade Ocidental é o momento específico deste recorte histórico.

Comprometida com um olhar histórico problematizado, a presente pesquisa intenta compreender esse recorte por sua essencialidade. Cientes da impossibilidade da completa apreensão do fenômeno, o estudo parte da eleição de alguns elementos que permitam identificar, ao menos por seus traços marcantes, em que consistiu a Modernidade, para somente depois verificar como essa perspectiva irradiou pelas mais vastas áreas do conhecimento as suas considerações. Assim, também alcançará o direito. Este, tomado como um indicador privilegiado de como se traduzem os dilemas e contradições que formam a sociedade, guiará a análise.

A partir de algumas essencialidades que marcam a Modernidade Ocidental, pesquisaremos traços que se tornaram fundantes e determinaram o sistema jurídico em formação. Dentre muitas das características que se poderia tomar para análise, o modelo jurídico moderno será verificado em sua constituição individualista. Na verificação dos elementos que cristalizaram tal característica, buscaremos trabalhar correntes, teorias e ideários que tiveram grande expressão à época.

Também gestado sob a formação da Europa Moderna, o fenômeno do cooperativismo surgiu influenciado pelas contradições desse momento. Ao verificar esse contexto, tem-se a intenção de ressaltar as características fundamentais originárias do cooperativismo.

¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 23.

Conhecimento que terá grande importância quando o estudo estiver voltado à compreensão atual do cooperativismo e seus desafios.

Historicamente, buscaremos no cooperativismo moderno não um modelo a ser transposto à contemporaneidade, mas a elucidação de seus elementos caracterizadores, especialmente o atributo de congregação de pessoas, a ênfase na co-operação entre pessoas no lugar da sobreposição individual.

Diante da particularidade dos ideários que formam, de um lado, o direito moderno individualista e, de outro, o cooperativismo, e ao deslocar a análise dessa dualidade para o momento contemporâneo, chega-se ao limiar do objetivo específico desta pesquisa: verificar em que medida o direito, por suas características modernas, regula o fenômeno cooperativo, especificamente na realidade brasileira e a partir da diferença de racionalidades descortinadas pelo levantamento histórico.

Séculos após a instauração do modelo moderno ocidental de sociedade, pretende-se analisar quais os resultados dessa predominância, partindo do que se expressa na realidade concreta do país. Uma adequação (ou o seu contrário) entre a perspectiva moderna e as vicissitudes da sociedade contemporânea, verificada na relação entre o direito e o cooperativismo, pode servir de síntese para a análise que extrapola esse específico campo e, segundo alguns marcos teóricos, irradia-se por todos os âmbitos da vida social.

Buscando avaliar quais as realizações desse projeto moderno, com a visão voltada para a sociedade contemporânea, questionaremos a partir da vida concreta a existência de negações e promessas descumpridas por parte desse modelo que invadiu todas as áreas sociais. Marcando a possível existência de vítimas, pretende-se verificar as possibilidades cooperativas para uma ação emancipatória, ou seja, pesquisar a cooperativa como opção no fomento de propostas para a formação de um mundo melhor.

Em sentido amplo, o trabalho pretende um caráter interdisciplinar, na medida em que buscou trabalhar a dimensão histórica, filosófica e cultural, relacionando-se com a questão jurídica. Nesta busca, ainda que não exaustivamente, intentou-se uma leitura não estanque de diversas áreas do conhecimento referidas na temática central. Ademais, para além da exclusividade jurídica, ao longo da pesquisa foram articuladas obras e autores de diferentes áreas de conhecimento.

A preocupação metodológica que guiou o trabalho foi de cunho indutivo-crítico. Indutivamente, valorizaram-se experiências reveladas do real-concreto; a verificação de formações cooperativas; a dificuldade enfrentada por aqueles que optam por essa forma de organização, bem como o interrogar de necessidades sociais específicas, resultantes da

perspectiva atualmente majoritária no campo sócio-econômico e cultural. Criticamente, abordou-se a reflexão e problematização no âmbito jurídico-institucional referente ao cooperativismo no Brasil. A opção crítica ressalta a descrição das estruturas existentes em seus contornos reais e atuais, porém sob o questionamento de como poderiam ser. Trata-se da busca por possibilidades que não se efetivaram, os caminhos não percorridos.

Para a elaboração deste trabalho, tomou-se principalmente a análise de material bibliográfico. Para apreciação mais próxima dos elementos constituintes do direito brasileiro, especificamente no que se refere às cooperativas e a suas especificidades, optou-se por uma abordagem de investigação qualitativo-descritiva, ainda que em momentos oportunos se verifique quantitativamente alguns aspectos do tema. O interesse qualitativo se expressa pela consideração dos contextos dos fenômenos analisados, procurando desvendar seus aspectos essenciais e suas qualidades, no processo transformador da relação causa e consequência e nas contradições que integram a complexa realidade social. O estudo descritivo foi realizado a partir da análise das condições organizativa e institucional das cooperativas, sobretudo aquelas de produção, verificando as entidades atualmente mais representativas dessas organizações, incluindo às instituições governamentais que vêm tratando desse tema.

Colocadas tais questões metodológicas, apresenta-se o texto, que se estrutura em três capítulos. No primeiro, buscou-se coletar informações referentes ao momento histórico da instituição da Modernidade Ocidental. Inicialmente foram delineados alguns elementos que permitam uma aproximação daquele específico contexto histórico, a partir do qual se efetuou o recorte para análise da constituição de um modelo jurídico próprio. A característica marcante, que serviu de guia ao estudo da formação do direito na Modernidade – como se antecipou – foi o individualismo. Depois de delineado o universo jurídico moderno, seguiremos para a verificação dos traços que caracterizam a atualidade do tema, no sentido de se verificar ainda reinantes no direito contemporâneo alguns traços marcadamente modernos, dentre os quais, pretende-se evidenciar, consiste no individualismo.

De outro lado, a análise do cooperativismo terá lugar no segundo capítulo, no qual veremos seu conteúdo em função do contexto em que surgiu, *coincidente* com a Modernidade Européia. Novamente alguns traços serão privilegiados para essa análise, a exemplo dos passos dados realizado no primeiro capítulo. Ao escavar por esses valores fundantes, terá lugar a análise das circunstâncias que permitem o surgimento do cooperativismo, como também do atual cenário em que está imerso o cooperativismo brasileiro. Tem-se por objetivo neste momento da pesquisa verificar a lógica específica caracterizadora do autêntico cooperativismo, para posteriormente enfrentar a contemporânea e difícil questão da existência

de vertentes diferentes – talvez opostas – de cooperativismos. Com esse conjunto de valores, terá lugar o exame da regulação do cooperativismo brasileiro, notadamente, da Lei do Cooperativismo, expressa pela Lei Federal 5.764/71, não sem a pretensão de uma interpretação crítica de seu conteúdo.

Seguindo com os dois elementos característicos de fenômenos surgidos na modernidade européia, de um lado o individualismo legal, de outro a cooperação específica da cooperativa, verificaremos no terceiro capítulo as condições gerais de regulação jurídica do social. Diante de um descompasso entre o ideário expresso pela perspectiva moderna no direito, poder-se-ia afirmar a instauração de uma crise, por não estarem os entes devidamente qualificados pelo sistema jurídico. Essa crise também é imputada a diversos outros âmbitos do social, formulação que será verificada na leitura de Boaventura de Sousa Santos e Enrique Dussel, cada qual a partir de seus aportes específicos. Finalmente, ainda que se aponte não para um fechamento e sim para uma abertura, buscaremos elementos para olhar para o horizonte em busca do novo. Missão que se apoiará essencialmente nas formulações propostas por Paulo Freire, em sua pedagogia dialógica, que parte dos sujeitos negados, ou oprimidos. Nesta perspectiva, voltaremos à cooperativa autenticamente autogestionária, para questionar em seus elementos a possibilidade de instrumentos para a construção do novo, rumo à emancipação, pela intersubjetividade dos sujeitos cooperativos, descobertos como sujeitos de suas próprias histórias.

CAPÍTULO I - O projeto da modernidade e a concepção individualista no Direito

Eleger o *viés* histórico como guia para o trabalho de pesquisa exige uma postura de rompimento com a tradicional leitura de linearidade temporal, capaz de aniquilar as vicissitudes e riquezas inerentes a cada momento histórico. Exige o rompimento com a comum ‘evolução histórica’, que cria um sentido harmônico e imutável para uma norma, conceito ou instituto ao longo do tempo. Diante deste uso equivocado, ainda que recorrente, a opção por uma abordagem histórica demonstra-se um grande desafio. Mais que isso, é essencial a uma pesquisa que se proponha crítica e transdisciplinar.

Desvelar as estruturas e sentidos, situando-os em seus contextos e como resultantes da interação com a realidade particular que os possibilitou, é ainda mais oportuno quando está em questão o universo jurídico. Isto porque, o direito é resultado de um processo social. A história, como ferramenta crítica, permite desvelar esse contexto. Possibilita que se considere a inter-relação do direito com as circunstâncias que o formou, e então, verificar os efeitos produzidos.

É neste sentido que Hespanha leciona sobre a abordagem história:

[o passado] deixa de ser um precursor do presente, um ensaiador de soluções que vieram a ter um completo desenvolvimento no presente. E, com isto, deixa de ter que ser lido na perspectiva do que veio depois. O passado é libertado do presente. A sua lógica e as suas categorias ganham espessura e autonomia. A sua diferença emerge majestosamente. Esta emergência da diferença, dessa estranha experiência que nos vem do passado, reforça decisivamente o olhar distanciado e crítico sobre os nossos dias (...), treinando-nos, além disso, pra ver coisas diferentes na aparente monotonia do nosso tempo.²

Tomando essa lição histórica, buscaremos analisar o direito por seu contexto. A intenção de realizar um recorte específico no momento de sua formação tem o objetivo de se buscar a maior cuidado às essencialidades históricas. Nesta missão, tomamos como referencial teórico o professor português, já citado, Antonio Manuel Hespanha, para manter a atenção às vicissitudes históricas, juntamente com Michel Villey³ e sua leitura crítica do

² HESPANHA, António Manuel. *Cultura jurídica européia: Síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p. 43.

³ Anote-se por oportuno, que a proposta metodológica adotada pelo autor parte da dialética aristotélica e analisa a formação do Direito Moderno como uma total ruptura frente às concepções que a Antiguidade formulara. Mesmo não sendo este o enfoque específico do presente trabalho, a pesquisa realizada por Villey muito contribuirá no desvelar do contexto específico de formação da Modernidade, sobretudo, do seu modelo jurídico.

Direito na Modernidade, somadas as contribuições do Professor Antonio Carlos Wolkmer, a partir de uma visão localizada no fenômeno jurídico no Brasil.

1.1. Bases histórico-culturais para formação do projeto da modernidade

Buscar uma definição para o que se convencionou chamar de Modernidade é uma tarefa das mais difíceis. Isto porque se trata de um período rico e complexo, repleto de historicidade e composto por fenômenos múltiplos e contraditórios.

Em latim, *modernus* significa ‘atual’, indica o tempo presente, o agora. No século XII, este adjetivo foi utilizado para designar um novo tempo: a *via moderna*, que contraposta à *via antiqua*⁴. Como conceito de época, Moderno significa um *novus* tempo, a ruptura com o passado.

O termo permaneceu e os séculos se sucederam, de modo que hoje *moderno*, em contexto histórico, significa o tempo passado. A atualidade – intrínseca ao adjetivo – foi transferida para outra época, a *contemporânea*. Tomando-se ‘Moderno’ como subjetivo, ou seja, afastado do seu sentido puramente cronológico, permite-se a classificação usual em Idade Antiga, Idade Média e Idade Moderna⁵.

Na história ocidental, o período Moderno marcou a época iniciada após o Renascimento, a partir do séc. XVII⁶, século em que muitas correntes, por vezes de origem antiga, vêm confluir produzindo *sistemas* complexos, que suplantaram as teorizações medievais⁷.

A ruptura que se pretende com a instituição de um ‘novo tempo moderno’ não consiste em si essencialmente uma inovação. Segundo Villey, a civilização moderna possui suas raízes na Antiguidade greco-latina⁸. Nem mesmo esse retorno às fontes Antigas consiste em novidade, pois a Idade Média já o havia feito. A inovação promovida pelos modernos foi desconsiderar as doutrinas, sumas, comentários e glosas intermediárias postas sobre as

⁴ ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 679.

⁵ Ainda que a separação dos momentos históricos em Idades possa, em algumas leituras, tornar-se estanque, evolutiva e, por vezes, parcial, pois se refere exclusivamente ao Ocidente, metodologicamente pode mostra-se útil à compreensão dos fenômenos, porém, sempre mantendo-se atento às críticas quanto a sua categorização.

⁶ *Ibid.*, p. 679.

⁷ VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 581.

⁸ *Ibid.*, p. 439-440.

doutrinas antigas, feitas pelos teóricos da Idade Média⁹. Portanto, rompeu-se com o período medieval, regressando diretamente às fontes antigas.

Portanto, com a Modernidade, tem-se a secular organização feudal sucedida, em decorrência de múltiplas transformações estruturais, que se espalharam pelas áreas sócio-econômica, política e cultural¹⁰.

Apesar da dimensão polissêmica do termo *modernidade*, pode-se de uma forma geral observar que se trata de um lapso temporal: um período, no contexto da civilização ocidental, que estabeleceu algumas condições culturais, tanto no campo da atividade humana quanto do conhecimento, que permite estabelecer os horizontes de uma forma de organização dominante que está vigente até os dias atuais. A Modernidade pode ser considerada um projeto sócio-cultural surgido por volta do século XVI¹¹, cuja plenitude foi alcançada a partir do século XVIII¹². A *modernidade* pode, portanto, ser compreendida como uma forma de organização, um projeto cultural do ocidente, fundamentalmente em cima da experiência européia¹³.

Como um processo histórico, rico e complexo, a Modernidade apenas pode ser entendida a partir do seu contexto. Neste ponto, estamos diante de um grande desafio: o de

⁹ VILLEY, *A formação...*, p. 440-441.

¹⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. *Síntese de uma história das idéias jurídicas: da antiguidade à modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 106.

¹¹ Há autores que entendem a modernidade, como construção eurocêntrica, iniciada não entre os séculos XVII e XVIII, mas sim já no fim do séc. XV, com a ‘descoberta’ do Novo Mundo. Neste entendimento, filia-se Enrique Dussel (Cf. DUSSEL, Enrique. 1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt (trad. Jaime A. Clasen). Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.).

Outros autores, ainda, defendem a gestação da Modernidade ao período entre os séculos X e XI, como um processo histórico, lento e complexo com raízes na sociedade medieval. (FONSECA, Ricardo Marcelo. *Do sujeito de direito à sujeição jurídica: Uma Leitura Arqueogenealógica do Contrato de Trabalho*. Curitiba, 2001. 262 f. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná. p. 22-23.)

¹² SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. V.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 49.

¹³ Uma outra leitura possível, trazendo Habermas e Weber – este principalmente –, é de que a modernidade implica num processo de racionalização da vida material, vida moderna. Um processo de racionalização no qual diferentes campos culturais adquirem uma universalidade que consolida novos campos. Uma ruptura com o período anterior, com a sociedade medieval, tradicional (o que Weber denomina *desencanto*) e o surgimento de um espaço marcado pelo processo de secularização e racionalização da vida. É a ruptura com aquela sociedade verticalista e teleológica e abertura para uma sociedade horizontal e antropológica, na qual Deus não é mais a referência última, ou a divindade o ser superior. Em seu lugar coloca-se o sujeito racional. Nesse processo se dá a constituição da subjetividade moderna. (ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. *O Ícaro da Modernidade*. Direito e Política em Max Weber. São Paulo: Acadêmica, 1997. p. 66-67; LUDWIG, Celso. *Paradigmas da Filosofia*. Material do curso Filosofia do Direito, Disciplina Fundamental integrante do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, primeiro semestre de 2006.)

Ainda que muito se tenha a acrescentar sobre a leitura weberiana da Modernidade Ocidental, pelo recorte metodológico, este autor não será utilizado como um referencial para a pesquisa, ainda assim, em momentos pontuais, será oportuna a referência às suas obras, o que se pretende fazer. Para um aprofundamento na leitura de Weber, entre outras obras, indica-se ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. *O Ícaro da Modernidade*. Direito e Política em Max Weber. São Paulo: Acadêmica, 1997.

buscar compreender a Modernidade por sua historicidade sem, contudo, cair na armadilha de utilizar a análise histórica a partir do presente, com os olhos do presente.

Para tanto, buscaremos evidenciar a dinâmica daquele tempo, analisando alguns fatores que talvez permitam apreender aquela realidade, ainda que parcialmente, se considerarmos os fatos históricos como resultantes da infinita interação multicausal¹⁴. Cientes da complexidade de estudar fenômenos de um tempo passado, elegemos, com Antonio Carlos Wolkmer¹⁵, alguns pressupostos para guiar a análise, sem, contudo, ter a pretensão de esgotar suas características e vicissitudes, por saber da impossibilidade da tarefa¹⁶.

Assim, a modernidade, como cenário do qual emerge o direito moderno, pode ser delineada a partir de alguns elementos que atravessam – ainda que de modo não exaustivo – as transformações ocorridas nesse período (moderno) e que marcaram de forma inovadora processos econômicos, sociais, políticos, científicos e religiosos¹⁷. Trata-se de verificar as formações econômico-sociais, o específico modo de produção, as representações de mundo, e a estrutura de poder que marcam o período. Esses elementos são representativos da vida social da época, e, nas suas intersecções, possibilitam esboçar o horizonte de significação essencial do momento em que surge a Modernidade¹⁸.

Com essa visão observa-se na Europa Ocidental do século XVIII, formações econômico-sociais marcadas pela ascensão e início da consolidação hegemônica da classe burguesa, estruturadas a partir de um modo de produção específico: o capitalismo; representações de mundo formuladas a partir do ideário cultural do Iluminismo, predominando a razão em detrimento da tradição, o secularismo sobre a religião e o progresso

¹⁴ Novamente, com Weber. Para o autor, é a pluricausalidade – e não uma sequência causal única e abrangente – que constitui a História. Toda a causa apontada para um determinado fenômeno histórico será uma entre múltiplas outras possíveis e igualmente acessíveis ao conhecimento científico. (COHN, Gabriel (Org.) *Max Weber: Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção Grandes Cientistas Sociais) p. 24.)

¹⁵ Antonio Carlos Wolkmer é professor titular de ‘História do Direito’ e ‘História das Instituições Jurídicas’ no curso de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade em que também leciona no Programa de Pós-Graduação em Direito, dentre outras matérias, ministra o curso intitulado ‘Pluralismo Jurídico’. Das anotações desse curso, ministrado no terceiro trimestre do ano de 2006, foram retirados os pressupostos que guiam este momento da pesquisa e que darão a tônica da análise também no segundo momento deste trabalho (Capítulo II). Tais pressupostos também estão compõe a análise do autor em suas obras, citamos duas como exemplificativas: WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001. p. 25 e ss.; WOLKMER, *Síntese...*, p. 101-109.

¹⁶ A seleção de alguns pressupostos como guia para a pesquisa se faz necessária para viabilizar didaticamente o estudo, devido à impossibilidade de retratar todos os fatores que interferiram na formação do direito moderno. Assim, parte-se da eleição arbitrária desses pressupostos, ainda que, falseando por escolhas unilaterais, mascaremos uma realidade muito mais complexa.

¹⁷ WOLKMER, *Síntese...*, p. 100.

¹⁸ Momento este, com suas interações e vicissitudes, iram interferir na produção jurídica e o direito vai responder a essas transformações, como veremos adiante.

científico às especulações metafísicas; e uma estrutura de poder caracterizada pela formação dos Estados Nacionais, o enfraquecimento da Igreja¹⁹.

Vejamos com maior vagar cada um desses elementos.

Com o olhar voltado para a estrutura cultural societária, deve-se considerar a presença do elemento humano, ou seja, os *atores sociais*. Neste complexo momento histórico de transição, surge uma nova classe social: a *burguesia*. Trata-se de um segmento social diferenciado do clero e da nobreza, também diverso do campesinato e demais classes subalternas. Essa classe se forma a partir de grupos que considerados ‘livres’, ainda que inicialmente constituintes de uma sociedade estamental²⁰, como fora a medieval. Essa ‘sociedade tradicional’, como também se designa a sociedade medieval, foi o solo no qual e a partir do qual ocorreu a transformação de uma sociedade holística para uma sociedade de indivíduos, a moderna²¹.

No pensamento medieval, plural e sincrético, prevalecia a concepção de que “no mundo humano, não há ‘indivíduos’, isolados e socialmente incaracterísticos.”²² Mas sim condições e características que aproximavam os seres. Tratava-se de uma sociedade de ‘ordens’ ou de ‘corporações’, que identificava os seres a partir de suas funções sociais. Uma sociedade estratificada e hierarquizada, sem espaço para manifestações individuais²³. Esse mundo compacto fazia com que as pessoas estivessem essencialmente relacionadas, umas com as outras, através de suas exigências, seus predicados, seus atributos e assim eram identificadas, apenas nesse conjunto²⁴.

A existência de uma ordem universal, que congregava os homens e as coisas, era possibilitada pelo domínio teológico marcante na era medieval. Todas as criaturas eram orientadas para um objetivo último, para o Criador²⁵, este era o ponto de partida de todos os seres e também o ponto de chegada.

A transposição desta sociedade tradicional se deu de forma lenta, gradual e difusa. Iniciada pelo questionamento de que os atributos que predicavam os indivíduos não eram suas

¹⁹ WOLKMER, *Síntese...*, p. 11; 100.

²⁰ *Ibid.*, p. 102-103. Registre-se que a sociedade medieval era marcada por relações sociais de servidão, com laços de subordinação pessoal entre suserania e vassalagem e por uma hierarquia de privilégios. (WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 27.)

²¹ FONSECA, *op. cit.*, p. 22-23.

²² HESPANHA, *op. cit.*, p. 103.

²³ FONSECA, *op. cit.*, p. 25.

²⁴ Caracterizando uma sociedade de ‘ordens’, leciona Hespanha, no mundo medieval apenas havia ‘pais’, ‘filhos’, ‘professores’, ‘alunos’, ‘homens’, ‘mulheres’, ‘franceses’, ‘alemães’... De forma que seus predicados os referiam, por essência, uns aos outros, e descreviam as relações sociais em que estes estavam integrados. (HESPANHA, *op. cit.*, p. 103; 117.)

²⁵ *Ibid.*, p. 101.

qualidades essenciais, não lhes incorporavam. Como meros ‘nomes’, poderiam ser deixados de lado na consideração da essência de cada um. Assim procedendo, surgem “indivíduos ‘nus’, incharacterísticos, intermutáveis, abstractos, ‘gerais’, iguais. Verdadeiros átomos de uma *sociedade* que, esquecidas as tais ‘qualidades’ agora tornadas descartáveis, podia também ser esquecida”²⁶.

Trata-se da passagem para uma para uma nova sociedade, agora atomizada. Da qual, séculos mais tarde, transparecerá de forma visível as características da sociedade moderna. A estrutura social e cultural dessa nova sociedade é marcada, como anteriormente se disse, pela ascendência da burguesia e a emergência do indivíduo: o indivíduo burguês, que representava o homem universal. Essa classe que adquiriu força social em meio aos processos revolucionários da época²⁷ e historicamente conseguiu agregar cada vez mais força.

a burguesia deve ser visualizada como camada social historicamente coesa e racionalmente interligada por ‘formas de agir’ ou ‘modo de ser’ que matizam identidades culturais comuns. Além de ser um ‘modo de vida’ ou de um ‘comportamento econômico-social’, trata-se de ‘(...) um determinado tipo de mentalidade religiosa, de fé em alguns ‘valores’ típicos, tais como a parcimônia, o espírito de grupo, mesmo na defesa de um sólido individualismo, o rígido puritanismo e o estrito cumprimento de normas éticas e comerciais, não tanto por estarem escritas e sim por terem entrado nas convenções’²⁸

A influência da burguesia foi sendo adquirida através do prestígio que desenvolveu e por meio da riqueza que conseguiu acumular impondo uma hegemonia política e tornando-se detentora dos meios produtivos²⁹. Essa apropriação privada ganha contornos peculiares neste momento histórico: a partir de uma estrutura social agrária (feudal) gradualmente dissolvida, livrando os camponeses dos vínculos pessoais que os ligavam aos seus senhores feudais, bem como diante do processo de emergência das cidades como centros das relações econômicas – em detrimento do meio rural, que até então desenvolvera esse papel –, tendo os burgueses como protagonistas do desenvolvimento de ofícios urbanos³⁰. Portanto, a influência que essa classe conseguiu desenvolver estava “diretamente relacionada à posição profissional que ocupava na cidade onde habitava”³¹. O banqueiro, o mercador, o fabricante substituíram o

²⁶ HESPANHA, *op. cit.*, p. 117.

²⁷ Com apogeu na Revolução Francesa de 1789, mas que também guardam os reflexos da revolução das colônias inglesas na América do Norte, assim como do período revolucionário inglês, também no século XVIII. Esse período revolucionário em muito contribuiu para a formação e consolidação dos novos ideários político, econômico e social modernos. (HELFERICH, Christoph. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 156-157.)

²⁸ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 35.

²⁹ WOLKMER, *Síntese...*, p. 102.

³⁰ FONSECA, *op. cit.*, p. 29-30.

³¹ WOLKMER, *Síntese...*, p. 103.

latifundiário, o eclesiástico e o guerreiro, marcando a transferência da influência, do prestígio social assim como o controle político-econômico que dispunha a anterior aristocracia proprietária de terra para essa classe, majoritariamente, comerciária³².

Da geração de excedentes agrícolas somada à criação de mercadorias urbanas especializadas, opera-se uma transformação (gradual e irregular) na idéia de propriedade: anteriormente resultante “dos vínculos pessoais e sociais do indivíduo, ela se tona pura mercadoria.”³³ Anteriormente, na lição de Karl Marx, o homem “se mostra como *um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho* (...). A troca, em si, é um agente principal da individualização. Torna supérfluo o caráter gregário e o dissolve.”³⁴ Na sociedade anterior, era inconcebível “Um indivíduo isolado (...) ser proprietário do solo.” A atitude em relação à terra, como propriedade, exigia a mediação do indivíduo como membro de uma comunidade. Nestas circunstâncias, “O indivíduo (...) nunca pode aparecer no completo isolamento do simples trabalhador livre. Tomando como pressuposto que lhe pertencem as condições objetivas de seu trabalho, deve-se também pressupor que o indivíduo pertença subjetivamente a uma comunidade que serve de mediação de sua relação com as condições objetivas de seu trabalho.”³⁵ Marx prossegue e identifica que “O homem só é individualizado, porém, mediante o processo histórico.”³⁶

Ao lado da atomização social causada pela liberação dos vínculos sociais feudais, também a propriedade se libera de qualquer determinação pessoal, de maneira que se transforma em propriedade alodial. Ocorre a reificação da idéia do ‘próprio’, que deixa de formar um todo com a pessoa, torna-se um ‘próprio em si e por si’. É abolida a ‘propriedade-relação’, que definia a dependência entre o senhor e o servo.

Concomitante a esse processo, a propriedade é convertida em mercadoria, em *coisa* passível de ser livremente colocada em circulação e alienada. A propriedade transforma-se em abstrato domínio individual e solitário³⁷, contribuindo de sobremaneira para a formação do ideário individualista, da uma sociedade calcada em seres individuais, cada qual com seu *poder* de proprietário. Neste sentido dá-se uma transformação: “O *proprium* que antes definia o pertencimento e o conjunto das relações pessoais que esta levava consigo, se converte agora

³² WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 34. Ainda que também existisse uma burguesia agrária, a mais expressiva foi a urbana, dedicada ao comércio e convergente com o capitalismo que germinava.

³³ FONSECA, *op. cit.*, p. 31.

³⁴ MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991. p. 90.

³⁵ *Ibid.*, p. 77-78.

³⁶ *Ibid.*, p. 90.

³⁷ FONSECA, *op. cit.*, p. 32-33; nota 28.

em propriedade anônima, *proprium* em si e por si, apropriabilidade abstrata alienabilidade, disposição circular do mercado.”³⁸

Pode-se, portanto, perceber a contribuição multifacetada do fortalecimento de virtualidades do indivíduo (quer pela atomização social, quer pela reificação das relações). Tal formação tem seus germes em vários campos de análise, assim como ao longo dos pressupostos ora elencados. Todavia, ao contrário do que a metodologia (didática) adotada possa levar a intuir, não são fenômenos compartimentados. Levantamos diferentes aspectos de um conjunto de acontecimentos, que se complementam e fundam. São faces de um processo complexo. Numa visão mais geral, esses fatores contribuem para formação da subjetividade individualista.

Da análise do elemento social que possibilitou a formação da era Moderna pudemos extrair um dos elementos fundantes do modo de produção que também emergia a época: a questão da concentração privada dos meios de produção junto à emergente burguesia. Daí a impossibilidade de uma análise compartimentada. “o conceito de burguesia (...) está ampla e estreitamente identificado com a modernidade da cultura econômico-capitalista.”³⁹ Assim, passemos a considerar outro pressuposto: *o modo de produção capitalista*⁴⁰.

A passagem do feudalismo ao capitalismo na Europa está intimamente ligada a determinados elementos, tais como: a gradual dissolução da estrutura rural feudalista e a liberação dos camponeses que migraram para os centros urbanos em formação; a emergência da classe burguesa, que se desenvolveu a partir da manufatura e incrementou enormemente a oferta de produtos não exclusivamente agrícolas; a crescente mercantilização das relações de troca e a transformação dos recursos naturais (terra) em mercadoria; e, principalmente, do trabalho camponês. Todos esses fatores amadureceram lentamente desde que se delineava a Modernidade Ocidental. Esta, embora guarde traços comuns em seu conjunto, teve um desenvolvimento irregular, alcançando diferenciações locais, decorrente dos elementos

³⁸ BARCELONA, Pietro. *Apud* FONSECA, *op. cit.*, p. 33 – nota 28.

³⁹ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 34-35.

⁴⁰ “Por modo de produção entende-se tanto o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados, quanto as relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações ao processo de produção.” (CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo?* São Paulo: Abril Cultural; Editora Brasiliense, 1984. p. 08.) Pode-se identificar ‘modo de produção’, a partir das categorias marxianas como o conjunto da *infraestrutura* e da *superestrutura* de determinado momento histórico específico. A primeira consiste na *base econômica* da sociedade e é formada pelo conjunto das *relações de produção* desenvolvidas entre os homens, de acordo com o determinado grau de desenvolvimento de suas *forças produtivas materiais*. Sobre a base econômica, ou, sobre a infraestrutura, assenta-se a superestrutura, que reflete as instâncias jurídicas e políticas. O específico modo de produção é responsável por condicionar os processos da vida social, política e intelectual. Em conseqüências dessa determinação, Marx afirmou que “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.” (MARX, Karl. *Teoria e Processo Histórico da Revolução Social*. In FERNANDES, Florestan. *K. Marx / F. Engels*. História. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). p. 233.)

específicos de cada formação econômico-social. Esses processos se realizaram de forma heterogênea, diante da excepcionalidade dos fatores e contingências de cada lugar⁴¹.

Partindo-se da análise proposta por Karl Marx, que tem o modo de produção capitalista como categoria central de análise, o capitalismo consiste em determinado modo de produção de mercadorias, baseado na propriedade privada dos meios de produção, na divisão social do trabalho e na competição lucrativa⁴².

A perspectiva histórica marxista identifica o capitalismo como desenvolvimento característico a partir do início da Idade Moderna, na interação com as condições específicas de propriedade concentrada em uma classe, a burguesa, e a existência de outra classe, proletária, vendendo sua força de trabalho, como única fonte de subsistência⁴³. Esse é o substrato que impulsionaria Marx por retratar a natureza das relações que se formam na modernidade sob o par capital-trabalho.

Em outra perspectiva, há autores que ressaltam um caráter autônomo de cada ocorrência: quer a modernidade não pressupunha o capitalismo, como também este se desenvolveria independente daquela.

Neste sentido é o entendimento de Boaventura, para quem “A modernidade ocidental e o capitalismo são dois processos históricos diferentes e autônomos”, cujas condições e dinâmicas se mantiveram separadas. Para o autor, a modernidade se constituiu antes de o capitalismo se impor como modo de produção dominante. Entende que “A modernidade não pressupunha o capitalismo como modo de produção próprio. (...) Por outro lado, o capitalismo, longe de pressupor as premissas sócio-culturais da modernidade para se desenvolver, coexistiu e até progrediu em condições que, na perspectiva do paradigma da modernidade, seriam, sem dúvida, consideradas pré-modernas ou mesmo antimodernas.”⁴⁴

⁴¹ FONSECA, *op. cit.*, p. 30-31. Oportuno ressaltar que não se pretende fazer uma análise sistemática do capitalismo, nem mesmo através da comum exposição linear da *evolução* do capitalismo comercial, industrial e financeiro, ou mesmo, a também corrente classificação de capitalismo comercial, industrial e financeiro. Devido ao recorte proposto neste estudo, pretende-se tão-somente identificar algumas elementos deste específico modo de produção, reinante até os dias atuais, a partir de suas características incipientes e fundantes.

⁴² MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Essa obra Marx buscou pesquisar o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de circulação, guiado pelo questionamento: em que condições o trabalho humano assume a forma *valor*. (MARX, *O capital...*, p. 16).

⁴³ Esses requisitos se estabeleceram ao longo de um processo histórico de transformação das antigas relações econômico-sociais feudais. (CATANI, *op. cit.*, p. 09.)

⁴⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. V.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 49.

Entretanto, autônomos ou não, identifica-se, sob o manto da modernidade, o desenvolvimento pleno alcançado pelo capitalismo⁴⁵. Nesse terreno moderno, “O Capitalismo se constituiu gradualmente, consolidando-se e alcançando quase toda a Europa depois dos séculos XVI e XVII.”⁴⁶

Sem a pretensão de realizar uma análise extensiva sobre o sistema econômico moderno ou mesmo do modo de produção capitalista, busca-se ressaltar algumas de suas características voltadas para sua historicidade e relacionadas como o momento político e social da instituição da modernidade. Com esse olhar, identificam-se fatores que contribuíram para o desenvolvimento do sistema econômico capitalista e que se ligam decisivamente às condições da sociedade à época. São eles:

1) a existência de homens políticos e juridicamente livres; 2) o fato de os homens livres (...) venderem o seu trabalho ao proprietário de capital no mercado de trabalho, mediante um contrato; 3) a existência do mercado de bens como mecanismo determinante dos preços e regulador da alteração na produção social; e 4) o princípio de que cada indivíduo atua com o objetivo de conseguir uma utilidade para si mesmo, supondo-se, contudo, que, por causa da ação competitiva de muitos, resulte a maior vantagem possível para todos.⁴⁷

Essa é a racionalidade que constitui o capitalismo, que por ele é fomentada e que marcará a sociedade moderna: o individualismo, na busca de garantir para si as condições de reprodução da vida pelas regras capitalistas. E, ainda, herdarão traços para a sociedade atual.

Outro fator que em muito contribui para a compreensão da especificidade da época e das condições em que a Modernidade surge é a carga cultural e ideológica, ou, as representações de mundo.

Enquanto na precedente sociedade medieval “o pensamento ideológico é calcado na concepção ‘corporativa’ da vida social, valorizando os fenômenos coletivos e os múltiplos corpos sociais”, a sociedade moderna é “centrada no interesse do espaço privado e na ética da racionalidade liberal-individualista.”⁴⁸ Na transição entre essas duas sociedades, “Os

⁴⁵ “Quando examinamos a história do capitalismo, torna-se claro que devemos situar sua fase inicial na Inglaterra, [e não em momentos anteriores] (...) na segunda metade do século XVI e início do século XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre capitalistas e assalariados, seja na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos, que trabalhavam em seus próprios lares, a um capitalista, própria do assim chamado sistema de encomendas domiciliar” (DOBB, Maurice. *Apud* SINGER, Paul. *Uma utopia militante*. Repensando o socialismo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 63.) Para além do debate sobre o efetivo surgimento do capitalismo, entendemos, como evento histórico que é, torna-se difícil precisar sua real ocorrência, pois cada experiência é dotada de características particularizantes e, ainda assim, resulta de interações diversas no curso temporal.

⁴⁶ WOLKMER, *Síntese...*, *op. cit.*, p. 102.

⁴⁷ Erich Fromm, citado por WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 31.

⁴⁸ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 27.

conceitos de iniciativa social e de controle social renderam-se aos de iniciativa individual e de controle individual. As novas condições materiais, em resumo, deram origem a novas relações sociais; e, em função destas, desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascera. Esta nova filosofia foi o liberalismo”⁴⁹. Portanto, o liberalismo se mostrou adequada a legitimar a racionalidade que despontava e que era calcada principalmente na idéia de liberdade⁵⁰.

Como fruto de um lento desenvolvimento, com expansões e retrocessos e, por vezes, sem mesmo ser consciente, essa doutrina se tornou predominante, especialmente a partir do século XVII⁵¹, e atravessou todas as dimensões sociais, desde o campo filosófico, econômico, político, religioso e, por certo, jurídico também. Essa ideologia, em si, transparecia a “manifestação mais autêntica de uma ética individualista”, de maneira que era convergente com os interesses individuais da sociedade burguesa⁵².

Em sua origem, o liberalismo foi marcado por um movimento revestido de características revolucionárias. Sob a bandeira da ‘liberdade, igualdade e fraternidade’ reuniram-se classes que posteriormente tornaram-se opostas: além da burguesia, estavam classes menos abastadas. Entretanto, logo que o poder foi conquistado, a classe proprietária burguesa deixou de lado os projetos sociais e centrou-se no sistema econômico do *laissez-faire*⁵³, ignorando “a distribuição social da riqueza e excluindo o povo do acesso ao governo.”⁵⁴

Além das alterações promovidas no campo econômico, o liberalismo também foi uma importante causa para a secularização do período que se iniciava. Operou-se, de forma lenta e gradual, uma nova atitude em face da religião. Diminuiu-se o misticismo. A atônica das

⁴⁹ LASKI, Haroldo J. *O Liberalismo Europeu*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, s/d. p. 09.

⁵⁰ “Sem dúvida, como corpo doutrinário [o liberalismo] está diretamente relacionado com a liberdade; pois surgiu como o inimigo dos privilégios conferidos a qualquer classe, na comunidade, em virtude de nascimento ou credo. Mas a liberdade que procurou não tinha foros de universalidade, visto que a sua prática estava limitada aos homens que tinham propriedade a defender.” (LASKI, *op. cit.*, p. 11.) Como expressão dessa característica, Hespanha aponta, dentre os traços fundamentais do liberalismo como modelo social, a liberdade pessoal, a propriedade privada e livre comércio. (HESPANHA, *op. cit.*, p. 342.)

⁵¹ E se manteve como a mais importante doutrina dos últimos quatro séculos na Civilização Ocidental, segundo Laski, para quem o estudo do liberalismo contribui para compreensão da sociedade atual bem como explicaria algumas das dificuldades com que nos deparamos. (LASKI, *op. cit.*, p. 06.)

⁵² WOLKMER, *Síntese...*, p. 104.

⁵³ A tradução de *laissez faire* é ‘deixar fazer’. Trata-se de formulação atribuída ao fisiocrata Quesnay, cujo sentido determina a ausência de toda regulamentação governamental. Posteriormente, tornou-se um dos mais importantes princípios liberais, tendo ancorado a chamada Teoria Econômica Clássica e refletido nas teorizações de diversos autores, dentre os quais Adam Smith, na defesa da não intervenção estatal nas questões econômicas. (CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Ciência Econômica e Trabalho, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*. p. 78-79; ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 18.)

⁵⁴ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 38.

discussões deslocou-se dos problemas de dogma para questões de conduta. “A uniformidade de crença religiosa deu lugar a uma diversidade de credos em que até o ceticismo encontrou um direito à expressão.” Houve um declínio do espírito religioso no período pós-Reforma⁵⁵, em seu lugar colocou-se o ser, o indivíduo⁵⁶. Porém, essa foi uma das faces da nova racionalidade. Outras dimensões constituíram tal ideário, nas palavras de Haroldo Laski algumas das contribuições para a formação do ideário liberal moderno foram também:

Os descobrimentos geográficos, a nova cosmologia, as invenções tecnológicas, uma metafísica renovada e secular e, sobretudo, as novas formas de vida econômica, tudo isso contribuiu para a formação das idéias propulsoras do liberalismo. Não teria se convertido naquilo que foi sem a revolução teológica a que chamamos Reforma; e esta, por seu turno, recebeu muito do seu caráter de tudo o que está implícito no renascimento do saber.

Antes de voltar ao tema do liberalismo como expressão dos valores e crenças sociais, necessário ressaltar – ainda que em breves linhas – algumas características dos eventos citados pelo autor.

Primeiramente, foi determinante a quebra de dogmas operada pela chegada dos Europeus ao continente americano. Um *novo mundo* se abriu aos velhos conceitos europeus. “a expansão ultramarina (...) demonstra o aparecimento de uma nova forma de consciência no homem. De um mundo medieval que não se importava em interrogar as coisas e que via o mundo como uma ‘bela unidade’, vê-se emergir agora a experimentação.”⁵⁷ Este senso foi guia para a era das invenções. Durante todo o século XVI e sobretudo no começo do século XVII, desdobraram-se novas e revolucionárias teorizações, na física, química, anatomia, astronomia, etc., com Copérnico, Galileu, Pascal, Newton, Gutemberg, Bacon, entre outros. Surgia a ciência moderna, que suplantara os dogmas anteriores e permitiria, na filosofia, o que se chamou de ‘liberação do indivíduo’⁵⁸, que questionava o mundo e também a si próprio, retirando-se do anonimato social-medieval.

⁵⁵ Denominou-se *Reforma* a renovação religiosa ocorrida na Europa no século XVI, que questionava a Igreja Católica e suas práticas corrompidas (a riqueza acumulada; institucionalização dos meios de salvação como as indulgências, a confissão e a penitência; o comércio de relíquias; entre outros). Primava-se pelo retorno às origens do cristianismo e negava o valor da Igreja como depositária e exclusiva interprete da religião. Durante o período que se seguiu, a religião foi tema e forma de pensamento, fazendo surgir tanto objetivos político-sociais distintos quanto interpretações do cristianismo divergentes entre si. (ABBAGNANO, *Dicionário...*, p. 839; HELFERICH, *op. cit.*, p. 121-122.) A Reforma protestante, que procurou romper com sociedade teocêntrica, na qual a verdade centrava-se na revelação. O protestantismo abriu, lentamente, para a possibilidade do livre exame, para o sujeito com autonomia, liberdade para refletir, para fazer uma leitura da sagrada escritura independente dos clérigos e da doutrina da Igreja.

⁵⁶ LASKI, *op. cit.*, p. 09; 66-67.

⁵⁷ FONSECA, *op. cit.*, p. 49.

⁵⁸ VILLEY, *A formação...*, p. 438-439; LASKI, *op. cit.*, p. 172.

Este é o sentido que formará o núcleo filosófico do liberalismo⁵⁹ e que comporta um dos valores mais intrínsecos dessa doutrina: o individualismo. Esse específico individualismo liberal, mais que qualquer outro tipo (cristão, naturalista, racionalista ou anarquista) possui um alcance rico e coerente, transformando o ser individual em um ‘valor em si’ e um ‘valor absoluto’. De tal forma, a sociedade que se forma corresponde a uma “soma das vontades individuais”⁶⁰, distando em muito daquela concepção coesa medieval.

Portanto, acertando o foco para a representação social que dominou a época da formação da modernidade, podemos destacar a ideologia liberal-individualista e sua marca está no “individualismo, enquanto aspecto nuclear da moderna ideologia liberal e enquanto expressão da moralidade social burguesa, [que] prioriza o homem como centro autônomo de decisões econômicas, políticas e racionais. A ação justifica-se não pela afirmação interativa com o social, mas por uma subjetividade em que o sujeito racional ‘se conhece e se afirma como individualidade’.”⁶¹

Esse jogo de idéias, essa tendência à racionalização marcará de forma determinante os fenômenos culturais e sociais da época. Neste sentido, mencionou-se o secularismo e o progresso científico, porém muito além foram seus desdobramentos e atingiram também o aspecto político. A liberação do indivíduo atingiu diretamente a manifestação política, pois a centralidade conferida ao indivíduo, este tomado como livre e igual, tem conseqüências diretas para a compreensão do poder. Este deixa de se encontrar na ordem objetiva das coisas para alocar-se na *vontade*⁶².

Avançando neste campo, segue-se à análise do último pressuposto eleito guia para a composição do quadro de significações constantes dos primórdios da sociedade moderna. Passemos a esboçar algumas características principais da estrutura do poder reinante à época.

Indubitavelmente, uma das grandes transformações histórico sociais do período de transição para a Europa Ocidental Moderna foi o advento dos Estados Nacionais Modernos.

O sistema jurídico anterior, a pré-modernidade européia, foi marcado pela grande descentralização política e pela fragmentação cultural. A sociedade medieval caracterizava-se pela “multiplicidade de centros internos de poder político, distribuídos a nobres, bispos, universidades, reinos, entidades intermediárias, estamentos, organizações e corporações de

⁵⁹ Que também é constituído essencialmente por um núcleo econômico e outro núcleo político-jurídico. (WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 39.)

⁶⁰ *Id.*

⁶¹ *Ibid.*, p. 39-40.

⁶² HESPANHA, *op. cit.*, p. 118.

ofício.”⁶³ Com a passagem dessa estrutura política fragmentada e descentralizada para o Estado liberal capitalista, a partir do século XVI, ocorreu a quebra da força que tivera a literatura política no período medieval⁶⁴.

Com o intuito de reduzir o pluralismo político, surge gradativamente uma nova ordem política centralizada, que passou a representar e exercer toda a autoridade anteriormente disposta pelas ordens da sociedade medieval⁶⁵.

Retomando o que se falou sobre o camponês (‘liberto’ do campo) e a respeito da noção de propriedade (retirada de seus vínculos pessoais e sociais), “a autoridade também é progressivamente desalojada de todos os vínculos sociais, religiosos, econômicos e pessoais – que marcavam o exercício de poder nas sociedades medievais – e é repassada ao ente estatal burocratizado, recém criado.”⁶⁶ Esse ente central, o Estado foi primeiramente organizado sob a forma monárquica de Estado absolutista⁶⁷.

A vontade, como se referia anteriormente, não recai mais ao divino, a Deus. Neste novo mundo, terá lugar, num primeiro momento, no príncipe⁶⁸. Com o Absolutismo, desapareceram as condições para uma investigação política livre. A política foi tomada por um completo conformismo, que correspondia aos desejos da burguesia⁶⁹.

Entretanto, o passo decisivo para a formação do Estado, identificado em sua formação moderna, foi, no ensinamento de Skinner:

a mudança da idéia do governante ‘conservando seu estado’ para a idéia de que existe uma ordem legítima e constitucional distinta, a do Estado, que o governante tem o dever de conservar. Um efeito dessa transformação foi que o poder do Estado, e não do governante, passou a ser considerado a base do governo. E isso, por sua vez, permitiu que o Estado fosse conceitualizado em termos caracteristicamente modernos – como a única fonte da lei e da

⁶³ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 27.

⁶⁴ Sem dúvida a Igreja Romana exerceu grande influência não só religiosa, cultural, mas também militar durante o período medieval, sendo determinante nos conflitos romanos, em guerras e influenciou regimes políticos, por exemplo. (VILLEY, *A formação...*, p. 438.)

⁶⁵ FONSECA, *op. cit.*, p. 47-48. Tais ordens podiam ser as organizações profissionais, a Igreja, as ordens locais, etc.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 48.

⁶⁷ Concretizaram-se, no período do Absolutismo, teorias com o condão de justificar o direito divino dos reis. Outras, embora em minoria, procuram secularizar e romper com essa leitura. Um dos grandes teóricos da época, que contribuiu de forma marcante no sentido da secularização, ou seja, da separação da Teoria Política e religião, foi Maquiavel (Cf. MACHIAVELLI, Niccolò. *O Príncipe*. Trad. Roberto Grassi. 20. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.)

⁶⁸ Posteriormente será revestida de um acordo de vontades (a *vontade geral*), manifestação que será referida adiante, no item 1.3.

⁶⁹ “O burguês ama a ordem, remeter-se à autoridade para as questões de governo, e, em matéria de direito, remeter-se à legislação do príncipe e à justiça instituída; e, mesmo que quisesse agir de outra forma, não lhe dariam o poder para tal.” (VILLEY, *A formação...*, p. 438.)

força legítima dentro de seu território, e como o único objeto adequado da lealdade de seus súditos.⁷⁰

O processo de unificação em Estados Nacionais foi complexo e espalhou por toda Europa, ainda que marcado pelas circunstâncias específicas de cada local. Dessa centralização, podem-se extrair fatores mais ou menos comuns, mesmo arriscando categorizar o que na verdade foi extremamente heterogêneo. Esses fatores foram: a condensação jurídica única, exército permanente, o estabelecimento de uma burocracia institucionalizada, diplomacia profissionalizada e o investimento em noções mercantilistas na atividade econômica⁷¹.

O moderno Estado, situado no século XVII, que traz para a sua natureza o direito e o poder de exigir a obediência⁷², é a primeira configuração do Estado representativo do século seguinte, o Estado nacional liberal, com funções de gerência “das leis do livre mercado do liberalismo econômico e tutor das relações de competição privada.”⁷³

A constituição dos Estados Nacionais representa um momento de suma importância para análise dos conceitos modernos, pois é o contexto a partir do qual uma nova racionalidade se forma. Portanto, a compreensão da formação dos Estados Modernos disponibiliza elementos para apreender a vida política contemporânea⁷⁴, na medida em que “a constituição dos Estados modernos, com todas as novas idéias e conceitos que são trazidos, constituem um elemento fundamental na individualização do homem enquanto ser político.”⁷⁵

Apresentado o panorama contextual, a partir do qual podem se encontrar os elementos que contribuam para a compreensão das teorias que formaram a sociedade moderna européia ocidental, da qual germinará um sistema jurídico que responderá a essas essencialidades. Especificamente, o modelo jurídico moderno se constitui como possibilidade e resultado das concepções de mundo da sociedade burguesa em intersecção com o modo de produção capitalista. Sua valorização se dará partir da ideologia reinante, com características liberal-individualistas. E, indubitavelmente o direito estará adaptado à da centralização do poder personificada nos Estados Nacionais.

⁷⁰ SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 09-10.

⁷¹ FONSECA, *op. cit.*, p. 47.

⁷² SKINNER, *op. cit.*, p. 617.

⁷³ WOLKMER, *Síntese...*, p. 105.

⁷⁴ FONSECA, *op. cit.*, p. 48. Ainda que não se pretenda aduzir que nessa época tenha se formado a concepção tal qual hoje se tem do Estado. Neste sentido Skinner ressalva: “Os teóricos que analiso [modernos] mostram-se confusos acerca da relação entre o povo, o governante e o Estado.” Noções que foram se transformando com o curso da história. (SKINNER, *op. cit.*, p. 627.)

⁷⁵ FONSECA, *op. cit.*, p. 49.

Somente depois de colocada a questão da cultura moderna como pressuposto, pode-se chegar à análise do direito em suas características essenciais individualistas. Isto porque, na esteira do que aponta Villey “a filosofia jurídica foi apenas a aplicação ao direito de um pensamento comum.”⁷⁶ Com base nos traços delineados da realidade vivida na Europa Ocidental, a partir do século XVII e XVIII, passaremos a verificar no item a seguir como o direito respondeu a essas circunstâncias.

1.2. Subjetividade moderna: bases pós-medievais e pré-modernas do individualismo

O item anterior buscou traçar social, política e culturalmente o cenário que possibilitou a emergência de novas idéias e novas formulações, hoje por nós designadas modernas. Essas inovadoras teorizações são resultantes dos acontecimentos traçados como pressupostos, cujo desabrochar ocorreu entre os séculos XV e XVI e o pleno frutificar ainda aguardos as condições possibilitadas pelo século XVIII⁷⁷, formatando o surgimento da era Moderna.

O presente tópico pretende voltar a observação para as bases que informam o direito. Perceber de que maneira os processos histórico-culturais influenciaram o modelo jurídico que se formulou na modernidade. Quais as teorizações que prevaleceram e se encontram ainda vigentes no sistema jurídico.

A exemplo do que foi visto em outros aspectos (social e político), a época medieval foi marcada pela descentralização e pluralidade também em sua juridicidade.

O direito moderno foi precedido de um sistema jurídico múltiplo e consuetudinário no período medieval. O contexto em que esse sistema estava inserido era de pluralismo político e fragmentação dos centros de decisões. No campo social, havia corporativismo e hierarquia de privilégios em uma sociedade estamental. Essa profunda descentralização, que marcou o período do medievalismo europeu, reflete também no campo jurídico: coexistiam os sistemas jurídicos romano, canônico, germânico e também o sistema jurídico dos senhores medievais, os senhores feudais. A estrutura jurídica desse período histórico era difusa, assistemática e pluralista, realizada em cada feudo e reino de acordo com os usos locais⁷⁸. Por certo, com grande influência do direito canônico, tomando-se a perspectiva teocêntrica que – de uma forma geral – marcava o período.

⁷⁶ VILLEY, *A formação...*, p. 584.

⁷⁷ FONSECA, *op. cit.*, p. 44.

⁷⁸ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 27-28.

A transformação dessa estrutura jurídica múltipla para a que, em grande medida ainda hoje conhecemos, ocorreu ao longo dos séculos, mas foi decididamente marcada pelos fatores que possibilitaram a emergência da Modernidade. É a essa marca indelével do *NOVO* direito moderno que buscamos investigar neste item.

Como resultado das emanções ocorridas nas diversas áreas do contexto cultural moderno⁷⁹, pode-se verificar que a *NOVA* “sociedade moderna europeia dos séculos XVI e XVII que influenciaria a cultura jurídica da época contém, no seu bojo, todo um processo crescente de secularização, racionalização, individualização e progresso científico.”⁸⁰ Nosso interesse centra-se especialmente no caráter individualista impresso por essa cultura ao direito, que, para Villey é uma das marcas – e a principal – do direito moderno⁸¹.

Antes de centrar o estudo no caráter individualista do direito moderno, vejamos as idéias que também lhe são atribuídas, de secularização, racionalização e o progresso científico, retomando algumas ilações referidas no item anterior.

O caráter secular desse novo período evidencia a ruptura com a época anterior, dominada pela teologia. A perspectiva moderna afasta a explicação e visão de mundo mágica, cósmica ou religiosa. Em seu lugar, coloca-se a razão humana, assumindo o pensar uma perspectiva antropocêntrica⁸².

Não se pode deixar de mencionar um dos movimentos sócio-culturais que mais concorreram para o surgimento dessas características e, portanto, surgimento da Modernidade, o humanismo renascentista. Esse movimento abriu espaço para a consideração prioritária do homem, centralizado na razão. O humanismo traz de original advir de uma nova classe social: a burguesia, enquanto que na Idade Média os clérigos eram os que detinham o monopólio dos estudos. “Doravante, a conjuntura econômico-política permite que os burgueses enriquecidos e alguns nobres libertos de sua antiga tarefa militar constituam um outro tipo de elite culta.”.

⁷⁹ No campo social, influência exercida pela burguesia (como classe hegemônica, detentora dos meios de produção) refletiu em todas as direções, transformando as estruturas sociais de acordo com seus interesses. O direito também respondeu à influência no exato momento em que se firmava um *NOVO* direito, fundado “na logicidade de regras genéricas, abstratas e racionalizadas,” disciplinando “com segurança e coerência, questões do comércio, da propriedade privada, da herança, dos contratos etc.” (WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 47.) Dessa estrutura econômico-social, marcada pela emergência da burguesia comercial e da nascente ordem econômica mercantilista, formou-se um Direito Mercantil, cuja sistemática e unicidade melhor atenderia a dinâmica comercial. Ao lado dessa característica mercantilista a que o direito respondeu, estava a transformação ocorrida no cenário político. A centralização promovida pela constituição de Estados teve seu traço de influência na ordem jurídica, tornando-se o Estado a fonte única de onde emanava o direito.

⁸⁰ WOLMER, *Síntese...*, p. 121.

⁸¹ VILLEY, *A formação...*, p. 180.

⁸² LUDWIG, *Paradigmas...*, p. 2. “a Razão passa a ser o fundamento de explicação e compreensão da realidade. Esta passa a ser investigada tendo o homem como centro de tudo. Não se trata, porém, inicialmente, do homem em suas diversas dimensões constitutivas. Ao contrário, o antropocentrismo moderno inicial, funda a subjetividade caracterizada como consciência: ‘Penso, logo existo’. A subjetividade é fundante e fundamental.” (*Id.*)

Este é um fato importante para a história. “O humanismo comumente germinou em solo virgem, num mundo leigo, emancipado das tradições medievais. (...) os nobres e burgueses que concorreram para a sua formação têm preocupações bem diferentes das dos clérigos da universidade medieval: mais práticas, menos especulativas.”⁸³ O interesse dos círculos humanistas voltava-se aos problemas da vida privada. Não se envolvem com questões políticas ou de governo⁸⁴.

Outro elemento importante que ilustra essa construção lenta e gradual foi a reforma protestante, que pode ser considerada com um papel importante do ponto de vista político da Modernidade. O homem burguês se utiliza de novos princípios, novos valores, considera a liberdade como o elemento central, passa a ser a bandeira privilegiada por essa classe média, classe emergente, que vai instalar uma nova ordem política, uma nova ordem cultural.

Somam-se ao panorama que se tenta restaurar, as grandes interferências no ideário social causadas pelos avanços científicos.

As ciências modernas, como se sabe, começaram a florescer no início do século XVII com Galileu, Pascal ou Huyghens etc. Diferentemente da ciência clássica aristotélica que pretendia antes de tudo apreender *qualidades* universais (o calor, o frio, o úmido, o seco, o melancólico, o colérico, o bom, o político, o justo), a ciência moderna constitui-se com base na experiência de fatos *singulares*. Começa pela dissecação, pela *análise*, de seu objeto; por exemplo, a química se esforça num primeiro momento para reduzir o corpo a átomos. Esta ciência era *atomística*.⁸⁵

Por certo, a técnica ganhou muito com essa mudança de perspectiva, passando-se do geral para o específico, do conceito abstrato para a identificação do particular⁸⁶.

Porém, com o desaparecimento de ciências especulativas, perdeu-se na compreensão acerca de estrutura real do mundo⁸⁷, restringindo-o apenas a indivíduos e singularidades. Da mesma forma, também a ciência humana se constitui a partir e em torno dos indivíduos. As noções gerais, os organismos coletivos deixam de ser naturais. Agora são identificados como

⁸³ VILLEY, *A formação...*, p. 436-437.

⁸⁴ Ocupavam-se com questões com questões de *moral*, erudição histórica, a arqueologia, as técnicas, a física, a matemática e engendraram e expansão das ciências exatas. Questões que não perturbam a ordem nem ameaçam o príncipe. E, quanto ao assunto, Villey avisa: “Tenhamos isso em conta, pois, afinal, talvez seja sobretudo por essa mudança de perspectiva que se poderá explicar a mudança dos princípios do direito.” (*Ibid.*, p. 438.)

⁸⁵ VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definições e fins do direito: os meios do direito*. Tradução Márcia Valéria Martines de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção justiça e direito) p. 133.

⁸⁶ FONSECA, *op. cit.*, p. 43.

⁸⁷ “E de fato decisão alguma jamais foi tão arbitrária quanto a de não considerar *real* no mundo senão indivíduos.” (VILLEY, *Filosofia...*, p. 135.)

criações artificiais dos indivíduos. Essa é uma idéia advinda, em grande medida da doutrina nominalista⁸⁸.

Mister se faz, portanto, analisar com mais vagar em que consistiu a corrente nominalista, que possibilitou elementos para constituir as ciências ‘exatas’, cujos elementos de raciocínios e cálculos precisos e rigorosos, revelam o universo nominalista e sua preponderância ao singular⁸⁹.

Para Villey, o nominalismo é um dos fatores que compõe a força que a noção de *indivíduo* adquiriu na era moderna. Outros marcos, também foram decisivos para essa formação, foram o estoicismo – renascido pelo humanismo – e o cristianismo. E, segundo o autor, ao se pesquisar sobre a gênese do sistema individualista, revelam-se as “chaves de uma profusão de conceitos ainda em uso.”⁹⁰

Não se pode identificar a filosofia jurídica moderna como única, ou, identificar um único sistema jurídico moderno. Houve, por certo, uma variedade de filosofias jurídicas coexistindo nesse período⁹¹. Ainda assim, resguardas as vicissitudes de cada escola filosófica, Villey afirma ser possível “detectar tendências comuns aos sistemas jurídicos modernos; tendências distintas, mas cuja síntese mais ou menos acabada é o que o pensamento jurídico moderno tem de próprio.”⁹² Esses traços característicos são sobretudo dois: a laicidade e o individualismo.

como específicos do pensamento jurídico moderno [a laicidade e o individualismo] têm, aliás, sua verdadeira origem na escolástica medieval, embora, com efeito, ainda dissociados. (...) o respeito à razão profana, vêm da escola de São Tomás; o individualismo e suas conseqüências, o positivismo jurídico, o conceito de direito subjetivo surgem da escola rival do começo do século XIV, de escolástica franciscana e, sobretudo, do nominalismo de Guilherme de Ockham.⁹³

Não nos deteremos demasiadamente na análise da primeira característica, tendo em vista nosso objeto de estudo perquirir as características do individualismo. Vamos nos deter a identificar, ainda com Villey, que “o direito moderno se opõe ao direito clerical da alta Idade Média, àquilo que todo o direito da Idade Média, até seu final, tem de sacro. (...) A fé dos

⁸⁸ VILLEY, *A formação...*, p. 693. Esses germes já estavam presentes no nominalismo, três séculos antes, embora apenas tenham se desenvolvido plenamente no século XVII, com a eclosão da ciência - possibilitada por esse arcabouço de significações pré-articulado. (*Ibid.*, p. 233.)

⁸⁹ VILLEY, *Filosofia...*, p. 134.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 125; VILLEY, *A formação...*, p. 435.

⁹¹ Cada qual com influências e características próprias, formadas a partir de seus contextos, como por exemplo, a alemã – a partir da qual se constituiu uma escola racionalista, ou a inglesa – com seu método empirista. (VILLEY, *A formação...*, p. 174.)

⁹² *Id.*

⁹³ *Ibid.*, p. 178-179.

textos revelados (...) é totalmente substituída (...) pela confiança na *razão*, ajudada ou não pela *experiência* exclusivamente *sensível*.”⁹⁴

Seguindo para o que precisamente interessa ao estudo, veremos as características do individualismo, sendo esse o traço “que o pensamento jurídico moderno tem de mais específico”⁹⁵.

Primeiramente, quanto ao estoicismo, ressalta-se que, em sua origem, não estava relacionado ao direito, mas sim à filosofia da moral. A leitura jurídica dessa doutrina é um resultado do humanismo renascentista.

O estoicismo, juntamente com outros conteúdos, ressurgiu no século XVI como um novo campo de investigações, cujo resultado de todos os esforços foi um *Renascimento*: filosofias antigas, principalmente helenísticas⁹⁶, que haviam sido desprezadas pela cultura medieval, foram reencontradas pelos eruditos, repensadas e revalorizadas pelos filósofos. As doutrinas helenísticas congregam diversas teorias, dentre as quais o estoicismo. Com raízes na Antigüidade, tal doutrina compõe uma cultura chamada ‘profana’⁹⁷. A eleição por essa fonte, evidencia o caráter de ruptura que os modernos buscavam em relação aos precedentes séculos de pensamento teológico medieval.

Nos textos dessas doutrinas, o eixo da filosofia desloca-se para a moral, para a conduta da vida privada do particular⁹⁸. Entretanto, os pensadores modernos, partindo dos mesmos textos, que tinham como objeto central a moral privada, fizeram germinar novos frutos, agora jurídicos. “Pode parecer inverossímil que filosofia de origem alheia ao direito, filosofias moralistas, como o estoicismo, mais tarde filosofias das ciências ou críticas do conhecimento, possam transformar-se com o tempo em filosofias jurídicas.” Entretanto, o movimento renascentista tirou das doutrinas helenísticas os princípios de um sistema de direito.

⁹⁴ VILLEY, *A formação...*, p. 175. Porém, esse laicismo não corresponde a uma atitude anti-religiosa, ao contrário, por algum tempo ele caminha passo a passo com a mais autêntica teologia cristã (e às vezes até católica). Posteriormente, ocorrerá uma ruptura mais brusca, principalmente com a filosofia francesa do século XVIII. Depois, em um fluxo histórico e complexo, surgirão ondas de racionalismo e, mais tarde, do cientificismo moderno, sendo expressões contrárias à fé cristã. “Esses excessos deixarão, em seu tempo, sua marca na ciência do direito.” (*Ibid.*, p. 175-176.)

⁹⁵ VILLEY, *A formação...*, p. 176.

⁹⁶ O período helênico refere-se aos aproximadamente trezentos anos decorridos entre a morte de Alexandre até César, que representa a fusão de seus impérios, ou seja, período de lenta desintegração do império alexandrino e ascensão romana. Assim, têm-se as doutrinas helenísticas (a exemplo do estoicismo, ceticismo e epicurismo) como produtos tardios da Antigüidade. (HELPERICH, *op. cit.*, p. 54; VILLEY, *A formação...*, p. 435.)

⁹⁷ Ou também filosofias ‘pagãs’, em sentido de oposição ao pensamento teológico.

⁹⁸ As doutrinas helenísticas, surgidas nos grandes impérios constituídos pelos sucessores de Alexandre, não tratavam de questões políticas. Focaram, portanto, a conduta da vida pessoal dos sábios e tornaram-se sobretudo filosofias morais. Característica convergiu com o momento moderno da filosofia política, que terá reflexos também em outras áreas. (VILLEY, *A formação...*, p. 447; VILLEY, *Filosofia...*, p. 129)

Especialmente o estoicismo, como a filosofia de maior sucesso no Renascimento, tornou-se “uma das bases da filosofia moderna e teve uma imensa influência sobre o direito”⁹⁹.

Desde a antiguidade, o estoicismo formulou uma densa história e reuniu vários autores sob seu signo, todavia, o renascimento do século XVI teve como fonte central os textos de Cícero¹⁰⁰. Embora o estoicismo entre os juristas romanos não tenha conquistado expressão como veio a ocorrer a partir do Renascimento, as leituras dos textos antigos feitas por Cícero foram especialmente importantes para os modernos e para o direito. Isto porque com a produção intelectual desse autor se operou a aproximação dos temas de política e de direito com a filosofia moral. Aproximação que não se deu diretamente em suas obras, mas a partir da sua vida ativa e pública, que retirava de sua experiência judiciária os exemplos ilustrativos de seus tratados de moral¹⁰¹.

As doutrinas helenísticas protagonizaram um deslocamento do interesse central da filosofia: deixou-se a *pólis* para pensar sobre e a partir da pessoa individual. Especificamente o estoicismo se encarregou de formulações com princípios da virtude, dando à conduta de vida e a elementos individualistas. Entendia a vida do indivíduo permeada pelo conflito entre o desejo de harmonia e as crises. Para superação destas, exigia-se uma conduta pautada pelo autocontrole no sentido de seguir permanentemente uma orientação. Assim, a ética estoica inclinava fortemente os indivíduos à prática, a uma vida justa. A justiça, por sua vez, alocava-se no valor moral dos indivíduos, assim como na retidão de suas condutas¹⁰².

Como uma filosofia moral, o estoicismo continha preceitos que orientavam os indivíduos. O primeiro deles determinava viver *segundo a natureza*, ou seja, em conformidade com a *natureza*. Em um mundo concebido à semelhança de organismo vivo, por natureza se entendia a *força* que emanava desse organismo. Uma *força* estável, com movimento próprio, na qual o mundo está contido e da qual advém todos os seres. Essa *força ativa*, um sopro, formada como uma mistura de fogo e ar, moldava o mundo¹⁰³. Também nos seres vivos há uma parcela desse fogo criador, uma parcela de *lógos* de forma que “a razão constitui a ‘natureza’ específica do homem.”¹⁰⁴

⁹⁹ VILLEY, *A formação...*, p. 453-454.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p. 454-455. Marco Túlio CÍCERO (106-143 d.C.) foi um orador, jurista, político e filósofo romano. Dedicou-se, sobretudo, a questões retóricas, a filosofia política, a filosofia da religião e a filosofia moral. (HELFERICH, *op. cit.*, p. 63.)

¹⁰¹ VILLEY, *A formação...*, p. 456.

¹⁰² HELFERICH, *op. cit.*, p. 55-58. Os indivíduos “devem ser altruístas e ‘sociáveis’, não devem prejudicar o próximo, devem ser respeitosos da ordem estabelecida, serviços, generosos” (VILLEY, *A formação...*, p. 464.)

¹⁰³ HELFERICH, *op. cit.*, p. 57; VILLEY, *A formação...*, p. 465-466.

¹⁰⁴ VILLEY, *A formação...*, p. 467.

Portanto, sendo a natureza uma regra de conduta, a moral estóica ensina a obedecer à razão ao buscar pelo dado natural, pois a razão é obra do *lógos*. Assim, conclui-se: “Seguir nossa razão é (...) seguir nossa natureza.”¹⁰⁵

Este também será o resultado a que chegará o direito. Para os estóicos todas as instituições humanas, assim como as regras morais e jurídicas, provêm da natureza, do *lógos*. Sendo o homem o portador de parcela desse *lógos*, expressa na sua razão, será o direito produto da ‘natureza do homem’, ou seja, da sua razão. Assim, vê-se a *razão* substituir a natureza como fonte principal do direito, recorrendo agora a uma fonte *subjéctiva*: a *razão* disseminada nas almas dos homens¹⁰⁶. Como resultado, o direito restará contido num conjunto das leis formuladas pelo espírito humano.

Quanto ao conteúdo das normas jurídicas estóicas, verifica-se o forte traço moral de seus preceitos. Partindo-se da determinação estóica maior, a de viver em conformidade com a natureza, impõe-se ao indivíduo o dever de se autopreservar e de perpetuar a espécie¹⁰⁷. Para sua efetivação, outras recomendações surgem: ‘não prejudicar ninguém’; não impedir o outro de se preservar, se alimentar, enriquecer e procriar; e de estar ‘a serviço’ de outrem. É a essa inclinação que está ligada a virtude de justiça, assim, entrando propriamente no domínio do direito. Conseqüentemente surgem deveres variados, dentre os quais o de respeitar a propriedade alheia e de manter a palavra dada¹⁰⁸. Destacam-se tais deveres porque estritamente obrigatórios e porque serão os responsáveis pela ossatura da moral jurídica estóica¹⁰⁹.

Para o estoicismo as questões jurídicas se resumem simplifcadamente em conservar para cada um o que possui de fato, seja qual for a fonte de onde provenha. Também, cabe ao indivíduo, em sua retidão de conduta, cumprir com o que quer que tenha firmado, independente da origem e condições dos pactos. Porque tudo o que existe é justo, pois é fruto do *logos*¹¹⁰. Portanto, as principais determinações jurídicas estóicas são *manter a ordem das posses existente, não atacando as alheias e respeitar as promessas*. Tais preceitos, por certo, incluem-se em muitas normas, porém, de ordem moral. Ainda que tornadas jurídicas, tomadas como primeiros preceitos do direito, evidenciam a preponderância moral no âmbito jurídico.

¹⁰⁵ VILLEY, *A formação...*, p. 478.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 467; 472; 478.

¹⁰⁷ Do qual se retiram os fundamentos do direito de legítima defesa e do direito à propriedade. Desde já se apresenta uma das fontes da idéia do direito subjéctivo. (*Ibid.*, p. 475.)

¹⁰⁸ VILLEY, *A formação...*, p. 488-489.

¹⁰⁹ Que só estará completo, para o estoicismo, quando adotar a forma de regras precisas: “As leis escritas, ou pelo menos ‘constituídas’ com precisão, vão formar de fato o mais claro da substância do direito. (...) o direito se caracteriza *formalmente*, pelo estado de acabamento das regras” (*Ibid.*, p. 483.)

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 491.

O direito, a partir da leitura estóica, sujeitou-se à moral e desta forma foi adotado pelos juristas modernos¹¹¹.

Retomando a análise voltada ao nosso problema, extrai-se do estoicismo antigo a negação da *polis* e o culto à conduta moral do indivíduo. Os deveres dos sujeitos, mais do que relacionados com a *polis*, primavam pela ‘natureza do homem’¹¹². “o estoicismo, à medida em que, em Cícero, começa a se misturar com o direito, propõe do direito uma visão individualista”, que renascerá com os modernos juristas europeus, resultando no direito moderno construído a partir de uma visão individualista.

Outro marco que também importante para o surgimento dessa concepção foi o cristianismo. Enquanto os estóicos tomavam os homens, cada qual igualado ao outro por suas características de seres racionais, o cristianismo os igualava na condição de *ser* em Cristo: “Não pode existir nem judeu nem grego.... nem escravo nem homem livre... nem macho nem fêmea, pois na verdade sois todos *um homem em Jesus Cristo*.” (...) ‘Ninguém, aos olhos de Deus, é escravo ou senhor ... Todos nós somos seus filhos.’¹¹³ Essa condição além de igualar todos os indivíduos demonstra considerá-los em uma condição que o autor chama de extramundana. Porque a condição que individualiza cada homem, que é a mesma condição que os universaliza, se realiza em um plano que transcende o mundo dos homens e das instituições sociais. Neste sentido, cada cristão liga-se à comunidade de uma maneira precária, seu interesse verdadeiramente volta-se a uma outra dimensão.

Existe um individualismo absoluto e um universalismo absoluto em relação a Deus. A alma individual recebe valor eterno de sua relação filial com Deus e nessa relação se funda igualmente a fraternidade humana: os cristãos reúnem-se no Cristo, de quem são os membros. (...) O valor infinito do indivíduo é ao mesmo tempo, o aviltamento, a desvalorização do mundo tal como existe: é postulado um dualismo, estabelece-se uma tensão que é constitutiva o cristianismo¹¹⁴

Na concepção cristã o pertencimento de cada ser se configura no reino supraterrrestre. A partir da Sagrada Escritura se forma a idéia de um mundo constituído por indivíduos. Neste sentido, a leitura da Sagrada Escritura se revela *personalista*. O “homem de que fala o Evangelho não é apenas o gênero humano ou uma determinada *espécie*, determinada categoria

¹¹¹ Como resultado das determinações da moral estóica, sistema de direito privado moderno se formará tendo como seus primeiros pilares: a propriedade e o contrato. “em vez de justiça, o culto ao direito de propriedade. A solução ao desagradou – seria impossível encontrar outra mais apropriada a granjear a aprovação dos proprietários” (VILLEY, *A formação...*, p. 491.)

¹¹² VILLEY, *A formação...*, p. 691.

¹¹³ DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. p. 51. (grifo no original)

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 43.

social; ele não é somente uma *parte* do grupo social, como na *Pólis* de Platão: Deus demonstra amor por *cada um* dos indivíduos, como um *pai* ama *distintamente* cada um de seus filhos e de suas filhas.”¹¹⁵

Valorizando basicamente a existência superior, o cristianismo levava a quase total desconsideração da cidade terrena. Por um longo tempo, manteve-se uma severa distinção entre a vida prometida ao homem e aquela em que, de fato, a estava inserido. Era essencialmente a primeira que deveria tomar a preocupação do indivíduo, levando-se a uma desvalorização do mundo concreto, mundo real. Deixando para trás o mundo social, o que resplandece é o indivíduo¹¹⁶.

A idéia de cidade, com a força que na Antigüidade tivera, perde seu centro de interesse, pois “o povo judeu é uma *nação*, reunião de indivíduos. Não uma cidade.”¹¹⁷ Indivíduos espalhados mundo a fora.

É importante assinalar que o individualismo cristão não era absoluto, pois quando a moral cristã se dirige ao indivíduo é para “propor um fim supra-individual: uma espécie de fusão com Deus que é o termo final da vida cristã, com o ‘corpo místico’ e com os outros.” Ainda assim, a relação que o cristianismo propõe em vida, ou seja, quanto às considerações para cada devoto se estabelece uma relação diretamente com Cristo, a “vida cristã é de relação ‘intersubjetiva’: relação de cada fiel a Cristo”¹¹⁸.

Por mais complexa que seja a doutrina cristã, além do que aqui tratado, tem-se uma conduta que diminui os vínculos dos indivíduos com a convivência social e dilui as responsabilidades para com esta. De fato, o que consta do período dos séculos XIV e XV eram *monges* que abandonavam as cidades e optavam pela solidão, afastavam-se dos afazeres sociais; místicos tornando-se intelectualmente solitários, apartados de relações sociais¹¹⁹. Esse individualismo também esteve presente no nominalismo, doutrina que se desenvolveu nesse contexto, em meio a uma literatura monástica. Vejamos.

O *nominalismo* é uma filosofia antiga, florescida nos séculos XI e XII e com apogeu no século XIV. Podem-se destacar dois nomes que muito contribuíram para essa doutrina: Duns Escoto e, especialmente, Guilherme de Ockham.

¹¹⁵ VILLEY, *A formação...*, p. 205.

¹¹⁶ DUMONT, *op. cit.*, p. 39.

¹¹⁷ VILLEY, *Filosofia...*, p.126.

¹¹⁸ *Ibid.*, p.128; 138.

¹¹⁹ *Ibid.*, p.128.

A obra do primeiro teólogo tornou-se grande sucesso nas escolas. Como seu aluno, o segundo teólogo, acirrou ainda mais o individualismo demonstrado pelo mestre, marcando de forma decisiva a história para a modernidade.

Como monges franciscanos, esses teóricos se filiavam a uma corrente contraposta a de são Tomás de Aquino¹²⁰. Tal doutrina compreendia o mundo como um mundo de *generalidades*, formado por gêneros, espécies e naturezas, além dos indivíduos, que eram, por certo, reconhecidos, e, prioritariamente: os indivíduos estavam em primeiro plano, porém, não eram únicos¹²¹.

Já o mundo de Duns Escoto era formado por pessoas, era um mundo de indivíduos. Segundo Villey, o franciscano tinha algumas teses centrais que demonstram seu pensamento. Uma delas determinava que *o singular poder ser conhecido imediatamente*, ou seja, intuitivamente se conhece o indivíduo e as coisas singulares¹²². Outra tese era de que “*cada indivíduo possui uma ‘forma’ particular*”. Essa afirmação teve por consequência a liberação do indivíduo das formas despersonalizantes, como *o cidadão, o servidor, o servo*. Assim, “*O indivíduo, não mais o gênero, vê-se posto no ponto de partida, assim como se torna o objeto último do conhecimento científico.*” Outra afirmação é *a primazia da vontade sobre a inteligência*. Duns Escoto é filósofo do primado da *vontade*, entendia que “a ignorância não é causa última do pecado; (...) o pecado é um ato livre da vontade, uma escolha entre o *amor* ou o *ódio*, antes de qualquer operação da inteligência.”¹²³

A partir desses ensinamentos ocorreu o desenvolvimento mais pleno do nominalismo, que se liga ao nome de Guilherme de Ockham. Esse filósofo (e posteriormente político¹²⁴)

¹²⁰ Pode-se identificar no período do medievalismo – correndo o risco de parecer esquemático e estanque, diante de uma história que na verdade se formou a partir de continuidades e rupturas – duas ‘fases’ bastante distintas: Alta Idade Média, período dominado pela ditadura da fé e da letra das Escrituras; e Baixa Idade Média, a partir do século XI ou XII. Nesse segundo momento, ainda, rivalizaram duas grandes escolas: a humanista e a integrista. A primeira corrente, particularmente receptiva à filosofia profana da Antiguidade, com forte dedicação ao estudo de Aristóteles, teve seu auge com são Tomás de Aquino. Já a corrente contrária, a integrista, era estritamente ligada à tradição cristã. Ao longo do século XIII conquistou a escolástica franciscana. Como representantes mais destacados dessa corrente franciscana estão Duns Escoto e Guilherme de Ockham. (VILLEY, *A formação...*, p. 179-181.)

¹²¹ O realismo tomista também reconhece realidade aos conjuntos chamados ‘universais’: os gêneros, as espécies, os grupos, como por exemplo, o ‘animal’, o ‘homem’, o cidadão. São “substâncias segundas”, sendo a qualidade de ‘substâncias primeiras’ atribuídas aos indivíduos (Pedro ou Paulo)” (*Ibid.*, p. 227;205.)

¹²² Essa tese, que possui relação direta com os primeiros desenvolvimentos da ciência experimental –, ressaltando a exposição anterior – vai de encontro com a concepção tomista, cujos objetos de análise eram os gêneros, as espécies: “o homem, o cidadão, o pai, mais que Pedro ou Paulo”. (*Ibid.*, p. 206.)

¹²³ *Ibid.*, p. 206-207.

¹²⁴ Após romper com o papado ao polemizar sobre a questão da pobreza franciscana, aliou-se ao Imperador Luís da Baviera, em 1328, contra o papa João XXII. “Defende-me com a espada, eu te defenderei com minha pena”. Depois de ser abandonado pelo imperador e por sua ordem, Guilherme de Ockham dedicou-se a escrever obras políticas. “tentou (o que Duns Escoto não fizera) pôr à prova sua filosofia e sua lógica no trato de questões políticas e jurídicas.” (*Ibid.*, p. 224-225.) Em seus tratados político-eclesiásticos Ockham registra “os impasses

deixou uma marca tão evidente na filosofia do direito que é considerado o fundador da ‘*via moderna*’¹²⁵. O *novo* modo de filosofar dessa *via moderna* parte da existência única de indivíduos. A sociedade passou a ser compreendida a partir do indivíduo e não dos grupos sociais¹²⁶. Do indivíduo se retira o único conhecimento perfeito, verdadeiramente adequado ao real. A concepção que se exercita é de que unicamente pessoas e coisa singulares formam o mundo. Para Guilherme de Ockham, o único real é o particular e as únicas substâncias são as coisas individuais e propriedades. O geral era desprezado em benefício do singular: “só os *indivíduos* existem: só Pedro ou Paulo (...) só eles constituem ‘substâncias’.”¹²⁷.

Os termos ‘universais’, que designavam as realidades genéricas (como a idéia de ‘cidadão’) ou corpos (como a idéia de ‘cidade’), para os nominalistas são apenas *signos*, termos da linguagem, *nomes*. Na lição de Hespanha, com o nominalismo passou-se a entender que: “aqueles atributos ou qualidades (“universais”) que se predicam dos indivíduos (ser *pater familias*, ser escolar, ser plebeu) e que descrevem as relações sociais em que estes estão integrados não são qualidades incorporadas na sua essência, não são ‘coisas’ sem a consideração das quais a sua natureza não pudesse ser integralmente apreendida”¹²⁸.

Assim, os termos ‘universais’ são entendidos pelo nominalismo não como atributos sociais dos indivíduos, tão-somente como *instrumentos* lingüísticos que auxiliam na percepção de uma pluralidade de objetos que têm entre si alguma semelhança¹²⁹. Esses termos ‘universais’ não possuem existência real, resumindo-se em uma construção mental, forjada livremente pelos indivíduos como instrumento relacional em um mundo de singularidades.

Essa escola de filosofia atravessou toda a história moderna e ainda hoje sobrevive. Espalhou-se pelos países da Europa e foi o legado da Idade Média para a filosofia moderna. E, de modo lento e indireto, essa lógica nominalista foi transmitida ao direito¹³⁰: a prevalência

de sua época: a crítica ao clericalismo e a discordância profunda do rumos e das imposições da Igreja Romana. (...) busca (...) reformar profundamente a Igreja e separar o domínio temporal do espiritual.” (WOLKMER, *Síntese...*, p. 75.)

¹²⁵ VILLEY, *A formação...*, p. 221. Como dito anteriormente, a *via moderna* consiste em um modo de pensar o mundo diverso e contraposto à *via antiqua*, que se refere à Antiguidade clássica. É, pois, essa alteração na forma de pensar o mundo, essa alteração de lógica promovida pelo nominalismo que marcará, na história da filosofia, o período da história ocidental depois do Renascimento, portanto, a partir do século XVII. (ABBAGNANO, *Dicionário...*, p. 679.)

¹²⁶ HESPANHA, *op. cit.*, p. 116.

¹²⁷ VILLEY, *A formação...*, p. 229; 230; 693.

¹²⁸ HESPANHA, *op. cit.*, p. 117. (grifo no original)

¹²⁹ VILLEY, *Filosofia do direito...*, p.132. Para o nominalismo não existiria, por exemplo, uma ‘filosofia moderna’, apenas seria possível identificar filósofos ditos modernos. Em exemplo do próprio Ockham, citado por Villey: “Não existe realmente uma ‘ordem franciscana’, mas dispersos pela Europa, frades franciscanos. (...) não existe *paternidade*. Como poderia existir a paternidade, sem pai e sem filho? (...) Só possuem existência real esses indivíduos singulares, de que, de resto nos é dado um conhecimento imediato e intuitivo, e que designamos por meio desses signos que são os nomes próprios.” (VILLEY, *A formação...*, p. 229-230).

¹³⁰ VILLEY, *A formação...*, p. 225-226; 233.

nominalista do indivíduo faz com estes se torne também o centro de interesse da ciência jurídica.

O nominalismo, habituado a pensar todas as coisas a partir do *indivíduo*: o indivíduo torna-se o centro de interesse da ciência do direito; o esforço da ciência jurídica tenderá doravante a descrever as qualidades jurídicas do indivíduo, a extensão de suas faculdades, de seus *direitos individuais*. (...) E, quanto às normas jurídicas, (...) será preciso buscar sua origem exclusivamente nas vontades positivas dos indivíduos: o *positivismo* jurídico é filho do nominalismo. Todas as características essenciais do pensamento jurídico moderno já estão contidas em potência no nominalismo.¹³¹

Segundo Villey para que se possa compreender o contemporâneo pensamento jurídico, é imprescindível ressaltar a presença do nominalismo na formação do direito moderno¹³². Neste sentido também é o ensinamento de Hespanha, que identifica as raízes do individualismo fundante da modernidade advinda diretamente da escolástica franciscana nominalista¹³³.

Muito embora determinante, o nominalismo não esteve só nessa construção. Como buscamos aduzir, não existiu com ele uma oposição frente a concepção do direito formulada pela tradição cristã. Ao contrário, essas doutrinas tinham como fundo comum a ordem interna centrada na conduta dos indivíduos. Posteriormente, foram apoiadas e endossadas pela contribuição da renascida moral estóica. Assim, fundada nessa tríplice sustentação, a doutrina jurídica moderna se constituiu concebendo “o direito como um conjunto de regras de *conduta* imposta aos indivíduos.”¹³⁴

O substrato histórico delineado anteriormente, juntamente com a concepção de mundo centrada no indivíduo são, em seu conjunto, condições de possibilidade para que a modernidade lentamente se firme. A partir desse terreno, no próximo item, pretende-se esboçar como se formará o modelo jurídico sendo reflexo das interações desse cenário.

1.3. Formação do modelo de juridicidade na sociedade moderna ocidental

A partir dos elementos propiciados pelo pensamento individualista da pré-modernidade, é possível identificar as marcas incipientes de uma outra formação social, na qual, o fundamento maior das coisas em geral não reside mais, quer na natureza Antiga ou na

¹³¹ VILLEY, *A formação...*, p. 233.

¹³² VILLEY, *Filosofia...*, p.131.

¹³³ HESPANHA, *op. cit.*, p. 116-117.

¹³⁴ VILLEY, *Filosofia...*, p.138. (grifo no original)

divindade medieval, mas sim no ser: o específico ser humano dotado de razão. Trata-se da ruptura marcada pela ‘via nova’, que agora se orienta por essa racionalidade. Seu fundamento último passará a ser a natureza do homem.

Como reflexo de todo esse arcabouço, os europeus modernos construíram, lentamente e de forma descontínua, uma nova concepção jurídica. Principalmente a partir de leitura nominalista e estóica, (re)elaboraram a concepção de direito natural¹³⁵.

O instituto do ‘direito natural’, por certo, já encontrou formas diversas desta que modernamente se conhece. A Antigüidade e o período medieval, a partir de suas características específicas, formularam outros conteúdos de direito natural de acordo com seus respectivos fundamentos.

Entretanto, é a partir da escola de direito natural moderna, formulada desde o final do século XVII, que em grande medida se fundamenta a concepção contemporânea mais corrente de direito natural¹³⁶. Ainda que a formação atual tenha se moldado pouco a pouco através do tempo, incorporando e transformando as características e fundamentos em conformidade com cada momento histórico, sua base mantém muito da noção moderna, como buscaremos evidenciar.

Mesmo correndo o risco de parecer a exposição de uma evolução linear do instituto de Direito Natural, para compreendê-lo na atualidade, veremos algumas de suas características ao longo da história.

É possível perceber, em diferentes épocas (como na Antigüidade e no medievalismo) a ocorrência de um fundamento exterior ao direito, quer seja Deus ou a natureza. São fundamentações não estanques¹³⁷. Porém determinantes na concepção jurídica de cada período.

Em Aristóteles o justo (e por esse termo também se traduz o direito – *dikaion*), provém da natureza, da sua observação. O mundo exterior apresentava a medida do equilíbrio. O justo é válido porque buscado não na subjetividade individual, mas fora do homem. “A observação revela uma natureza perfeitamente ordenada”¹³⁸, da qual se retira o direito. “A natureza, para Aristóteles (...) era ao mesmo tempo a finalidade que esses seres [os seres vivos] tendem

¹³⁵ Segundo Villey, não se pode atribuir a *criação* do direito natural aos modernos, pois na Antigüidade esse instituto já era utilizado. Aos estóicos cabe a responsabilidade por uma nova formulação e, apesar de utilizar o mesmo rótulo, não coincide no sentido do que fora o ‘direito natural’ aristotélico. Este não compreendia o homem separado do resto do universo (visão estóica). Na Antigüidade cósmica, as *pólis* e os grupos sociais eram naturalmente constituídos. (VILLEY, *A formação...*, p. 470-474.)

¹³⁶ VILLEY, *A formação...*, p. 472.

¹³⁷ MIAILLE, Michel. *Introdução crítica ao direito*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2004. p. 254.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 256.

naturalmente a realizar; o *fim* para o qual tendem ‘em potência’, sua *causa final*.’¹³⁹. Na Antiguidade a noção de natureza continha a idéia de uma ordem perfeita, incluindo-se aí a ordem das sociedades humanas, seres ordenados em conjunto, inseridos em um todo cósmico.

No pensamento cristão de São Tomás, na esteira aristotélica, a fé confirma o direito natural, isto porque a natureza está submetida à criação de Deus¹⁴⁰: a ordem natural das coisas, já constatada pelos clássicos, era reafirmada pela crença em um Deus criador e ordenador do mundo. O direito natural, portanto, é resultado das regras formuladas nas Escrituras e também por regras manifestadas pela ordem do mundo, perceptíveis pelo intelecto, destinadas a presidir a prática humana adequada ao designo divino¹⁴¹.

A sociedade européia constituída entre os séculos XVII e XVIII trazia em seu bojo os reflexos de todos os processos culturais anteriormente trabalhados. Tratava-se de uma realidade social fortemente secularizada, individualizada, racionalizada e herdeira de um progresso científico crescente¹⁴². Nesse contexto, o direito natural transforma-se pelo fundamento na razão e passa a denominar-se *jusnaturalismo*.

Pode-se destacar como contribuição essencial para a gestação deste instituto moderno os embates e continuidades de duas Escolas de Direito Natural: a Ibérica e a Racionalista.

A Escola Ibérica de Direito Natural, é identificada como a primeira manifestação de um jusnaturalismo moderno. Essa escola se desenvolveu na Universidade de Salamanca, em meio ao advento da Contra-Reforma. Teve como representantes, entre outros, Domingo de Soto, Luis de Molina, Francisco de Vitória e Francisco Suarez. Pela forte influência de São Tomás, essa escola também é designada de ‘Segunda Escolástica’¹⁴³. Ainda assim, pode-se extrair de suas formulações a incorporação de contribuições culturais e filosóficas do *humanismo*, que à época encontrava-se em pleno apogeu. De maneira que esta escola promoveu uma ‘adequação’ do direito natural de tradição teocêntrica às transformações históricas de seu tempo, contudo, sem negar os princípios da moral cristã. Essa escola realizou a ‘transição’ entre o Direito natural teológico e o jusnaturalismo racionalista¹⁴⁴, evidenciado em outra corrente do Direito Natural, Racionalista, que lhe sucedeu e partiu de muitas considerações formuladas pela primeira escola.

As formulações da escolástica espanhola levaram a uma *laicização do direito*. Ainda que os teóricos fossem em sua maioria cristãos, o direito foi emancipado da fundamentação

¹³⁹ VILLEY, *A formação...*, p. 465.

¹⁴⁰ MIAILLE, *op. cit.*, p. 257.

¹⁴¹ HESPANHA, *op. cit.*, p. 289-290.

¹⁴² WOLKMER, *Síntese...*, p. 123.

¹⁴³ HESPANHA, *op. cit.*, p. 291.

¹⁴⁴ WOLKMER, *Síntese...*, p. 124-125.

religiosa. Os fundamentos de que partiam agora eram as características puramente temporais dos homens. Outra construção dessa escola foi a *radicação do direito na razão individual*. As leis naturais são explícitas e conhecidas pela razão humana, de tal forma que a razão individual passou a ser fonte de direito, nela estão inscritos os princípios jurídicos eternos. Seguindo com as características gestadas, está a *logicização do direito*. Entende-se possível encontrar o direito por via dedutiva. Para Suarez, as regras jurídicas podem ser deduzidas a partir dos princípios racionais do direito¹⁴⁵. Neste ponto, em muito a escola se afasta das formulações de São Tomás e próxima se coloca dos sistemas jurídicos do século XVIII.

Outra tradição jusnaturalista que se pretende ressaltar, com raiz estóica e que conquistou grande empatia dos juristas europeus modernos, foi o Jusnaturalismo Racionalista ou jusracionalismo. Essa escola partiu das contribuições acima esboçadas e as aprofundou. Para os estóicos, como visto, a natureza é a causa criadora e ordenadora do mundo. É também a fonte criadora do direito. Ainda, existe uma centelha de *lógos* em cada alma humana, a partir da qual cada homem é capaz de acessar os comandos naturais por intermédio de sua razão. Assim, o jusnaturalismo centra-se na capacidade racional do homem para encontrar a ordem imanente da natureza. Na filosofia moral estóica estão os germes da racionalidade, do caráter subjetivo, da generalidade, da tendência ao positivismo que caracterizam o jusracionalismo¹⁴⁶.

Com fundamento nas leituras estóicas, especialmente nas obras ciceroneanas, o jusracionalismo se constrói a partir da existência de uma lei natural, eterna, imutável; que está presente nos homens, e é demonstrada e vivenciada a partir da razão humana assente nas inclinações naturais; e permite extrair um direito constituído por normas precisas, com leis gerais, certas e claras. Trata-se de leis reconhecidas por quase todos os homens, pois nascidas da razão. Assim, alcançariam um consentimento praticamente universal. Por constituírem ‘noções comuns’, dispensariam uma atividade técnica para sua interpretação e a declaração desses direitos não exige uma árdua observação e ponderação diante de casos concretos¹⁴⁷.

Dentre muitas características que se pode traçar da doutrina de Direito natural formulada na modernidade, ressalta-se a concepção individualista, que dará o tom do sistema normativo ainda em vigência.

Ainda que cada corrente possua seus traços marcantes, é possível, com Hespanha, englobar algumas construções sob a designação de jusnaturalismo individualista, a partir de

¹⁴⁵ HESPANHA, *op. cit.*, p. 292; 298.

¹⁴⁶ HESPANHA, *op. cit.*, p. 293-296; 298.

¹⁴⁷ VILLEY, *A formação...*, p. 482; HESPANHA, *op. cit.*, p. 294-295;

sistemas jusnaturalistas com institutos inatos do indivíduo. Essa formulação ergue-se, por certo, com a base nominalista do homem tomado isoladamente, desligado dos grupos sociais e não caracterizado a partir de sua função nestes grupos. A sociabilidade não é considerada, não é fundamental, não constitui algum dos impulsos que levam os homens a ação¹⁴⁸.

Uma das grandes formulações resultantes do jusnaturalismo individualista foi a teoria dos direitos subjetivos. Francisco de Suárez, expressivo teórico da Escola de Salamanca, muito contribuiu para a formulação. Ao interpretar a palavra *jus*, Suárez “cinde a noção de direito e duas noções separadas: por um lado, o que seria o resultado tangível da arte jurídica, o benefício que dela resultaria para o indivíduo, a faculdade, o *direito subjetivo*; por outro, sob outra vertente, o instrumento da arte jurídica, ou seja, a *lei*.”¹⁴⁹. Pode-se dizer que o sentido original desta dupla definição de ‘direito’ se mantém no sistema jurídico atual, na figura do direito subjetivo e do direito objetivo¹⁵⁰.

Outra contribuição decisiva para a concepção de direito subjetivo foi realizada por Hugo Grócio. Em sua definição, considerada precisa e muito disseminada, o direito subjetivo seria uma “*qualidade* da pessoa, que a torna apta a possuir ou a realizar uma certa ação, sem que a moral seja ofendida. O direito ‘estritamente entendido’ é qualificado de ‘*facultas*’ ou ‘*potestas*’.”¹⁵¹ Assim, o direito subjetivo é entendido como faculdade de agir ou poder de agir do indivíduo, como atributo ligado definitivamente ao indivíduo. De forma que vemos, definitivamente o direito centrado no indivíduo.

Essa definição de direito subjetivo, como poderes de vontade do indivíduo garantidos pelo direito, tornou-se a base de todo o direito civil. Sobre essa concepção individualista e voluntarista foi também que se constituíram as bases dos códigos civis contemporâneos e dos manuais de direito privado atualmente consultados¹⁵².

A noção de direitos subjetivos é tão comum em direito, especialmente em direito civil, que parece estranho encontrar suas raízes, ou sua formação. Parece um desses institutos que sempre existiram, que não tiveram um começo. Entretanto, como tudo em história, também a idéia de direito subjetivo foi construída pouco a pouco e alcançou, na modernidade, sua forma

¹⁴⁸ HESPANHA, *op. cit.*, p. 301-303.

¹⁴⁹ VILLEY, *A formação...*, p. 391; 405. O autor identifica que essa noção, posteriormente denominada direito subjetivo, já estava presente, em germes, nas disposições de Guilherme de Ockham. (*Ibid.*, p. 250-288; 391; 405.)

¹⁵⁰ Ainda que muitas anotações e críticas se possam tecer a respeito desse sistema dual de interpretação do direito. (Cf. MIAILLE, *op. cit.*, p. 141 e ss.) “Essa afirmação que de imediato corta o jurídico em dois elementos não é mais do que a tradução no raciocínio jurídico do fetichismo do sujeito de direito como autor e objecto de direito.” (MIAILLE, *op. cit.*, p. 142.)

¹⁵¹ VILLEY, *A formação...*, p. 666.

¹⁵² HESPANHA, *op. cit.*, p. 308-310.

mais acabada com os jusracionalistas. Esta corrente compreende os direitos subjetivos como atribuídos pela natureza a cada homem, que lhes garante dar livre curso aos seus impulsos instintivos ou racionais¹⁵³. Tais direitos não poderiam se desenvolver plenamente em cada indivíduo no estado de natureza, na completa ausência de juridicidade.

Neste ponto, chega-se a outra formulação gestada pelo jusnaturalismo individualista. No campo político, disponibilizou o substrato necessário para a construção do contratualismo, no qual os indivíduos celebram um pacto, a partir de um ato racional, firmam um *Contrato Social* que, mediado pelo Estado, limitaria a liberdade natural de cada um em troca de um convívio pacífico. Convergem para formar essa concepção os filósofos Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, que representam a diretriz jusnaturalista de abandonar o estado de natureza em prol de uma organização política social¹⁵⁴.

Hobbes é identificado como fundador da teoria do Contrato Social¹⁵⁵. Filósofo inglês do século XVII dedicou-se, sobretudo, à Política, em uma época em que a política abrangia também o direito, portanto, Hobbes tornou-se também um dos grandes teóricos da filosofia do direito. No ponto de partida da sua construção política, os indivíduos viviam separados, coexistindo ainda que isolados, desprovidos de qualquer ligação jurídica. Este constituía o ‘estado de natureza’, no qual os indivíduos são completamente livres. Como cada um tem direito a tudo, estouram os conflitos. Assim, o ‘estado de natureza’ é também um estado de guerra, no qual o homem está em constante conflito com seu semelhante. Para fugir desse ‘estado de natureza’, os indivíduos firmam um *contrato social*, instituindo uma instância (o Estado) responsável por criar a ordem social e estabelecer os limites de cada indivíduo. Ocorre, portanto uma transformação no direito: passou a proceder de um legislador e, a partir de então, corresponde ao “conjunto de *leis* (...) *postas* pelo Estado para instituir a ordem social”, cuja finalidade passou a ser a fuga do estado de natureza, tendo em vista o interesse do indivíduo. Assim “O direito é *para* o indivíduo.”¹⁵⁶

Por sua vez, Locke entende que a constituição do Estado político não cancela os direitos de que os indivíduos dispunham no estado de natureza. Porém a única forma de

¹⁵³ HESPANHA, *op. cit.*, p. 306.

¹⁵⁴ FONSECA, *op. cit.*, p. 61.

¹⁵⁵ Para Villey, Hobbes é também identificado como o fundador da filosofia do direito individualista moderno, por ter levado ao direito as conseqüências do nominalismo, ou seja, por sua construção política, no momento de instituição do contrato social cria-se o direito, que não existia no estado de natureza. No momento de sua criação o direito é identificado tão-somente com o indivíduo, é a ele que se liga, é para ele que surge. O direito subjetivo comanda o sistema político hobbesiano. Para Villey, é essa teoria do direito de Hobbes que provoca uma revolução, ela é que marca a ruptura e a derrocada da visão aristotélica de natureza política do homem, do homem inserido socialmente e cosmicamente. (VILLEY, *Filosofia...*, p.139; 141-142; 146)

¹⁵⁶ VILLEY, *Filosofia...*, p.139-141.

assegurar seu pleno exercício é por meio do contrato. A lei civil é a garantia de uma solução pacífica para impasses que, no estado de natureza, ensejariam a auto-defesa e a vingança¹⁵⁷.

Outra é a visão do contrato social formulada por Rousseau. Para ele o contrato potencializa o estado de natureza, entendido como estado de liberdade, no qual reinam a felicidade e harmonia dos homens. O autor proclama a soberania da *vontade geral*, surgida no momento da instituição do pacto. A vontade geral corresponde à razão e é sempre reta, tendendo à utilidade pública. Cabe à vontade do Estado representar os anseios da vontade geral.

Afastando as implicações políticas decorrentes dessas concepções, ressalta-se o caráter voluntarista engendrado pelo contratualismo. Tal voluntarismo é fruto do jusnaturalismo individualista e reforça a moderna concepção jusracionalista. Isto porque o indivíduo, por meio da sua racionalidade, expressa por um ato de vontade constituem a lei civil, que abrangerá a todos, portanto, universal. Essas características “Racionalidade, universalidade e autonomia da vontade são os signos da modernidade – todos girando em torno do sujeito moderno individualizado”¹⁵⁸. O direito moderno é gestado por estas marcas indeléveis.

Portanto, com jusnaturalismo moderno, ou jusracionalismo, o direito, cada vez mais, passou a ser retirado da iniciativa do homem e da sua vontade. Os princípios subjetivos da razão passaram a ser soberanos, operando-se uma mutação: de direito natural, tem-se agora efetivamente, direito racional. Pode-se dizer até que a fonte do direito transfere-se para a vontade racional dos indivíduos¹⁵⁹.

Por certo, existiram outras vertentes do direito natural além das que foram mencionadas, assim como estas também foram enormemente mais ricas e complexas do que aqui expostas. O que se pretende é identificar a alteração ocorrida, ao tempo da instituição da modernidade, no fundamento do direito, que passou a ser o homem e sua racionalidade. O traço marcante dessa mudança está na concepção que a partir de então terá o direito, fortemente ligado ao indivíduo: torna-se qualidade específica do homem, sua emanção, “a expressão de possibilidades inalienáveis e eternas.” E este sentido do direito natural foi base sobre a qual se formularam as construções jurídicas e políticas da Revolução Francesa de 1789 e também é característica forte dos conteúdos jurídicos atuais, ainda que enriquecido pela historicidade do século XIX¹⁶⁰.

¹⁵⁷ HESPANHA, *op. cit.*, p. 305; FONSECA, *op. cit.*, p. 63.

¹⁵⁸ FONSECA, *op. cit.*, p. 64.

¹⁵⁹ VILLEY, *A formação...*, p. 388-389.

¹⁶⁰ MIAILLE, *op. cit.*, p. 259.

O que se pretende reforçar ao esboçar essa construção do instituto ‘direito subjetivo’ é a cristalização do caráter individualista no sistema de direito, que remonta à instituição da era moderna e se mantém ainda atual. Ao analisar o instituto, no rumo traçado por Villey, teremos:

“O próprio termo ‘direito subjetivo’ data apenas do século XIX. Mas a noção de direito concebido como o atributo de um sujeito e que só existiria para *benefício* deste sujeito, remonta pelo menos ao século XVI. Ela já está presente em Guilherme de Occam, fundador da ‘nova via’. Notamos em seguida seu desenvolvimento na escolástica da baixa Idade Média e do Renascimento espanhol e finalmente, sobretudo a partir do século XVII, nas teorias dos juristas. Ela comanda o sistema de Hobbes. É o signo do triunfo do sistema individualista.”¹⁶¹

Ao lado das formulações filosófico-políticas já expostas, outros autores contribuíram para a consolidação do individualismo moderno, pois ainda que em grande medida essa formação se deva ao terreno cultural e social pós-medieval/pré-moderno, o ambiente filosófico incipiente da modernidade contribuiu de sobremaneira para o novo pensar moderno. Ainda que em breves linhas, não se pode ignorar a contribuição cartesiana e kantiana para a formação do substrato moderno, que ainda atualmente encontra grande eco.

René Descartes (1596-1650) foi um filósofo profundamente atraído pela idéia de um saber certo¹⁶². Deslumbrava-se com a certeza e solidez encontrada nas matemáticas e tão fugidia às disciplinas filosóficas e políticas. Impulsionado por essa busca da certeza, o autor acabou por inaugurar o racionalismo moderno.

O filósofo francês é considerado como o fundador da filosofia moderna¹⁶³, isto porque sua filosofia é característica da alteração de perspectiva que se operou com era moderna. A razão tornou-se o fundamento de explicação e compreensão da realidade, colocando o homem no centro de todas as considerações e interpretações. Ele passou a ser o ponto de partida e de chegada de todas as reflexões. Essa perspectiva antropocêntrica tem, em Descartes, o condão de fundar a subjetividade caracterizada como consciência: ‘Penso, logo existo’¹⁶⁴.

Por certo, não se pode estabelecer uma ruptura estanque entre as racionalidades e perspectivas filosóficas¹⁶⁵. Porém, a obra de Descartes marca a transformação que se operou

¹⁶¹ VILLEY, *Filosofia...*, p. 141-142.

¹⁶² HESPANHA, *op. cit.*, p. 296.

¹⁶³ GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: Publifolha, 2006. p. 38.

¹⁶⁴ LUDWIG, *Paradigmas...*, p. 05.

¹⁶⁵ Prova de que as tendências filosóficas e os modos de pensamento se constituem de forma fluida e descontínua é identificar a construção de São Tomás, alocado na perspectiva teocêntrica, quanto a sua busca de provas *racionais* da existência de Deus. Trabalha dois campos que, numa leitura apressada sobre as perspectivas filosóficas abordadas neste trabalho, poderiam soar inconciliáveis: a teologia e a razão.

na forma fundamental de conceber o mundo, não mais se compreende cosmológico do ser natural e também se desfaz do horizonte teológico. A *nova* visão centrada no homem se desenvolveu a partir do mundo moderno e ainda encontra muita expressão contemporaneamente¹⁶⁶. A força que esse pensamento adquire – e que lhe caracteriza como uma das perspectivas da filosofia – confere-lhe uma amplitude que extravasa os contornos filosóficos e alcança os mais variados campos da existência humana, por certo, atinge também e de sobremaneira o direito.

Ainda que Descartes não tenha diretamente se debruçado sobre temas jurídicos, sua busca por formulações claras e distintas influenciou os jusracionalistas, crentes “no poder da *razão individual* para descobrir as regras do justo, de um justo que fugisse à contingência, por se radicar numa ordem racional (quase matemática) da natureza de que a razão participava.”¹⁶⁷

Sem a pretensão de esgotar os conteúdos da filosofia cartesiana, nem mesmo seria este o objetivo, duas contribuições do autor foram essenciais para a tematização da subjetividade. Primeiramente o método estabelecido para a busca da verdade, que fornecendo sólidas bases, a exemplo de disciplinas como as matemáticas¹⁶⁸. Neste ponto, a orientação é não admitir como verdadeiro o que não fosse evidente para o espírito. Inicialmente, tudo deveria ser posto em dúvida e a partir de então ser reconstruído. Assim, “para Descartes (como para os estóicos) a chave da compreensão estava num interrogar de si mesmo, num excogitar altivo e isolado, pouco atento às realidades exteriores.”¹⁶⁹ O ponto último a que seja Descartes com seu procedimento de tudo duvidar é de que a consciência, enquanto ser pensante, não pode ter sua existência colocada em dúvida. Portanto, o pensamento, a consciência, a razão, como instrumento para a busca da verdade, é a outra contribuição cartesiana essencial para compreender como se instituiu o primado subjetivo racional moderno¹⁷⁰.

Também emblemático no processo de subjetivação formulada pela modernidade foi o filósofo Immanuel Kant¹⁷¹. Isto porque, ao passo que Descartes inaugurou a subjetividade

¹⁶⁶ LUDWIG, *Paradigmas...*, p. 05.

¹⁶⁷ HESPANHA, *op. cit.*, p. 297.

¹⁶⁸ Indubitavelmente, a busca de Descartes pelo método e por encontrar a verdade relaciona-se ao momento histórico-científico de sua época e as transformações no modo de compreender a realidade decorrente das revoluções científicas.

¹⁶⁹ *Ibid.*, p. 297.

¹⁷⁰ FONSECA, *op. cit.*, p. 65-69.

¹⁷¹ Immanuel KANT (1724-1804) filósofo prussiano, que nasceu e viveu em Königsberg. Estudou filosofia, matemática e teologia na Universidade de Königsberg. Depois de formado, lecionou como preceptor em algumas casas patricias, retornando posteriormente à Universidade, onde ministrou cursos livres sobre várias disciplinas, ao longo de 15 anos. Em 1766, tornou-se bibliotecário da Schlossbibliothek e, apenas em 1770, foi nomeado professor ordinário de lógica e metafísica naquela Universidade. (ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*.

filosófica, Kant avançou no sentido de uma subjetividade formal, que inevitavelmente repercute no direito.

A revolução que opera a filosofia de Kant envolve a questão de *como* conhecer. Kant altera o foco da investigação, até então ligada ao objeto que se buscava conhecer. A idéia que se forma é a subjetividade cognitiva: “não é o sujeito que se orienta pelo objeto, mas é o objeto que é determinado pelo sujeito, (...) o objeto é regulado pela faculdade de conhecer.”¹⁷² Kant condiciona a máxima cartesiana do “Eu penso”, porque compreende que a experiência da consciência interfere no processo cognitivo. Em outras palavras, o conhecimento se forma pela síntese de dados extraídos da realidade sensível espaço-temporal, de forma que noções intuitivas não são consideradas. Portanto, “o ato de conhecer está estreitamente vinculado às condições do conhecimento presentes no sujeito, e o real só é apreendido em relação ao sujeito do conhecimento.”¹⁷³

Esta seria a dimensão teórica da razão, que ordena o processo de conhecimento. Outra seria a dimensão prática da razão, que determina o objeto mediante a ação e adentra no âmbito ético, referindo-se a indagação ‘o que devo fazer?’. Neste sentido, Kant retoma os postulados éticos-rationais anteriormente aduzidos. A ação, para Kant, deve seguir a lei moral, esta, por sua vez, é estabelecida pela razão e segue princípios universais e imutáveis, impostos a todos os seres racionais. E este é o sentido contido no imperativo categórico kantiano: “age de tal forma que sua ação possa ser considerada como norma universal”, tem-se a razão determinando as formas de agir¹⁷⁴. Essa é uma noção central na obra kantiana: a autonomia da vontade. A ação, portanto, está imersa num terreno de liberdade, é guiada pela vontade autônoma. Autonomia que consiste na “faculdade de dar leis a si mesmo” e apenas externamente se exige uma conformidade à lei¹⁷⁵. Implícito na consideração de imperativo categórico está a determinação da autonomia da vontade como princípio norteador e único das leis morais. Neste sentido, o homem, revestido de toda sua liberdade, determina seu agir. Nas palavras de Bobbio: “As leis da conduta humana (...) estabelecem entre fato e consequência uma relação de obrigação, que se expressa através do verbo ‘dever’, ou seja, não *descrevem* mas *prescrevem*.”¹⁷⁶

Vol. 7. Tradução de António Ramos Rosa e António Borges Coelho. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000. p. 94.)

¹⁷² CHAUI, Marilena. Vida e Obra. In Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores). p. 10.

¹⁷³ FONSECA, *op. cit.*, p. 71.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 72.

¹⁷⁵ BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. 4ª ed. Brasília: UnB, 1997. p. 62.

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 64. (grifos no original)

Desta determinação kantiana a consciência toma um conteúdo formal e por isso o autor pode ser considerado ‘formalista ético’ por estabelecer apenas um critério instrumental e procedimental para a ação e não estabelecer o que de fato se deve fazer, por não submeter a ação a uma verificação prática, concreta¹⁷⁷.

Muito ficará por ser observado no que se refere à filosofia kantiana, por sua amplitude, complexidade e, principalmente, porque não se pretende traçar exaustivamente seus temas. No entanto, importa ao estudo presente ressaltar a construção que se efetiva com as contribuições kantianas de um sujeito que encontra em si o conteúdo e a explicação da realidade moral e política. Em outras palavras: a celebração do sujeito e da sua racionalidade, característica marcante do período histórico-cultural do século XVIII e da modernidade que se projetava.

Ademais, deve-se importância às formulações de Kant também porque o autor reúne as características essenciais desse período e as coloca em suas formulações jurídicas. Essa junção foi selada ao longo do tempo e se tornou tradicional¹⁷⁸.

A obra kantiana é ponto de convergência do pensamento filosófico anterior e, “ao mesmo tempo, é a fonte da qual brota a maior parte das reflexões dos séculos XIX e XX”¹⁷⁹.

Nas palavras de Wolkmer, pode-se sintetizar a filosofia jurídica dos séculos XVII e XVIII como “marcada por proposições fundadas nas doutrinas do jusnaturalismo racionalista e do contratualismo social. Em tal contexto, a interpretação de determinados conceitos, como estado de natureza, razão humana e direito natural, determinam direções teóricas que moldam a cultura individualista burguesa.”¹⁸⁰

Neste contexto, Kant muito contribuiu “ao trazer e desenvolver para a filosofia jurídica uma construção *a priori* da razão pura”, pois se inseriu na tradição do Iluminismo ocidental, ideário cultural que se impôs na Europa Ocidental do século XVIII, no mesmo contexto da “consolidação do modelo capitalista liberal, da ascensão e hegemonia da burguesia”. Este ideário trazia em si o “apanágio da razão contra a tradição, do secularismo contra a religião e do progresso científico contra as especulações metafísicas.”¹⁸¹

¹⁷⁷ FONSECA, *op. cit.*, p. 73.

¹⁷⁸ SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Filosofia Jurídica da Alteridade: por uma aproximação entre o pluralismo jurídico e a filosofia de libertação Latino-Americana*. 4. tiragem. Curitiba: Juruá Editora, 2006. p. 70-73.

¹⁷⁹ CHAUI, *op. cit.*, p. 05.

¹⁸⁰ WOLKMER, Antonio Carlos. O Direito como expressão da vontade e da razão humanas: Jean-Jacques Rousseau, Emmanuel Kant e Cesare Beccaria. In WOLKMER, Antonio Carlos (Coord.). *Fundamentos do Humanismo Jurídico no Ocidente*. Barueri: Manole; Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2005. p. 101-102.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 102.

Esse foi o terreno cultural que acompanhou e que se formou com as construções dos autores citados até este ponto do trabalho e também pela intersecção com pensadores que não constam nesta revisão. Tal contexto moldado pelas potencialidades desenvolvidas neste período, corresponde ao que se denominou *Iluminismo*. As características desse período foram tão marcantes que o iluminismo pode ser considerado um *movimento*, com apogeu no século XVIII e, por essa razão, também denominado *século das luzes*. Pretendia-se pelo uso da razão combater a escuridão em todos os campos de atividade humana. Sua estrutura ideológica, como resultado histórico, estava incipiente desde o século anterior. Articulava-se com Grócio, Hobbes, Descartes, entre outros. Já se desenvolviam as idéias de *razão* levada a todos os aspectos da realidade, cientificidade, apelo ao progresso e ao desenvolvimento humano, extremo individualismo, ruptura com a religiosidade e forte crítica à cultura antecessora. Com o iluminismo foram aprimoradas e radicalizadas. Especialmente Kant foi um dos representantes do iluminismo com sua crítica através da razão.

O autor contribuiu para a formação da idéia de iluminismo e o definiu como “*a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. Sapere aude! Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo.*”¹⁸² Essa definição tornou-se clássica para identificar o período das luzes.

Neste momento, convém retomar os elementos históricos, sociais, políticos e culturais esboçados nas primeiras páginas deste trabalho e verificar o substrato que se pode formular. Partimos dos inicialmente relatados *pressupostos* para determinar o terreno sobre o qual se assenta um novo cenário, o moderno. O incipiente modo de produção capitalista, as transformações sociais de abandono de uma sociedade estamental para a ascendente classe burguesa, a formação dos Estados Nacionais, o ideário que se formava e propagava individualidade, racionalidade, cientificidade, davam o tom da alteração das estruturas. Alterações que refletiram em todas as direções, alcançando também a formação jurídica.

Neste campo, uma das características marcantes, e que buscamos delinear, foi a radicalização de uma noção individualista, resultada, em grande medida, das condutas da ascese cristã, do nominalismo e da moral estóica. Essas doutrinas em muito influenciaram a teoria do conhecimento que se formou na modernidade.

¹⁸² KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é iluminismo? In KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2002. p. 11. (grifos no original)

O individualismo está por toda parte no mundo moderno. Responsável por isso é a filosofia do conhecimento, herdada do nominalismo e largamente difundida, assim como a metafísica – a da substância individual. O primeiro objeto de conhecimento é o indivíduo, ponto de partida de toda doutrina – seja quando Descartes extrai seu sistema da evidência subjetiva de sua própria existência, seja quando Hobbes, Locke ou Espinosa reconstróem o universo social a partir do homem do ‘estado de natureza’, previamente separado e isolado pela análise. Forma atenuada e sem dúvida um tanto bastarda dessa mesma tendência, a escola moderna do direito natural procede a todas as suas construções raciocinando sobre a ‘natureza do homem’ individual¹⁸³

Villey prossegue afirmando algumas construções do direito moderno e que se desenvolveram marcadas pelo selo individualista, dentre as quais está a que o autor identificou como “elemento primordial do sistema do direito (tanto positivo como natural)” referindo-se à noção *direito subjetivo*¹⁸⁴.

Depois de muitas ocorrências, vários pensadores e tantas mais obras, esse individualismo, também construído pelas contribuições do século XVIII¹⁸⁵, manifesta-se também em nossos códigos, pois o fluxo seguinte do sistema jurídico foi de codificação dessas idéias, um processo de racionalização – que já se mostrava incipiente na formação da modernidade¹⁸⁶.

Contemporaneamente e na observação do contexto jurídico brasileiro, o que se verifica é o império, em grande medida, daquela racionalidade moldada século XVIII., construída com base numa filosofia liberal-individualista e voltada a conflitos de ordem individualista. No intuito de verificar esse suposto descompasso entre uma lógica jurídica que guarda os traços de um contexto não mais contemporâneo e a lógica de um fenômeno específico, que se verifica latente no contexto social. Neste sentido, o próximo capítulo analisará o tema do cooperativismo.

¹⁸³ VILLEY, *A formação...*, p. 176-177.

¹⁸⁴ As outras teses jurídicas modernas citadas por Villey convergentes com o selo individualista são: os ‘direitos naturais’ do indivíduo, que vão produzir as Declarações dos Direitos do Homem; a construção do Estado, através do acordo firmado pelo ‘contrato social’; e também o positivismo jurídico. (*Ibid.*, p. 177.)

¹⁸⁵ Especialmente com as releituras iluminista (no domínio da *razão* humana); a partir da formulação do jusracionalismo e reforçado pela construção filosófica da subjetividade, principalmente em Descartes e Kant.

¹⁸⁶ A tendência de sistematização e codificação do direito ocorrida na Europa durante que se estendeu pelos séculos XIX e XX, pode ser indicada apenas de uma maneira geral e ressaltadas as diferentes roupagens que assume em cada localidade frente aos modelos sócio-econômico-político de cada momento.

CAPÍTULO II – O fenômeno cooperativo e sua regulação jurídica

O sentido da palavra cooperativismo enseja uma ampla reflexão. Isto porque sua definição, por vezes, corresponde a um vazio explicativo. Outras vezes, seu significado compreende sentidos distintos e até contraditórios. Também é possível que o termo contenha em si uma proposta renovatória ou mesmo ser empregado para a simples legitimação de discursos correntes.

Portanto, na busca pela essência do cooperativismo não se pode olvidar os contextos em que estão inseridos, eles informarão muito sobre o que de fato está sendo tratado. Ao se articular as dimensões históricas, políticas, jurídicas e sociológicas surgem pistas que podem elucidar qual sentido e o que se espera do cooperativismo. E este é o caminho que o presente capítulo pretende trilhar: elucidar os contextos para verificar o que de fato compõe a noção de cooperativa. Portanto, inicialmente, o conteúdo que originariamente ensejou a designação ‘cooperativa’ será repassado para, posteriormente, buscar marcos que auxiliem na identificação de qual é o sentido empregado à cooperativa no específico contexto atual brasileiro.

A partir do instrumental teórico articulado no primeiro capítulo, seguimos à análise do cooperativismo, como fenômeno social e como apreendido pelo direito. Pretende-se, neste momento da pesquisa, questionar sobre a racionalidade que forma o cooperativismo, como um extrato das relações emanadas da sociedade contemporânea. Verificar qual a relação dessa racionalidade diante daquela que forma o direito moderno, em grande medida responsável pela regulação da sociedade.

Para introduzir o tema do cooperativismo, busca-se, em um primeiro momento (item 2.1), esboçar o contexto do surgimento do fenômeno cooperativo, que coincide, no final do século XVIII, com a efetivação social, político e econômica da modernidade européia, também o local do surgimento do movimento cooperativo é esse. Seguindo a opção feita no primeiro capítulo (ao analisar o direito por uma das suas características – consideradas por muitos como essencial e talvez a mais importante: o individualismo), também nesta parte do trabalho (especificamente no item 2.2), pretende-se olhar para a estrutura da cooperativa por uma das suas características principais – senão a maior – a específica *cooperação*. Pretende-se verificar o cooperativismo a partir da sua essencialidade de uma organização formada pela reunião de pessoas. Proposta que pode significar uma lógica diferenciada: primazia da relação entre pessoas, no lugar de verificar o indivíduo solto, isolado. Buscando delimitar os marcos cooperativistas, a partir da realidade histórico-social brasileira, pretende-se enfrentar a

complexa questão do discurso do cooperativismo hegemônico e a autêntica formação cooperativista. Tema que nos levará ao próximo passo (item 2.3), a regulação jurídica e a questionar o que o direito, expresso principalmente através da Lei Federal 5.764/71, apreende desse fenômeno social: se o reconhece e adequadamente o regula e quais as condições de existência lhe conferem.

Para clarear as trilhas a serem percorridas, alguns autores foram eleitos como marcos teóricos, dentre eles estão: o escritor de grande expressão no atual cenário político¹⁸⁷ brasileiro Paul Singer, o também brasileiro escritor Palmyos Carneiros, que vivenciou diversas questões da instituição do cooperativismo no Brasil – inclusive acompanhando o processo legislativo da mencionada Lei Federal, e o escritor português Rui Namorado, autor de várias obras sobre o tema em seu país.

2.1. O surgimento do fenômeno cooperativista e suas bases histórico-culturais

Sob o manto do projeto da modernidade, surgiu o cooperativismo. Esse movimento, em alguns de seus aspectos – como pretendemos ver – pode ser identificado, em sua origem, como uma reação às condições sócio-culturais engendradas pela modernidade. O que não deve causar espanto, pois a modernidade, repleta de contradições, também fomentou meios para o desenvolvimento de energias contrárias.

Pouco divulgado, mas citado por Paul Singer, o primeiro registro de formação cooperativa se deu em 1760, com a reunião de trabalhadores dos estaleiros de Woolwich e Chatham¹⁸⁸, portanto, no ápice da formação da sociedade moderna e com sua ocorrência localizada na Europa, palco das transformações suscitadas pela Modernidade.

Essa primeira ocorrência cooperativa já se apresenta como reação ao contexto no qual estava inserida. Tratou-se de reação dos trabalhadores às condições sociais e econômicas. Segundo Singer, os trabalhadores se uniram e “fundaram moinhos de cereais em base cooperativa para não ter de pagar os altos preços cobrados pelos moleiros, que dispunham de um monopólio local.”¹⁸⁹. Esta situação retrata o momento pelo qual atravessava a Europa.

¹⁸⁷ A frente da recentemente criada Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

¹⁸⁸ SINGER, *Uma utopia...*, p. 40.

¹⁸⁹ Singer esclarece que à época, antes da difusão do vapor, as fábricas se instalavam nas margens das correntes d'água. Os trabalhadores dessas fábricas acabavam também se instalando em suas proximidades e, muitas vezes longe dos centros urbanos. Nestas condições, os empregadores alugavam moradias aos trabalhadores e montavam armazéns para abastecê-los. Condições que levavam a um acúmulo de explorações aos trabalhadores,

Devido à guerra entre Inglaterra e França¹⁹⁰, os produtos de primeira necessidade tiveram os preços extremamente elevados. Reflexos na ordem econômica fizeram surgir, no final do século XVIII, cooperativas de produção e de consumo. Em especial, o brutal aumento no preço do trigo impulsionou a criação de moinhos e padarias cooperativas¹⁹¹.

Em 1769, tem-se o registro da cooperativa de consumo fundada por tecelões de Fenwick, na Inglaterra. Outra cooperativa de consumo foi registrada em 1777 na Escócia, a *Govan Victualling Society*, e na Inglaterra, em 1795, registrou-se a cooperativa de consumo *Oldham Co-operative Supply Company*¹⁹².

Cada um desses casos cooperativos, por certo, tem sua própria história. Porém coincidem no contexto em que surgiram: da Revolução Industrial¹⁹³, do capitalismo incipiente e das alterações sociais de saída do campo para a aglutinação em centros urbanos, o momento em que se formavam as cidades modernas. As relações entre patrão e assalariado ainda estavam embrionárias, mas traziam em si características marcantes: a exploração do trabalho, também infantil, baixos salários, extensas jornadas, em condições insalubres e desumanas e inexistentes quaisquer garantias.

No século XIX, o capitalismo se consolidou como modo de produção dominante na Europa e também nesse século e contexto o cooperativismo se difunde pela Europa.

O início do século experimentou o movimento de ‘Aldeias Cooperativas’. Em 1820, a partir da proposta do jornalista George Mudie, impressores londrinos se associaram e, no ano seguinte, adquiriram acomodações para viver em comunidade, exercendo seus ofícios em benefício comum. Como resultado, nos anos de 1821 e 1822 circulou o primeiro jornal cooperativo, intitulado *The Economist*¹⁹⁴. Outras comunidades com base associativista se

primeiramente nas condições de trabalho e remuneração, depois nos altos preços dos aluguéis e das mercadorias, diante do monopólio dos armazéns. (SINGER, *Uma utopia...*, p. 40.)

¹⁹⁰ O final do século XVIII foi marcado por conflitos e guerras, que congregavam as chamadas ‘Revoluções Burguesas’, entre as quais estavam: o período das conquistas napoleônicas, a independência das colônias norte-americanas, em 1776 e a Revolução Francesa, que estourava em 1789.

¹⁹¹ VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: Nova Abordagem Sócio-Jurídica*. Curitiba: Juruá Editora, 2003. p. 50.

¹⁹² SINGER, *Uma utopia...*, p. 40.

¹⁹³ Como fruto da modernidade, a Revolução Industrial foi resultado da combinação de inúmeros fatores, dentre os quais o liberalismo econômico, a acumulação de capital e, em grande medida, as inovações científicas. Iniciada na Inglaterra na metade do século XVIII, consistiu numa radical transformação na vida humana, marcada pela mudança do processo produtivo, que teve desdobramentos econômicos e também culturais, políticos e principalmente sociais. Neste âmbito e especialmente no início do processo, os trabalhadores viviam sob perversas condições, que atingia a precariedade da moradia, alimentação e mínimas condições de manutenção e reprodução da vida. Os trabalhadores não possuíam direitos sociais ou trabalhistas, a jornada de trabalho chega a 16 horas diárias, os salários miseráveis e as condições ainda eram mais drásticas às mulheres e crianças, também obrigadas a trabalhar e com menor remuneração. É neste contexto que surgem alguns movimentos cooperativos, como reação a essas condições.

¹⁹⁴ SINGER, *Uma utopia...*, p. 40.

formaram na época e mesmo além de Londres, como foi o exemplo da *Ralahine Co-operative Community*, da Irlanda, estabelecida entre 1831 e 1833. Outros exemplos são as experiências da Comunidade de Orbiston (1826) e a Associação Cooperativa de Troca de Brighton (1827), acrescentando que esta última publicou um mensário para expor sistematicamente os princípios do cooperativismo, tendo seu número inicial registrado quatro cooperativas existentes e, trezentas, na última edição¹⁹⁵. Essas experiências convergiam em seus fundamentos e decorriam da influência do pensamento de um industrial inglês chamado Robert Owen¹⁹⁶. Por sua influência, as experiências associativas que promoveu ou que pessoalmente incentivou, tornaram-se as mais conhecidas.

Em 1817, Owen apresentou uma proposta com intento de acabar com a pobreza, empregando aqueles que não tinham proventos e eram subsidiados pela beneficência das paróquias (de acordo com a Lei dos Pobres em vigor). Tratava-se da idéia das Aldeias Cooperativas, local onde poderiam viver em comunidade e produzir em comum, consumindo seus próprios produtos e trocando os excedentes com outras Aldeias. “Mas, quanto mais Owen explicava o seu 'plano', mais claro se tornava que ele estava propondo não simplesmente um meio de baratear a subsistência dos pobres, mas uma mudança completa do sistema social e a abolição da empresa capitalista voltada ao lucro.”¹⁹⁷

O industrial, que inicialmente era bem quisto pelas classes mais abastadas, foi se desgastando progressivamente por seus ataques às igrejas e por sua aproximação com o comunismo. Ainda, assim, seguiu como seu projeto de Aldeias, regido pelos valores da associação produtiva, com bens coletivos, direção comum e autogestão democrática. Características que marcam o início da experiência cooperativa, pelo que Owen é também conhecido como “pai do cooperativismo”¹⁹⁸. Mesmo com suas decepções em terras londrinas, Owen não abandonou suas convicções, chegando a se estabelecer nas recém independentes

¹⁹⁵ SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 29-30.

¹⁹⁶ Robert OWEN (1771-1858) foi um grande industrial, proprietário e condutor da grande empresa têxtil New Lanark. As condições nas quais funcionava sua indústria eram semelhantes às aquelas anteriormente citadas: às margens de corrente d'água, responsáveis pela energia hidráulica da fábrica, e longe dos centros comerciais, de forma que o dono da empresa era também proprietário das residências em que moravam os trabalhadores e das vendas que os abastecia. A contra-senso do que se via à época, Owen buscava romper com a exploração dos trabalhadores e lhes demonstrava preocupação. Neste sentido, teve o cuidado de preparar o ambiente que disponibilizou aos trabalhadores: “adquiriu a casa e as terras em que viveu Lord Braxfield, abriu a área aos trabalhadores, construiu novas casas e reformou as velhas, abriu uma escola, inaugurou uma loja em que artigos não-adulterados podiam ser adquiridos a preços baixos, reduziu a jornada de trabalho e aumentou os salários.” Owen manteve o pagamento dos salários mesmo em um determinado momento em que a fábrica teve sua produção suspensa por causa de guerra (situação que normalmente levaria à demissão dos trabalhadores). Tais ações renderam-lhe a fama de filantropo. (SINGER, *Uma utopia...*, p. 31.)

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 32.

¹⁹⁸ CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Cooperativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981. p. 64.

colônias norte-americanas¹⁹⁹. Tendo a América como o ‘não-lugar’²⁰⁰, pode-se dizer que Owen pretendeu empreender sua utopia no seu tempo presente. Acreditou na força do exemplo concreto e voltou-se ao mundo prático. Ainda que suas experiências não tenham perdurado, não significa que não tenham obtido êxito, não lhe retira o valor. A partir desse exemplo pela busca em viver ideais que rompiam ou, ao menos, questionavam um estado de coisas e a estrutura vigente, teorias como o associativismo e o cooperativismo passaram a ecoar e ainda hoje encontram terreno fértil. Seu exemplo como pensador e homem de ação inspirou sucessores²⁰¹.

Pelos valores empregados ao associativismo do início do século XIX, encontra-se também o despertar do movimento cooperativista, que teve inspiração nas teorias pioneiras do associativismo. Como visto, pela influência do pensamento de Roberto Owen, a Inglaterra concebeu as primeiras experiências cooperativas. Também na França este movimento foi impulsionado pelas considerações associativistas, com os chamados socialistas utópicos, Charles Fourier e de Pierre-Joseph Proudhon²⁰².

Talvez porque o avanço do capitalismo industrial tenha ocorrido um pouco mais tarde na França (em comparação com a historicidade inglesa), também o movimento cooperativista registrou-se posteriormente. Por volta de 1823, formaram-se cooperativas de trabalhadores para confrontar as condições desumanas nas fábricas. Tais experiências tiveram inspiração nas teorias associativistas.

Proudhon²⁰³ defendia a propriedade coletiva dos meios de produção pelos trabalhadores, de forma que os trabalhadores franceses fundaram e passaram a administrar coletivamente as suas próprias fábricas.

¹⁹⁹ HELFERICH, *op. cit.*, p. 297.

²⁰⁰ O termo é frequentemente utilizado para designar o sentido da palavra utopia.

²⁰¹ Singer afirma Marx e Engels como tal. (SINGER, *Introdução...*, p. 35.) Ainda que a teoria marxista tenha reconhecido o socialismo utópico para tecer-lhe críticas. Marx não aceitou a essência dessas proposições por entender forte o conteúdo pessoal e imaginativo, superando a atividade social e ofuscando as condições históricas de emancipação. Ainda assim, há o reconhecimento pela luta contra os antagonismos sociais (que àquela época começavam a despontar).

²⁰² SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. *In* SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; v. 2). p. 33.

²⁰³ Pierre-Joseph PROUDHON (1809-1865). Severo crítico francês de grande influência, anarquista e sindicalista de origem proletária. O pensador também foi – e ainda permanece – considerado como socialista utópico. Desenvolveu a idéia do tempo de trabalho como uma medida para o valor. Entendia que a alienação era causada pela crença em Deus, no Estado e na propriedade. Neste sentido, opôs-se à propriedade privada, a qual considerava raiz do mal e tornava necessário o governo e a autoridade. Foi extremamente criticado por Marx na obra *Miséria da Filosofia*. (RUSS, Jacqueline. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 125-146.)

Outra influência francesa marcante foi a experiência de Charles Fourier²⁰⁴, que intencionava angariar o interesse de capitalistas para seu sistema cooperativo. Fourier buscava organizar o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos. Acreditava ser necessário transformar o trabalho em prazer, assim, desenvolveu um sistema econômico baseado na livre associação. O filósofo pensava ter descoberto “o segredo da associação (...)”. Somente a associação livre e espontânea poderia resolver o grande problema do futuro, o problema da organização da nova ordem, da ordem em que o individualismo se combina espontaneamente com o coletivismo.” Na base das formulações fourieístas estavam: trabalho, capital e talento. Seu sistema seria operacionalizado por falanstérios: uma sociedade por ações, constituída pelas contribuições dos membros, em partes iguais. Fourier projetou o falanstério, ou ‘palácio societário’, composto por alas nas quais situaria a falange, célula elementar da sociedade idealizada. Por meio de cálculos, chegou ao número de 1620 pessoas para compor o palácio, cada qual para desempenhar a atividade que lhe garantisse satisfação, de forma que todas as paixões ali estariam representadas²⁰⁵.

Os exemplos trazidos pelos socialistas utópicos, segundo Singer, “foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro.”²⁰⁶

Já para o socialismo científico de Marx e Engels as experiências associativas e cooperativas não foram de grande relevância, por não representarem modificações estruturais no modo de produção capitalista²⁰⁷ e, neste sentido, alcançaram, quando muito, a categoria de reformistas, chegando à possibilidade se tornarem um entrave para a verdadeira revolução socialista.

De qualquer forma, mesmo que partindo de uma teoria que não compreendia a totalidade das relações de produção na forma que compreende o marxismo²⁰⁸, a crítica dos

²⁰⁴ Charles FOURIER (1.772-1.837). O francês, que tinha fascínio por cálculo e pelos números, entendia que o trabalho deveria ser um ato prazeroso. Essa concepção estava na base da sua formulação de unir os homens para a ação conjunta. Esforçou-se para demonstrar o desperdício da concorrência capitalista, as agruras dos trabalhadores e as possibilidades da cooperação. (RUSS, *op. cit.*, p. 112.)

²⁰⁵ THIAGO, Raquel S. *Fourier: Utopia e esperança na península do Saí*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995. p. 29-30. Entretanto, pode-se questionar o caráter coletivista do projeto, porque mantém em sua base princípios individualistas e busca garantir a plena satisfação individual. A propriedade particular é mantida, assim como o capital remunerado e as desigualdades econômicas, isso mesmo dentro do falanstério. A divisão dos resultados do trabalho, depois de garantido um mínimo para subsistência, seria de 4/12 para o dono do capital, 5/12 para os trabalhadores e 3/12 para as pessoas de talento.

²⁰⁶ SINGER, *Introdução...*, p. 38.

²⁰⁷ HOBBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 44.

²⁰⁸ Segundo a teoria marxista, os interesses de classe compõem irredutivelmente a sociedade capitalista. No entanto, os socialistas utópicos não demonstraram ter consciência da oposição e a luta entre as classes, acreditando na mudança a partir de exemplos pacifistas. (HADDAD, Fernando. *Sindicatos, cooperativas e socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Socialismo em Discussão). p. 30.)

socialistas utópicos foi reconhecida no que se referiu ao trabalho assalariado, criticando o âmago do sistema capitalista.

Em trechos do Manifesto Comunista é possível verificar alguma ressalva a respeito das formulações utópicas, em termos:

os escritores socialistas [utópicos] também contêm elementos críticos. Atacam os fundamentos da sociedade atual. Forneceram, por isso, material dos mais valiosos para esclarecer os trabalhadores. Suas formulações positivas sobre a sociedade futura – por exemplo, o fim da contraposição entre cidade e campo, a abolição da família, do lucro privado e do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em uma mera gestão da produção – todas essas proposições anunciam a abolição do antagonismo de classes, que está no início e que eles conhecem somente em suas primeiras formas imprecisas.²⁰⁹

Em texto posterior, Marx complementa seus comentários sobre o socialismo utópico e sobre o cooperativismo:

Referimo-nos ao movimento cooperativo, principalmente às fábricas cooperativas levantadas pelos esforços desajudados de alguns *hands* [operários] audazes (...) Pela ação, ao invés de por palavras, demonstraram que a produção em larga escala (...) pode ser realizada sem a existência de uma classe de patrões que utiliza o trabalho da classe dos assalariados; que, para produzir, os meios de trabalho não precisam ser monopolizados, servindo como um meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; (...) Na Inglaterra, as sementes do sistema cooperativista foram lançadas por Robert Owen; as experiências operárias levadas a cabo no continente foram, de fato, o resultado prático das teorias, não descobertas, mas proclamadas em altas vozes em 1848.²¹⁰

A crítica dos socialistas utópicos, por enfrentar a questão da exploração do trabalho, questionar o lucro e as condições a que estavam submetidas as classes menos favorecidas à época, representa um embate ao modo de produção capitalista. Esse é o contexto no qual estão inseridas as primeiras experiências, tanto associativas, quanto cooperativas. Suas críticas voltam-se para esse contexto, para os efeitos negativos que são criados e recriados, atingem as bases do capitalismo: questionava-se o trabalho assalariado, a propriedade dos meios de produção e a gestão democrática.

A partir do recorte histórico do surgimento do movimento cooperativo, a exemplo da análise procedida no momento de instituição da modernidade²¹¹ – já que coincidem em

²⁰⁹ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 76.

²¹⁰ MARX, Karl. Manifesto de Lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. *Apud* HADDAD, Fernando. *Sindicatos, Cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. (Coleção Socialismo em Discussão) p. 31.

²¹¹ No item 1.1, elencamos alguns pressupostos para análise do surgimento da modernidade, no aspecto social, econômico, ideológico e na formação do poder. Ainda que rapidamente, pretendemos verificar a dinâmica perante desse contexto diante do incipiente cooperativismo e da crítica feita pelos utópicos.

contexto – poderíamos verificar nas críticas utópicas o enfrentamento daquelas situações referidas, ou seja, a incipiente discussão cooperativista pode representar um enfrentamento das condições sociais, culturais, econômicas que foram bases para a plena manifestação da sociedade moderna. O movimento cooperativo surgiria com um forte traço questionador das estruturas existentes.

Introdutoriamente foram expostas as alterações ocorridas na formação social no momento de transição da sociedade medieval para a sociedade burguesa moderna. No século XIX, a classe até então emergente, consolida-se hegemônica, garantindo seu poder político e econômico. Também a alteração da sociedade medieval de subsistência para a economia monetária, industrial e capitalista firmada ao longo da modernidade européia marca as origens das cooperativas²¹². São os camponeses expelidos do campo que nas cidades vão formar os quadros cooperativos. E, é do outro lado dessa relação que se coloca a burguesia, privilegiada pela acumulação primitiva de capital²¹³. Portanto, pode-se entender a cooperativa revestida de crítica a essa estrutura social, quando aqueles camponeses agora operários nas fábricas se reúnem para formação de associações buscando enfrentamento e melhorias nas condições exploratórias a que estavam submetidos.

Em outro âmbito de reflexão e de forma mais direta, vemos a cooperativa como uma forma contestatória daquele contexto econômico, do sistema de produção de valor. As idéias dos socialistas utópicos, em uma maneira geral, continham em seu núcleo central a questão do trabalho como determinante para transformação da sociedade. Neste sentido, identifica-se a percepção de que apenas o trabalho gerava riqueza, ou, somente por meio do trabalho o homem poderia produzir e reproduzir a sua existência. Por esse motivo, na proposta de alteração radical da estrutura do trabalho assalariado para um trabalho cooperado reside uma forte crítica ao modelo capitalista. A prática cooperativa, tão antiga quanto o capitalismo industrial, surgiu como reação ao sistema econômico. Objetivava tornar-se alternativa aos efeitos excludentes do capitalismo: empobrecimento dos artesãos, camponeses e pequenos produtores, transformados em trabalhadores das fábricas, devido à difusão de máquinas e da organização fabril da produção, cuja exploração do trabalho não possuía limites legais, chegando até mesmo a ameaçar a reprodução biológica do proletariado²¹⁴.

No que se refere à estrutura de poder, centralizada no Estado, o pensamento utópico deste exato momento histórico, busca reduzir o aparato estatal a um administrador na

²¹² VÉRAS NETO, *op. cit.*, p. 54.

²¹³ *Id.*

²¹⁴ SINGER, *Introdução...*, p. 24.

produção. A liberação do indivíduo foi possibilitada pelo Estado do *laissez-faire*²¹⁵. A função do Estado era a de “criar as condições de segurança para aqueles que possuem bens e propriedades. Tudo o mais pode ficar a cargo dos indivíduos.”²¹⁶

Também podemos encontrar a crítica cooperativa no que se refere às ideologias ou representações de mundo que dominavam à época. Outro lado crítico que compreende o movimento cooperativo incipiente, em seu contexto, volta-se para a formação social. O cooperativismo, de produção²¹⁷, desenvolvido pelos trabalhadores não incentiva, nem mesmo é incentivado pela classe emergente burguesa, que logo se tornaria hegemônica. A racionalidade iluminista, como visto, centrava-se no indivíduo. Diretamente oposta é a proposta co-operativa, que centra sua estrutura na ação interligada de pessoas. É transparente a crítica utópica do coletivismo frente à fragmentação individualista francamente em curso no século XIX. Neste ponto reside nosso objeto central de estudo. Uma nova forma de representação de mundo se traduz no incipiente fenômeno cooperativista. Neste sentido, buscaremos outras pistas, no item que segue.

Ademais, pode-se identificar o cooperativismo na contramão da ideologia difundida por esta classe e, em geral, no mundo moderno. O iluminado modo de pensar dos homens racionais individuais foi contraposto pelo sonho utópico de um ideal comunitário. Essa é a marca que o associativismo imprimiu nas primeiras experiências cooperativas. Owen, Proudhon e Fourier pensaram, trabalharam e influenciaram a implementação de experiências que primavam pelo coletivo em detrimento do individualismo ideológico iluminista. Mesmo a palavra *homem* era empregada no sentido de entidade relativa à prática social. Assim, *homem*

²¹⁵ LASKI, *op. cit.*, p. 172. “o ataque essencial à idéia liberal, no século XIX, partiu do socialismo. (...) Os socialistas rejeitaram a idéia liberal porque viram nela, simplesmente, mais uma proposição particular da história procurando mascarar-se de proposição universal.” (*Ibid.*, p. 172-173.)

²¹⁶ *Ibid.*, p. 139.

²¹⁷ Diante da excepcionalidade e especificidade de cada experiência cooperativa, é possível congregarmos sob essa denominação uma gama bastante variável de formas cooperativas. Também amplas são as classificações e tipologias dispostas pela doutrina. Sem a pretensão de discorrer exaustivamente, pretendemos esclarecer alguns tipos cooperativos que neste trabalho supõe o delineamento, quais sejam: as cooperativas de produção, de compra e venda, de serviços e de crédito. *Cooperativas de produção* são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos etc., que se reúnem objetivando a produção de bens, realizada pelos cooperados; consistem em alternativas à exploração patronal. Já *cooperativas de compra e venda* são associações que procuram ganhos de escala mediante a unificação de suas compras e/ou de suas vendas. Neste grupo estão inseridas as cooperativas de consumo, que realizam apenas uma parte dessa negociação, a de compra. *Cooperativas de serviços* são aquelas que colocam à disposição dos cooperados vários tipos de serviços e objetivam melhorar as condições da associação pela utilização comum de certos meios e serviços. É comumente relacionada à cooperativa agrícola, que realiza em conjunto de produtores a compra de insumos, o beneficiamento e a comercialização da produção: desde a colheita e sua entrega à cooperativa até a comercialização final, diversos são os serviços disponibilizados aos cooperados. *Cooperativas de crédito* têm o objetivo de realizar empréstimos aos seus sócios, permitindo maior produtividade ou suprindo dificuldades na obtenção de crédito ou financiamento. (SINGER, *Introdução...*, p. 39-41; 59-62; 89-91; RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo?* 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 39-45; RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: FASE, 1995. p. 39-44.)

não significa um indivíduo considerado isoladamente, era sempre parte integrante da existência coletiva e somente por abstração que o homem poderia ser considerado em estado de isolamento²¹⁸.

Porém, antes de efetivar o próximo passo, mister se faz salientar a intenção dessa retomada histórica do movimento cooperativo, que em sua origem tem a forte influência associativista. Não se pretende romantizar a experiência histórica dos socialistas utópicos e das primeiras cooperativas. Ao contrário, o objetivo desse recorte é buscar compreender aquele marcante momento histórico a partir da identificação de alguns elementos do estrato sócio-cultural. Buscou-se retomar algumas das características que interagiram com os fenômenos e a partir deles pensar a história. A importância está justamente no que é a história para o cooperativismo: história. Foi importante para aquele momento e não será transportada para outro tempo. Não se pretende olhar para o atual cooperativismo e determiná-lo a partir daquele contexto. Nosso cooperativismo possui, sem dúvida, marcas indelévels adquiridas por seu contexto histórico, da mesma forma que também contém traços que foi adquirindo por cada momento e contexto em que se inseriu ao longo da sua existência.

Com essa ressalva em mente, convém analisar o discurso comumente retirado da história e transportado ao cooperativismo atual, independente dos contextos. Essa apropriação atribuiu a uma das experiências de cooperativismo o marco histórico formal de referência como início do fenômeno²¹⁹. Trata-se da cooperativa de consumo de 28 tecelões de Rochdale, na Inglaterra, que poderíamos considerar o mito de origem do cooperativismo.

Em 1844, fundou-se a Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale²²⁰, que tinha por objetivo imediato a fundação um armazém para abastecer seus cooperados, no intento de reduzir os preços dos produtos alimentícios suprimindo a ação dos intermediários. Posteriormente, construíram moradias para eles, buscaram ocupação para aqueles que estavam desempregados, manufaturando artigos. Compraram ou arrendaram terras com a finalidade de criar uma comunidade auto-sustentada pelo trabalho de seus membros²²¹. Com o tempo, o número de sócios do armazém dos Pioneiros foi ampliado, principalmente após criarem uma caixa de depósitos. Também iniciaram debates e abriram uma sala de leitura no mesmo prédio onde funcionava o armazém. Num primeiro momento, portanto, os tecelões de

²¹⁸ RUSS, *op. cit.*, p. 27-28.

²¹⁹ SANTOS; RODRÍGUEZ. *Introdução...*, p. 33.

²²⁰ Inicialmente designada Sociedade Cooperativa dos Amigos de Rochdale, depois Sociedade dos Equitáveis Pioneiros de Rochdale até firmar-se como Cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Contemporaneamente conhecida apenas como Cooperativa de Rochdale. (CARNEIRO, *op. cit.*, p. 33.)

²²¹ SINGER, *Uma utopia...*, p. 45.

Rochdale criaram um armazém cooperativo, posteriormente, fundaram cooperativas de produção, fábricas de tecelagem e fiação.

Afirma-se que os Pioneiros tinham como objetivo maior chegar a um cooperativismo integral, ou seja, constituir cooperativas que desenvolvessem todo o processo produtivo, desde a produção, a circulação e o consumo. Essa proposta de cooperativismo integral consta do primeiro item de “Leis e Objetivos”, estipulada pela Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, em 1844²²². Entretanto, o projeto “iria se desvirtuar.” A cooperativa de produção formada pela Sociedade de Rochdale, a *The Corn Mill Society* teve participação de pessoas não cooperadas, ou seja, ‘acionistas’. De tal forma, tornou-se co-gestionária e não mais autogestionária. “A princípio, a sua origem e a sua finalidade definiam as seus propósitos de uma sociedade democrática, que beneficiava o trabalho de cada cooperado, na proporção de suas contribuições”, entretanto, a cooperativa se transformou “em uma sociedade lucrativa a ponto de seus cooperados serem chamados de ‘pequenos capitalistas’. (...) A partir daí, Rochdale tinha seu caminho interrompido quanto à linha mestra do cooperativismo.”²²³ Pode-se dizer que a fábrica de manufatura de farinha tratava-se de uma empresa capitalista possuída por uma cooperativa.

Entretanto, muito embora se possa identificar uma influência do pensamento socialista utópico, e alguns autores assim o afirmam²²⁴, os objetivos dos ‘pioneiros’ não fluíram no sentido da valorização dos trabalhadores ou da eliminação do capital. A intenção dos tecelões estava restrita à melhoria das condições de vida e de sobrevivência daqueles que participavam da cooperativa como cooperados. Como consequência, a experiência rochdaleana é por vezes identificada como ideal reformador²²⁵, buscando apenas atenuar as contradições históricas em que viviam no período da Revolução Industrial. Às cooperativas caberia um papel corretivo dos defeitos do sistema capitalista²²⁶.

²²² “a primeira idéia proposta pelos pioneiros baseava-se no cooperativismo integral, onde o consumo se completava na produção.” Adiante o autor transcreve em termos: “O Artigo (01) dos ‘Estratos de Leis e Objetivos da Sociedade dos Equitativos Pioneiros de Rochdale’, em 1844, destacava, preliminarmente: ‘... 1 – Que tão breve seja viável, esta Sociedade deverá proceder para organizar os meios de produção, distribuição, educação e governo, ou em outras palavras, estabelecer um próprio suporte de colônia doméstica de interesses unidos, ou construir outras sociedades em estabelecimentos, tais como colônias.” (CARNEIRO, *op. cit.*, p. 27).

²²³ *Ibid.*, p. 47.

²²⁴ “as ‘leis e objetivos’ dos Rochdalianos não tiveram geração espontânea, muito pelo contrário, elas foram inspiradas nos conceitos de Robert Owen.” (*Ibid.*, p. 27); “Fica claro que os Pioneiros continuavam fiéis ao ideal socialista de vida em comum à base da produção coletiva, compartilhada equitativamente e que o estabelecimento de cooperativas de consumo e de produção era visto como passos sucessivos no caminho ao objetivo final.” (SINGER, *Uma utopia...*, p. 45.)

²²⁵ VÉRAS NETO, *op. cit.*, p. 78.

²²⁶ RECH, *op. cit.*, p. 17.

A leitura da experiência de Rochdale exclusivamente pelo consumo foi a natureza que acabou difundindo o cooperativismo, tornando-o expressivo por toda a Grã-Bretanha, também se desenvolveu nos Estados Unidos, na França e na Itália. A expansão do cooperativismo de consumo teve como consequência, a completa modificação dos fundamentos iniciais da organização de trabalhadores em cooperativas, como idealizadas principalmente por Owen e Fourier. Os socialistas utópicos e suas teorias foram eliminados nessa nova proposta. Para Singer, a tentativa de combater o grande capital com suas próprias armas, ou seja, buscando competitividade no comércio, apostando nas cooperativas de compra e venda, resultou na perda dos valores próprios do cooperativismo²²⁷.

Para além da experiência de cooperativas de consumo e para além de Rochdale – que sem dúvida teve importância no seu contexto e por sua história – existiram outras formas e experiências cooperativas. Com é o exemplo das cooperativas de produção.

Para os owenistas tradicionais, o cooperativismo de consumo não era um fim em si, mas entusiasmava os cooperadores por proporcionar melhoria para obtenção dos bens necessários. Ainda assim, o cooperativismo de consumo, somado às resistências grevistas operárias, ensejou o renascimento do cooperativismo de produção, reascendendo a controvérsia sobre a essencialidade da autogestão no cooperativismo. No entendimento de Singer, é na experiência da cooperativa de produção que transparece o verdadeiro protótipo de cooperativa, porque associa produtores e não seus fornecedores ou clientes²²⁸. Também por isso, o presente trabalho tomará esse tipo de cooperativa como *viés* de análise.

O movimento desse tipo de cooperativa começou na França com os trabalhadores assumindo as empresas em vias de fechar. Os exemplos de cooperativas de produção também alcançaram a Grã-Bretanha e Itália, nesta, atualmente, verifica-se o maior número de empreendimentos dessa natureza, contando com uma concentração de firmas pequenas e médias²²⁹.

Entretanto, ainda que a cooperativa de produção possa ser apontada como protótipo da cooperativa e, ainda, que essa forma mais se aproximasse as formulações iniciais dos associativistas, foi a cooperativa de consumo que acabou se expandindo no cenário internacional. Assim, retornamos à questão histórica: “a Sociedade de Rochdale como fundadora do cooperativismo moderno”²³⁰.

²²⁷ SINGER, *Introdução...*, p. 52; 58.

²²⁸ *Ibid.*, p. 87-97.

²²⁹ *Ibid.*, p. 97.

²³⁰ CARNEIRO, *op. cit.*, p. 49.

A proposta de cooperativismo de consumo foi alçada como marco do cooperativismo mundial, mesmo com exemplos anteriores de cooperativismo e propostas iniciadas sob influência dos socialistas utópicos. Da experiência de Rochdale algumas normas de conduta foram condensadas e tornadas referência no cenário internacional²³¹. Tais valores cristalizaram-se em um conjunto de princípios que ainda atualmente têm fortemente guiado o funcionamento de cooperativas²³².

Esses princípios plasmaram-se a partir da atividade de uma organização internacional de cooperativas, que chamou para si a responsabilidade de representar o cooperativismo. Trata-se da Aliança Cooperativa Internacional (A. C. I.), organização não-governamental fundada em 1895, em Londres, em meio a uma discussão acirrada, entre dois grupos: defensores do cooperativismo de produção e defensores do cooperativismo de consumo que apresentavam objetivos absolutamente divergentes sobre o conceito e o papel das cooperativas. O embate que aparentemente se instaurava na simples oposição entre cooperativas de produção ou integrais e cooperativas de consumo, revelou-se uma disputa entre projetos políticos absolutamente diferentes.

Daniel Rech explicitará essa diferença de posicionamentos da seguinte perspectiva: do “ponto de vista socialista” e do “ponto de vista capitalista”²³³. Como resultado do embate e da prevalência do cooperativismo de consumo, as idéias dos socialistas utópicos foram suplantadas e os traços de empresa capitalista foram reforçados nas cooperativas.

Os princípios cooperativos, divulgados em âmbito internacional, também são resultantes dessa ruptura entre perspectivas. Foram elaborados, a partir da experiência de Rochdale, como se disse, e modificados ao longo de reuniões e congressos promovidos pela A.C.I.²³⁴. Atualmente são estes os princípios: (i) adesão voluntária e livre; (ii) gestão democrática pelos membros; (iii) participação econômica dos membros; (iv) autonomia e

²³¹ Em sua obra, Palmyos Carneiro faz a ressalva: a retirada de princípios a partir de Rochdale não traduziu uma observação extensiva da história daquela cooperativa. Pelo contrário, houve uma seleção em determinados aspectos que se buscou plasmar. Na eleição feita, deixou-se de lado o princípio do cooperativismo integral, segundo o autor, marca autêntica daquela experiência. (CANEIRO, *op. cit.*, p. 46.)

²³² Embora tenham sofrido sensíveis alterações ao longo do tempo (Congresso Britânico de 1869; Congresso de Rochdale em 1892; Reunião de fundação da ACI, em Londres, 1895; Congresso da ACI em Paris, 1896; Congresso de Gand, em 1924; Em 1930, congresso da ACI em Viena; em 1934, em Congresso de Londres; em Paris, em 1937; Bournemouth, em 1963; Belgrado, em 1964; Congresso de Viena, 1966; finalmente, Congresso de Hamburgo, 1969.) (*Ibid.*, p. 53-61.)

²³³ RECH, *op. cit.*, p. 13-17.

²³⁴ Em especial, no Congresso ocorrido em Paris em 1937, quando foram inicialmente definidos os princípios cooperativos; em 1966, no Congresso de Viena, quando os princípios foram revistos e, novamente, alterados em Manchester, no ano de 1995. (CARNEIRO, *op. cit.*, p. 60-61)

independência; (v) educação, formação e informação; (vi) intercooperação e, (vii) interesse pela comunidade²³⁵.

E foi com essa vertente que o cooperativismo entrou no Brasil, adotando as formulações da A.C.I. Na década de 70, o governo brasileiro constituiu uma organização que, mesmo sendo privada, deteria a monopólio de representação do que viria a ser denominado como “sistema cooperativista brasileiro”.

Atualmente a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras exerce influência determinante na definição das normas a serem seguidas pelas cooperativas. A centralidade dessa instituição permaneceu ainda depois de promulgada a Constituição de 1988, que retirou desta organização as atribuições referentes ao registro e fiscalização das cooperativas. Tais funções passaram a ser restritivas de órgãos públicos²³⁶.

A partir de então a OCB passou a exercer a função de representação das cooperativas filiadas. Porém, permaneceu com o poder de definir as políticas públicas que beneficiam o “sistema cooperativo”, assim, a pluralidade de experiências cooperativas que não possuem identidade com a OCB e suas unidades nos Estados, acabam prejudicadas²³⁷. Ademais, esse instituto mantém a tradição de definir e propagar o que denomina “doutrina cooperativista”²³⁸.

Esta ‘doutrina’ difunde hegemonicamente um discurso a cerca do cooperativismo, que evidencia a cisão entre projetos. De um lado a ‘doutrina cooperativa’, de outro, muitas experiências que não encontram representação.

Diante do impasse, faz-se necessário buscar aportes que permitam identificar o cooperativismo tal como é.

A essa busca dedica-se o próximo item, que pretende investigar a lógica diferenciada que identifica o fenômeno cooperativo, notadamente a partir da visualização pela cooperativa de produção.

²³⁵ ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.ica.coop/ica/pt>> Acesso em: 25/05/2004.

²³⁶ Constituição Federal, Artigo 5º, XVIII: “a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;”

²³⁷ GEDIEL, José Antônio Peres; SILVA, Eduardo Faria. Parecer. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: UFPR, 2005. p. 141.

²³⁸ “A ‘doutrina cooperativa’ é habitualmente apresentada como ‘teoria’. (...) [entretanto] A teoria deriva da prática, dela se enriquece, com ela se modifica e se transforma. [enquanto que] uma ‘doutrina’ é exatamente o oposto disso, pois, não deriva da observação sistemática da prática, se impõe a ela. (...) Apensar disso é conveniente apresentar-se a ‘doutrina cooperativa’ como ‘teoria’, pois isso justifica e enobrece a prática ou as práticas do cooperativismo. Trata-se apenas de uma perspectiva falsamente teórica [para] justificar uma perspectiva pragmática do cooperativismo, isto é, o cooperativismo politicamente ‘fácil’ e ‘seguro’ para os interesses das classes dominantes. A ‘doutrina cooperativa’ é uma falsa teoria, na medida em que consiste num corpo de princípios abstratos, sem referencia a situações históricas concretas e de classe. Não interfere, pois, com a ‘prática’, não a enriquece, nem a contesta.” (RIOS, *op. cit.*, p. 51.)

2.2. O cooperativismo e a lógica diferenciada da cooperação

Enquanto na Europa, originariamente o movimento cooperativista de produção surgiu como reação social e, especialmente, de trabalhadores aos efeitos danosos no contexto em que estavam inseridos (modo de produção capitalista, antagonismos de classes, ideologia liberal-individualista), no Brasil sua promoção ocorreu por ação governamental e foi efetivado por elites políticas e econômicas do setor agro-exportador²³⁹. Assim, a história do nosso cooperativismo está atrelada à instauração de um modelo societário que promovesse a política governamental agrícola de caráter empresarial²⁴⁰. Esse modelo se organiza com base nos elementos estruturantes do modo de produção capitalista e teve forte patrocínio de programas nacionais para abertura e manutenção das grandes cooperativas agrícolas. Assim, grandes produtores rurais viram na organização de cooperativas uma forma de se beneficiar dos incentivos estatais.

Esse quadro transparece um dos reflexos da reprodução das desigualdades estruturais características da sociedade brasileira, notadamente no que se refere aos “desequilíbrios interregionais no desenvolvimento sócio-econômico, a concentração de recursos e de renda e a persistência e reprodução do dualismo na agricultura.”²⁴¹ É nesse sentido que se viu proliferar intensamente as cooperativas agropecuárias nas regiões Sul e Sudeste. Com relação ao dualismo mencionado pela autora, verifica-se o desenvolvimento de dois tipos de agricultura no Brasil: um setor tradicional, produtor de alimentos básicos, e um setor moderno, voltado para o mercado exportador²⁴².

Outro foi o movimento surgido no contexto urbano brasileiro. São cooperativas mais recentes e por esse motivo, também menos organizadas. Atuam nas mais diversas áreas e contam com o apoio de programas desenvolvidos nas Universidades Federais, em alguns órgãos governamentais, sindicatos e outras organizações não governamentais²⁴³. Essa vertente

²³⁹ RIOS, *op. cit.*, p. 24.

²⁴⁰ Quando se fala em beneficiamento agrícola através do cooperativismo, necessariamente se refere à classe social dominante (já que também no campo é possível identificar oposição entre classes), não se estendendo ao campesinato. Sobre tais beneficiamentos e respectivos prejuízos decorrentes da política cooperativista brasileira na década de 70, indica-se a pesquisa realizada por MACHADO, João Marcelo Borelli. *A formação econômica brasileira e as cooperativas agrícolas: dispositivos jurídicos para a subordinação econômica camponesa*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2006.

²⁴¹ FLEURY, Maria Teresa Leme. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983. p. 23.

²⁴² RIOS, *op. cit.*, p. 53.

²⁴³ Como é o exemplo das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas, que funcionam junto a Universidades e estão voltadas à sociedade, no acompanhamento de projetos cooperativos, autogestionários e solidários. Dentre outros exemplos que auxiliam esses empreendimentos, pode-se citar Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), no âmbito institucional federal a já mencionada

do cooperativismo congrega experiências que partem de todos os âmbitos da sociedade, mas em sua grande parte são formadas por aqueles que não encontram expressão na sociedade contemporânea (de base moderna: capitalista-individualista), por trabalhadores que assumem a direção das fábricas falidas em que trabalhavam, ou mesmo pelos assentados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Muitas vezes, são iniciativas pequenas, comunitárias, na confecção de roupas, de artesanato, coleta seletiva e reciclagem de lixo, entre outras atividades²⁴⁴, que buscam a geração de renda de uma forma transformadora: pela comunhão.

Torna-se evidente que esta segunda perspectiva, renovadora, é diametralmente oposta àquela. São de projetos diferentes, com interesses e objetivos próprios, condicionados pelas posições materiais e políticas de cada experiência. Neste sentido, é manifesta a cisão existente no cooperativismo nacional, que se mantém sob uma dupla e contraditória face: “De um lado, é o instrumento rotineiro e eficaz na organização econômica da agricultura de exportação, da agricultura capitalizada voltada para o abastecimento interno ou da agricultura latifundiária do algodão nordestino. Por outro lado, o cooperativismo é sistematicamente apresentado como ‘a solução’ para a comercialização agrícola dos produtos de pequenos agricultores, de pescadores e de artesãos”²⁴⁵.

No primeiro caso, trata-se do cooperativismo em termos organizacionais. Já no segundo, o cooperativismo volta-se à promoção sócio-econômica através das políticas de desenvolvimento²⁴⁶. Este dualismo exige o desvelamento da ideologia subjacente à forma cooperativa, identificar qual seu projeto. Tem papel importante neste intuito a leitura histórica, a qual confere os elementos para identificar as marcas originais deram o sentido ao movimento, bem como elucidar os momentos em que tais objetivos foram cooptados e subjugados a outros interesses. Novamente, vemos os rótulos serem mantidos, porém o conteúdo é forjado.

O verdadeiro cooperativismo teve como seu embrião associações de ajuda mútua. Com os ‘utópicos’, iniciou-se a busca em agregar à forma de produção industrial a organização comunitária da vida social²⁴⁷. Retomando o histórico anterior, a cooperativa surge da experiência associativa e da reação operária às condições de extrema exploração existentes pós Revolução Industrial. Embora, como elemento histórico se mantenha preso

Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Porém os exemplos não podem ser exaustivos diante da variedade de organizações, entidades comunitárias e religiosas que de alguma forma atuam nesse cenário.

²⁴⁴ SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção economia). p. 7-10.

²⁴⁵ RIOS, *op. cit.*, p. 9.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 9.

²⁴⁷ SINGER, *Introdução...*, p. 115; RIOS, *op. cit.*, p. 21.

àquele contexto que o possibilitou, essa origem indica as pistas para que, no contexto atual, possamos identificar as ocorrências que são plenamente cooperativas.

Por mais que as experiências e os ideários estejam subordinados às específicas realidades que os contém e se alterem devido a essas circunstâncias, não se pode conceber que um projeto se transforme em seu oposto e ainda assim seja classificado como cooperativo.

Assim, ainda que formulado em decorrência da relação com cada momento histórico, o cooperativismo guarda elementos caracterizadores, que o identificam e que já estavam presentes em sua origem. Tratam-se das marcas que destoaram de tal forma daquele contexto originário, que tornou seus entusiastas conhecidos historicamente como utópicos.

A partir da sua origem, podem-se retirar elementos que, mesmo dentro do seu contexto atual, oferecem pistas para identificar o verdadeiro cooperativismo. Em sua organização a competição é substituída pela cooperação. No lugar da acumulação, prima-se pela distribuição. Essencialmente, valoriza-se o humano, e, no conjunto. Por isso o autêntico cooperativismo atribui grande valor à democracia e à igualdade. É neste sentido que Singer afirma a diferença mais característica entre esses empreendimentos e os que possuem inspiração capitalista: o modo como são geridos, administrados²⁴⁸. A autogestão²⁴⁹ e a heterogestão marcam a separação entre as experiências. A democracia também característica diante da repartição de excedentes.

Essa vertente plural do cooperativismo foi retomada nos debates em torno da proposta de ‘economia solidária’. Termo este que ressurgiu ao longo dos anos 90²⁵⁰ e caracteriza as iniciativas que incorporam a solidariedade nas atividades econômicas, considerando tais atividades como meio para a realização de outros objetivos, de natureza social, política ou cultural²⁵¹.

²⁴⁸ SINGER, *Introdução...*, p. 16.

²⁴⁹ A autogestão traz em si a marca da negação da burocracia que, no capitalismo moderno, se constitui como meio de apropriação econômica e política. O sistema burocrático se expressa por meio de duas formas de opressão social: (i) a propriedade capitalista, como forma de usurpação da força coletiva e da produção social; (ii) o Estado, “pela fixação de um governo considerado como uma representação exterior da força social, como uma concentração única e hierárquica, que se revela praticamente como instrumento de dominação, como monopólio de poderes, como aparelho repressivo”. Neste sentido, a autogestão é a negação da burocracia que separa uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos. (INOJOSA, Rose Maria. *Redes de Compromisso Social*. In: *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro: FGV, v. 33, n. 5, set./out., 1999. p. 166.)

²⁵⁰ O tema foi retomado concomitantemente no Brasil e na França e com ênfases semelhantes. (FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 15.)

²⁵¹ *Ibid.*, p. 16. Para os autores “é apenas na modernidade capitalista que a esfera econômica se autonomiza em relação às demais dimensões da vida em sociedade, através do advento do princípio do mercado autoregulado.” E, apesar de ser esta realidade extremamente recente em termos históricos, cerca de 200 anos, essa lógica impôs-se que tal forma que se chega a ser corriqueiro a formulação de que não há outro modo de fazer economia que não este. Essa lógica mercantil passou a estruturar a sociedade como um todo, extrapolando em muito a

Essa lógica econômica-solidária, que difere do capitalismo, questiona a forma de apropriação do lucro e propõe que seja coletivo no lugar de individualizado. “Significa a real democracia na posse e controle dos bens de produção, assim como na distribuição do que é produzido”²⁵².

Além da diferença na distribuição dos recursos, a principal diferença entre a economia capitalista e a solidária, de acordo com Paul Singer, residem o modo como os empreendimentos são administrados²⁵³. Na economia capitalista prevalece a heterogestão, constituída da administração hierarquizada, com níveis diferenciados de autoridade nos quais as decisões vêm de cima para baixo e a competição é exacerbada. Ao contrário, os empreendimentos solidários são administrados de forma autogestionária, com a participação dos trabalhadores – sócios do empreendimento – de forma efetiva e democrática no processo de decisão, planejamento e produção, bem como é respeitada também essa democracia no momento da repartição dos resultados do trabalho.

Ainda com Singer, apenas se pode realizar a solidariedade na economia se esta for “organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar.”²⁵⁴. Assim, o cooperativismo, que tem por base a propriedade solidária e a associação econômica entre iguais²⁵⁵, encontra espaço na proposta da economia solidária.

Com o novo fôlego gerado pela economia solidária, empreendimentos fulcrados nos valores associativos e cooperativos ressurgiram, caracterizando o retorno à solidariedade, pela valorização do espaço local e por iniciativas comunitárias. A economia solidária fez reaparecer, no final do século XX, as questões suscitadas pelo movimento associativo do século anterior. Trata-se de uma economia contraposta ao capitalismo, de agrupamentos voluntários formados a partir de um vínculo social para a prática de uma atividade econômica não capitalista e para o desenvolvimento de uma ação comum, baseada no princípio da igualdade e reciprocidade entre os membros²⁵⁶.

A economia solidária congrega formas de organização econômica que se baseiam na igualdade, na solidariedade e na proteção ao meio ambiente²⁵⁷. Embora partam de uma

dimensão econômica, influenciando na formação dos valores sociais contemporâneas como também nas identidades dos seus sujeitos. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, *op. cit.*, p. 16-17.)

²⁵² OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de “economia social” e “economia solidária”. GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 86.

²⁵³ SINGER, *Introdução...*, p. 16.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 09. (grifos no original)

²⁵⁵ SANTOS; RODRÍGUEZ, *Introdução...*, p. 32-33.

²⁵⁶ FRANÇA FILHO; LAVILLE, *op. cit.*, p. 90-91.

²⁵⁷ SINGER, *Introdução...*, p. 25.

organização econômica, pode-se verificar esses valores extrapolando o âmbito econômico e “invadindo dimensões mais substantivas da vida humana associada.” Neste caminho, França Filho questiona: “Não é assim que, na modernidade, os sujeitos humanos constroem suas identidades enquanto indivíduos a partir sobretudo do trabalho (...)?”, assim, também este pode ser um âmbito de construção de sociabilidade conjunta, coletiva. Em outro momento, o autor prossegue: “A concepção de atividade econômica a partir de um *impulso recíproco* pode permitir-lhe fundar-se sobre o próprio sentido que lhe é atribuído pelos seus participantes e, dessa forma favorecer, dinâmicas de socialização. (...) a existência de um componente não-monetário em certas atividades econômicas pode ajudar a ultrapassar a despersonalização inerente à economia monetária.”²⁵⁸

Na mesma vertente que valorizar a essência da economia solidária que ultrapassa as relações econômicas e atinge diretamente o social, Paul Singer acredita que

A economia solidária é ou poderá ser *mais do que uma resposta* à capacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor*.²⁵⁹

Portanto, o sentido *superior* de que faz menção o autor, não tem referência puramente econômica, mas, principalmente, tem razão ao conceber primazia ao humano, concedendo-lhe liberdade e autonomia participativa nas decisões democráticas, cooperação no lugar de competição, tornando o trabalho, com essas características, um meio de realização do ser social e concretização do bem-estar coletivo. Por isso, o desafio da economia solidária é centrar sua atenção simultaneamente na viabilidade do projeto alternativo ao capitalismo²⁶⁰, mas também e principalmente, no potencial emancipatório das múltiplas experiências que têm

²⁵⁸ FRANÇA FILHO; LAVILLE, *op. cit.*, p. 16; 90-91.

²⁵⁹ SINGER, *Introdução...*, p. 114. (grifos no original)

²⁶⁰ Muito se discute se a cooperativa apresenta-se como um projeto de um novo modo de produção alternativo ao corrente modo de produção capitalista. Na corrente que aposta nessa característica, entre outros autores está Singer. Uma interessante análise que engloba esse tema, indica-se: QUIJANO, Aníbal. Sistemas alternativos de produção? In SANTOS, *Produzir para viver...*, p. 477 e ss. Para além da discussão sobre ser a cooperativa um *novo* modo de produção, ressaltamos neste trabalho a potencialidade que lhe pode ser resultante. Mesmo analisando a cooperativa apenas por uma de suas faces, a político-social, entendemos valorosa sua virtualidade de emancipação dos sujeitos. (Questão a ser tratada no Capítulo III). Neste sentido é válida a resposta de Namorado: “A cooperativa é capaz de potenciar teleologicamente a procura de soluções para os grandes problemas da sociedade, ao mesmo tempo que protagoniza tentativas de os ir resolvendo parcialmente” (NAMORADO, Rui. *Horizonte Cooperativo: Política e Projecto*. Coimbra: Almedina, 2001. p. 61.)

sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo²⁶¹. Essa possibilidade transformadora-emancipatória é que se pretende ressaltar neste trabalho. As cooperativas, inseridas no contexto da economia solidária, podem ser meios para se chegar a resultados favoráveis ao sujeito como ser social. Essas experiências, pelo projeto de desenvolvimento pessoal, local e comunitário, assim como pela pluralidade das formas de atividade econômica, destinam-se principalmente à população carente ou excluída, ainda que não exclusivamente²⁶². Para esses sujeitos mais ainda são válidas as possibilidades emancipatórias.

As experiências da economia solidária, de um modo geral, primam por assegurar aos trabalhadores a posse e o controle do empreendimento de forma igualitária e democrática, é neste sentido que Singer afirma que “a chave da proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”²⁶³ Neste rol também se inserem as cooperativas, pois o autêntico cooperativismo organiza suas relações, tanto de trabalho como sociais, de forma coletiva. Nas palavras de Rios, a cooperativa é “um modelo de associação com as seguintes características: propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição cooperativa.” A primeira característica transparece ao se determinar a cooperativa como uma associação de pessoas – e não de capital, como ocorre no empreendimento capitalista. A segunda característica, de gestão cooperativa confere o poder de decisão aos cooperados, enquanto que a terceira, a repartição, respeita a participação do cooperado nas operações da cooperativa, marca que a diferença da empresa capitalista²⁶⁴.

Da propriedade cooperativa, gestão cooperativa e repartição também cooperativa, chegamos à análise do sentido de *cooperação*, que permeia toda a essencialidade da cooperativa. Para Rui Namorado, a cooperação é a “atmosfera do movimento cooperativo e raiz de todas as realidades cooperativas.”²⁶⁵ Como princípio, a “co-operação” é legado de Owen, que é também chamando de ‘pai da cooperação’²⁶⁶. “Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de processo social e pode ser entendida como acção conjugada em que pessoas se unem de modo mais ou menos organizado para alcançar o mesmo

²⁶¹ SINGER, *Introdução...*, p. 25; 114.

²⁶² WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p.110.

²⁶³ SINGER, *Introdução...*, p. 9. (grifo no original)

²⁶⁴ RIOS, *op. cit.*, p. 13-14.

²⁶⁵ NAMORADO, *Horizonte cooperativo...*, p. 39.

²⁶⁶ CARNEIRO, *op. cit.*, p. 63.

objectivo.”²⁶⁷ Entretanto, a entejada que enseja o cooperativismo possui um sentido próprio. É maior do que a cooperação econômica: é fator de coesão social²⁶⁸.

A cooperativa é uma forma, um meio, que incuba a cooperação, nas palavras de Rui Namorado:

Por detrás da sua aparente simplicidade, a noção de cooperativa exprime em si própria uma metamorfose. Verdadeiramente, essa noção só ganha corpo, quando uma prática social difusa – a cooperação entre os homens – (...) se materializa numa série de novas entidades, num novo tipo de organizações (...) Impregnadas por uma grande ambição utópica, as cooperativas reflectiram um pragmatismo quotidiano, indispensável à sobrevivência num contexto sócio-político desfavorável. Sedentas de futuro, aprenderam a resistir ao presente, sem renunciarem à ambição de transformar a sociedade, tornando-a mais justa, contagiando-a com seus valores²⁶⁹

Não se pode confundir o sentido de cooperação que é propulsora do cooperativismo como o simples sentido etimológico de “prestação de auxílio para um fim comum”²⁷⁰. É preciso proceder a um recorte histórico, respeitar o contexto no qual a cooperação é tratada na cooperativa, dentro da era moderna, notadamente inserida no modo de produção capitalista, como reiteradamente afirmamos²⁷¹. Ainda assim, o campo é demasiadamente amplo. É neste sentido que Marx identificou a cooperação também como um elemento do capitalismo.

Para Marx, “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos.”²⁷² Esse *plano*, na empresa capitalista, é determinado pelo empregador, detentor dos meios de produção, a ele cabe a função de dirigir, superintender e mediar²⁷³. Portanto, na cooperação subsumida ao capital, o vínculo que se estabelece é entre o trabalhador individual e o capitalista, não se estabelece ligação entre os trabalhadores, ainda que exerçam suas atividades conjuntamente.

²⁶⁷ NAMORADO, *Horizonte cooperativo...*, p. 39.

²⁶⁸ “A cooperação é um factor de coesão do tecido social, tendo-se afirmado como um elemento estrutural da vida em sociedade. (...) é o verdadeiro tecido conjuntivo das sociedades humanas.” (NAMORADO, Rui. *Cooperativismo: um horizonte possível*. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005. p. 12; 15.)

²⁶⁹ NAMORADO, Rui. *Introdução ao Direito Cooperativo*. Para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000. p. 11.

²⁷⁰ NAMORADO, *Horizonte cooperativo...*, p. 39.

²⁷¹ Sentido oposto é a análise de Daniel Rech, que busca ao longo do desenrolar histórico a cooperação como uma forma recorrente, e entende que “No decorrer de séculos de história as pessoas vêm buscando as mais variadas formas de convivência para facilitar-lhes a vida e trazer-lhes melhores condições de sobrevivência.” (RECH, *op. cit.*, p. 09; 13.)

²⁷² MARX, *O capital...*, p. 378.

²⁷³ *Ibid.*, p. 384.

Diferente é a cooperação que enseja o cooperativismo. As cooperativas pressupõem uma forma específica de cooperação. Na cooperativa de produção, os trabalhadores estão ligados entre si, isto porque é na coletividade que se estabelece o *plano*. As diretrizes e regras, assim como a verificação do cumprimento, são realizadas, em última análise, pelo conjunto dos trabalhadores. “A vinculação se dá entre os trabalhadores que formam voluntariamente um coletivo.”²⁷⁴ A cooperação para o capitalista representa a possibilidade de aumento na apropriação da mais-valia²⁷⁵, enquanto que para o cooperativismo é uma forma de sociabilidade²⁷⁶.

Na cooperativa se desenvolve uma forma específica de cooperação. Ela é voltada para o coletivo e para o democrático e, portanto, está intrinsecamente ligada à idéia de autogestão. A autogestão é a forma autêntica da cooperação²⁷⁷.

A idéia de autogestão já estava contida nas experiências socialistas de Proudhon, muito embora a designação seja recente. O autor não lançou mão do termo autogestão, mas na prática empregou seu conteúdo²⁷⁸. Em sua concepção, Proudhon “deu, pela primeira vez, (...) o significado de um conjunto social de grupos autônomos, associados tanto nas funções econômicas de produção quanto nas funções políticas. A sociedade autogestionária, em Proudhon, é a sociedade organicamente autônoma, constituída de um feixe de autonomias de grupos se auto-administrando, cuja vida exige coordenação, mas não hierarquização.”²⁷⁹

A autogestão contraposta à heterogestão da empresa capitalista, é uma marca indelével às organizações cooperativas. Nas cooperativas de produção, a autogestão manifesta-se em toda extensão da organização: na gestão democrática, no efetivo controle do processo de produção pelos trabalhadores, bem como na distribuição do resultado proporcional ao trabalho realizado²⁸⁰. E apenas quando simultânea nesses três âmbitos se pode identificar a concretização da autogestão. É sua ocorrência em conjunto que garante uma organização autogestionária.

²⁷⁴ PONTES, Daniele Regina. *Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro: da economia ao direito*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2004. p. 113.

²⁷⁵ MARX, *O capital...*, p. 380-381.

²⁷⁶ NAMORADO, *Horizonte cooperativo...*, p. 40.

²⁷⁷ GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. p. 14-15.

²⁷⁸ MOTTA, Fernando C. Prestes. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 133.

²⁸⁰ FARIA, José Ricardo Vargas de. Autogestão. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: UFPR, 2005. p. 122.

Em experiências autogestionárias, como no caso de cooperativas de produção, busca-se eliminar a relação e oposição patrão/empregado. Com autogestão, cada participante é responsável pelas decisões e ações, assim como pelos resultados. Trata-se de vivenciar uma nova relação entre pessoas, para além de cada uma individualmente. A prática autogestionária contém em si uma alteração no modo de vida dos sujeitos envolvidos. Essa noção é portadora de uma verdadeira revolução nas formas de organização social contemporânea (e enraizada desde o início da era moderna): deixa de dar supremacia ao indivíduo, solto, isolado, para buscar o benéfico do conjunto. Trata-se de uma “mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum”²⁸¹, primando-se pelo coletivo.

É essa cooperação específica, autogestionária que é a característica da cooperativa. Este é o elemento do *NOVO*, próprio do movimento cooperativo. É essa a lógica diferenciada que compõe a cooperativa e que se contrapõe àquela lógica individualista forjada pela modernidade.

As pessoas que se envolvem em cooperativas devem sentir-se comprometidas com a autogestão, conscientes das suas possibilidades, assim como das dificuldades para vivê-la em sua amplitude. Acreditar na autogestão é acreditar nas possibilidades de os homens resolverem livremente por si próprios seus problemas, e serem constantemente confiantes na sua elevação²⁸². Isto porque a autogestão ao colocar os sujeitos diante das questões quer de gestão (como planejamentos e controle), quer do processo produtivo (como relações técnicas ou sociais de produção), ou ainda diante de questões correlatas à distribuição do resultado do trabalho realizado possibilita e estimula o desenvolvimento de cada sujeito, utilizando-se tanto do coletivo. Permite ao cooperado experimentar toda sua capacidade criativa, através da participação e provar da responsabilidade dela decorrente. A autogestão, e em última instância a cooperativa, que tem aquela como seu núcleo central, prima pelo desenvolvimento integral do sujeito²⁸³.

Cada experiência cooperativa que vivencia a cooperação autogestionária em toda a sua dinâmica (gestão democrática, processo produtivo e distribuição coletiva dos resultados) é uma célula, um micro espaço de realização do coletivo, de prática de uma lógica para além do indivíduo. Neste sentido pode-se pensar o cooperativismo como um movimento: apenas quando comprometido com um projeto bem definido, autogestionário e coletivo. É nesta identidade que reside o verdadeiro fenômeno cooperativo.

²⁸¹ GUILLERM; BOURDET, *op. cit.*, p. 14; 30.

²⁸² ARIZMENDIARRIETA *Apud* AZURMENDI, Joxe. *El Hombre Cooperativo*. Pensamiento de Arizmendiarieta. 2. ed. Berastegi: Editora Azatza, 1991. p. 671.

²⁸³ AZURMENDI, *op., cit.*, p. 816.

Ainda assim, mesmo que se possa buscar no real concreto as características que identificam uma lógica diferenciada inerente à cooperativa, não é desta forma que o direito, notadamente o brasileiro, têm captado do cooperativismo. O sistema de direito tem se mostrado como entrave ao fenômeno social. Neste sentido identifica Carneiro: “Alguns empecilhos bem nítidos têm marcado a expansão do cooperativismo. Lá fora, como aqui, a sua descaracterização, mas aqui com um cerceamento que impede ou degenera a sua evolução, principalmente no que se refere à legislação e às implicações com o capital alienígena.”²⁸⁴ Esse questionamento de como se dá a regulação do fenômeno cooperativo é o objeto de estudos do próximo item.

2.3. A regulação jurídica do cooperativismo brasileiro

Não obstante todo o caráter inovador que compõe a dinâmica no interior das cooperativas, notadamente aquelas de produção, centradas na valorização do coletivo e democrático, tais características não foram captadas pela regulação jurídica da matéria.

O histórico legislativo das cooperativas no Brasil se inicia com o Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, que possibilitou aos agricultores a organização de sindicatos e estes, a seu turno, poderiam instituir cooperativas. A existência *jurídica* das cooperativas ocorreu com o Decreto nº 1.637, de 1907, que adotava um regramento de sociedade anônima, tendo distribuição de lucros com base no capital social subscrito. Com o Decreto nº 22.239, de 9 de dezembro de 1932, verificou-se a possibilidade de existência de cooperativas de natureza civil, que operavam com os sócios, distribuindo as sobras. A Política Nacional do Cooperativismo foi definida pelo Decreto nº 59, regulamentado em 1967, com a edição do Decreto-Lei nº 60.597, que criou o Conselho Nacional do Cooperativismo e definiu *ato cooperativo*²⁸⁵. Em 16 de dezembro de 1971 foi promulgada a Lei Federal nº 5.764, designada como “Lei do Cooperativismo”, que instituiu a ‘Política Nacional do Cooperativismo’ na forma que ainda hoje está vigente e permanece como principal diploma regulador da matéria.

²⁸⁴ CARNEIRO, *op. cit.*, p. 12.

²⁸⁵ Estabelecendo que as operações entre cooperados e cooperativas não se tratam de relação de compra e venda. (LOPES, Idevan César Rauhen. Aspectos sobre a legalização das sociedades cooperativas. *In*: GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 115-116.)

Com o advento da Constituição Federal em 1988, houve a inclusão da matéria do cooperativismo em âmbito constitucional²⁸⁶. Esse tratamento marcou um novo período para as sociedades cooperativas, por desatrelá-las do jugo estatal. Neste sentido, entende Waldirio Bulgarelli:

com a Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que se iniciou um novo período do ciclo legislativo do regime jurídico das sociedades cooperativas até então presas e submetidas às imposições estatais decorrentes do regime autoritário. Vários artigos da Constituição referem-se às cooperativas no sentido não só de reconhecê-las, de livrá-las das peias estatais como também para apoiá-las. De todos esses dispositivos sem desmerecer os demais, destaca-se o art. 5º, XVIII²⁸⁷

Portanto, a liberdade de associação garantida constitucionalmente pelo artigo 5º, inciso XVII²⁸⁸, estende-se também às sociedades cooperativas, conforme expressa determinação do inciso XVIII do mesmo artigo, anteriormente citado. Restando vedado ao Poder Público, em qualquer instância, a interferência e a intervenção na organização cooperativa, possuindo essa entidade autonomia e independência, ou seja, a cooperativa, a partir da Constituição de 1988 teve garantida sua desvinculação de qualquer poder, órgão ou sindicato²⁸⁹.

Seguindo-se com o estudo sobre o tratamento jurídico atual das cooperativas, encontramos como norma infraconstitucional, o Código Civil promulgado em 2002, que dedicou às Sociedades Cooperativas o Capítulo VII²⁹⁰.

Observa-se, porém, que tanto o Código Civil como a Constituição, embora esta tenha determinado a autonomia da cooperativa, focalizam em seus dispositivos alguns pontos específicos do cooperativismo, não o enfrentando com as matizes analíticas conferidas a outras matérias. De forma que a centralidade do presente estudo focará a Lei Federal 5.764/71, porque se mantém, quase com exclusividade, como reguladora do cooperativismo brasileiro.

²⁸⁶ A Constituição Federal de 1988 refere-se ao cooperativismo nos artigos: 5º, inciso XVIII; artigo 146, inciso III; artigo 174 e artigo 192. Destaca-se especialmente:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, de cooperativas, independentemente de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado. (...) § 2º - A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

²⁸⁷ BULGARELLI, Waldirio. *As Sociedades Cooperativas e sua Disciplina Jurídica*. 2ª ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2000. p. 05.

²⁸⁸ “Art. 5º. (...) XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter militar.”

²⁸⁹ GEDIEL; SILVA, *op. cit.*, p. 142-143.

²⁹⁰ O Capítulo VII, “Da Sociedade Cooperativa”, é composto pelos artigos 1.093 a 1.096. Nestes artigos, o Código Civil abordou aspectos mais gerais, sem grandes modificações na estrutura do cooperativismo brasileiro.

A Lei do Cooperativismo privilegiou especialmente algumas formas de cooperativas, muito embora seja o cooperativismo múltiplo em experiências e específico dentro de cada uma de suas variações. Esse diploma contempla basicamente os aspectos referentes ao cooperativismo de crédito, de consumo e de serviços agrícola (agro-exportador)²⁹¹. A eleição desses tipos de cooperativas é resultado do momento histórico em que a lei foi formulada e promulgada.

Ao voltar os olhos para o momento de instituição do cooperativismo no país, encontramos a opção por um fomento cooperativista que nos permite compreender o quadro que hoje identificamos no país: o grande número de empreendimentos voltados para o agro-negócio. Percebe-se a sutileza da promoção do cooperativismo de serviços agrícolas em detrimento da pluralidade de formas cooperativas. Neste âmbito, salienta Rios, que o caráter reformista do movimento cooperativista iniciado no Brasil se limitou à modernização da agricultura. Não enfrentando questões referentes aos trabalhadores rurais e menos ainda questionou o problema da propriedade da terra. “É por isso que o cooperativismo brasileiro é, sobretudo, um cooperativismo de serviços, não propriamente um cooperativismo de produção. A cooperativa presta serviços aos associados em função de seus estabelecimentos *individuais*, de maneira isolada.”²⁹²

Esta forma de cooperativa, de serviços agrícolas, manteve-se como política do cooperativismo ao ser privilegiada pela Lei Federal 5.764/71. Outras formas também o foram, como é o exemplo da cooperativa de compra e venda, ou simplesmente de consumo. No Brasil, a idéia de cooperativa já veio como resultado da reforma sofrida pelos embates registradas na A.C.I., entre a concepção de cooperativa de produção ou de consumo. O que se viu florescer – e se reproduzir – legalmente no Brasil, não encontra referência com a forma cooperativa originária, quer dos associativistas, quer de Rochdale com o objetivo do cooperativismo integral.

O cooperativismo que se formou no país é resultante de uma política estatal voltada para grandes empreendimentos. Essa também é a característica do cooperativismo de crédito, beneficiado legislativamente, que indica a promoção de grandes cooperativas, especialmente voltadas para a agricultura. Na análise de Gilvando Rios:

No Brasil o cooperativismo surge como uma promoção das elites (econômicas e políticas) numa economia predominantemente agro-exportadora. Não se trata, pois, de um movimento vindo de baixo, mas imposto de cima. Não é o caso de um movimento social de conquista,

²⁹¹ PONTES, *op. cit.*, p. 108.

²⁹² RIOS, *op. cit.*, p. 25. (sem grifo no original)

mas de uma política de controle social e de intervenção estatal. Não ocorreu a criação de uma fórmula associativa, mas apenas sua importação e adequação aos interesses das elites políticas e agrárias.²⁹³

Tal quadro a ‘Política do Cooperativismo’ nacional mantém e propaga, quer pela atuação dos órgãos de *representação* do cooperativismo, em nível estadual e federal, quer pela manutenção da Lei 5.764/71, voltada a grandes cooperativas rurais ou para cooperativas que reúnem grande número de cooperados.

Alguns extratos da Lei são expressivos quanto a essa priorização. Notadamente, o artigo 6º, inciso I, quando define o número mínimo de 20 (vinte) pessoas para que se possa formar uma cooperativa²⁹⁴. A fixação arbitrária desse número tem o “evidente intuito de dificultar sua criação [de cooperativas].”²⁹⁵ Determinados tipos de cooperativas, como é o exemplo das cooperativas agrícolas, de crédito e de consumo, podem agregar um grande número de cooperados. Entretanto, essa não é uma regra que se possa generalizar. Diminuir o número mínimo de cooperados é meio para a promoção de cooperativas, especialmente para ampliar o cânone dessas experiências. Neste sentido foi a alteração promovida pelo Código Civil, em 2002, que, no artigo 1.094, inciso II, reduziu o número mínimo de cooperados para a formação de uma cooperativa para o “mínimo necessário a administração da sociedade”²⁹⁶. Não tendo definido um número exato para essa formação, essa norma abriu ao debate a possibilidade de se relativizar de acordo com cada espécie de cooperativa²⁹⁷, afinal os conselhos administrativos e fiscais de uma cooperativa de pequeno porte dispensam (e não comportam) a mesma estrutura o corpo administrativo de uma grande cooperativa. Porém, a matéria ainda suscita grandes discussões²⁹⁸.

²⁹³ RIOS, *op. cit.*, p. 24.

²⁹⁴ “Art. 6º. As sociedades cooperativas são consideradas: I - singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 (vinte) pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos;”

²⁹⁵ BECHO, Renato Lopes. *Elementos de Direito Cooperativo* (de acordo com o novo Código Civil). São Paulo: Dialética, 2002. p. 69.

²⁹⁶ “Art. 1.094. São características da sociedade cooperativa: (...) II - concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo; (...)”

²⁹⁷ Neste sentido é a legislação de muitos países, que em geral têm um número reduzido de cooperados para abertura de suas organizações e, alguns ainda, determinam esse número de acordo com o porte e especificidade da cooperativa. São exemplos a estrutura italiana, que considera o número mínimo de nove pessoas para constituir uma cooperativa; Portugal que determina os número de cinco e dois, para cooperativas de primeiro grau e de grau superior, respectivamente; na Espanha o mínimo de cooperados exigidos é de três, como regra geral; já na Argentina pede-se dez pessoas para a constituição da sociedade. (BECHO, *Elementos...*, p. 69-70.)

²⁹⁸ Enquanto autores entendem possível a interpretação do citado artigo do código civil como uma norma aberta, que permitiria inclusive a formação de cooperativas a partir da reunião de dois cooperados, quando possível que esse número garantisse a composição administrativa, e defendem que se “o legislador não restringiu, não é lícito ao intérprete fazê-lo” (BECHO, *Elementos...*, p. 71), outras posições mais conservadoras chegam a desconsiderar a atualização procedida pelo Código e sugerem a manutenção da determinação do artigo 6º, I da Lei 5.762/71. Para esta segunda corrente, na qual se inclui o posicionamento da Organização das Cooperativas do Brasil –

Outro extrato que se pode retirar da Lei Federal 5.764/71 que é representativo da generalização de regras atinentes a grandes cooperativas é o procedimento exigido para a convocação de Assembléias²⁹⁹. A obrigação de publicação em jornais, além da data e do local também a pauta da assembléia, é uma necessidade condizente com as grandes cooperativas, cujas reuniões se transformam em um evento, reunindo cooperados de diversas cidades, etc. Nessas circunstâncias justifica-se a publicação em jornal de alcance e demais procedimentos. Porém, são exigências que comprometem a dinâmica de experiências de pequeno porte.

Estas são questões ilustrativas – mas não exaustivas³⁰⁰ – e demonstram a preocupação da regulação do cooperativismo brasileiro. A realidade das pequenas cooperativas, principalmente localizadas no meio urbano, é diversa e não contemplada legalmente. Formam-se a partir de um número reduzido de cooperados. São experiências que sofrem em seu cotidiano as conseqüências da burocratização resultantes da opção legislativa pelas cooperativas de médio e grande porte, assim como dos órgãos de *representação* do cooperativismo.

Outra questão que coloca em evidência a eleição legislativa, colocando agora a cooperativa de consumo como paradigma para as demais formas, é a cristalização de um específico princípio cooperativo, seguindo a formulação dada pela ACI³⁰¹. Trata-se do inciso

OCB, a designação civil é uma interpretação explicativa de como deveria se originar o número de cooperados mínimos determinados na Lei especial, inexistindo conflito entre as disposições. (Organização das Cooperativas do Brasil – OCB, Resolução n. 11 de fevereiro de 2003) “A nosso ver, o número mínimo de sócios previsto no art. 6º da Lei nº 5.764/71 poderá ser interpretado, a partir da vigência do novo Código Civil, como uma explicitação do número mínimo necessário a compor a administração da cooperativa.” (OLIVEIRA, José Cláudio Ribeiro. Principais Problemas envolvendo as Cooperativas no Novo Código Civil. In BECHO, Renato Lopes (Coord.) *Problemas atuais do Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002. p. 151.)

²⁹⁹ “Art. 38. (...) § 1º As Assembléias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, em primeira convocação, mediante editais afixados em locais apropriados das dependências comumente mais freqüentadas pelos associados, *publicação em jornal e comunicação aos associados por intermédio de circulares*. Não havendo no horário estabelecido, quorum de instalação, as assembléias poderão ser realizadas em segunda ou terceira convocações desde que assim permitam os estatutos e conste do respectivo edital, quando então será observado o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre a realização por uma ou outra convocação.” (sem grifos no original)

³⁰⁰ Em outras passagens a lei refere-se ao número expressivo de cooperados e a amplitude geográfica que espera do *empreendimento* cooperativo, esboço do cooperativismo de grande porte, especialmente agrícola. Citamos como exemplificativo, o artigo 42, que se refere à participação democrática do cooperado, o voto: “(...) § 2º Quando o número de associados, nas cooperativas singulares exceder a 3.000 (três mil), pode o estatuto estabelecer que os mesmos sejam representados nas Assembléias Gerais por delegados que tenham a qualidade de associados no gozo de seus direitos sociais e não exerçam cargos eletivos na sociedade. (...) § 4º Admitir-se-á, também, a delegação definida no parágrafo anterior nas cooperativas singulares cujo número de associados seja inferior a 3.000 (três mil), desde que haja *filhados residindo a mais de 50 km (cinquenta quilômetros) da sede*.” (sem grifos no original)

³⁰¹ A Comissão dos Princípios Cooperativos, formada na ACI e designada no Congresso de Londres em 1934, indicou como princípio o “retorno sobre as vendas”. Tal proposição foi posteriormente substituída, em plenário do Congresso de 1937, em Paris, para os termos: “Distribuição aos membros do excedente ‘pro-rata’ de suas transações com a cooperativa.” Finalmente, depois das alterações do Congresso de Manchester, em 1995, estes mesmos termos passaram a incorporar o 3º Princípio, de “Participação econômica dos sócios”. (CARNEIRO, *op.*

VII do artigo 4º³⁰², que trata da caracterização das sociedades cooperativas. Quando a Lei refere-se ao retorno das sobras aos cooperados em relação às suas atividades junto à cooperativa, embora deixe de mencionar – tal como procedeu a ACI – explicitamente que tais atividades são de vendas, ainda assim, deixa de privilegiar a questão do trabalho: o retorno pelo trabalho realizado. Em análise à questão, são válidas as observações de Palmyos Carneiro:

O que se questiona é que todo produto ou mercadoria tem o aporte ao trabalho realizado. É evidente que esse trabalho é que tem que ser valorizado e distribuído sem intermediação – é evidente que se houver excedente ou economia, é um trabalho excedente que deveria ser computado quando da repartição das mercadorias. (...) o retorno deveria beneficiar aquele que produz e não os intermediários da terra através da renda capitalista, nem através da distribuição consumista, valorizada pela oferta e a procura³⁰³

As cooperativas de consumo, de um modo geral, se ocupam em distribuir produtos ou serviços aos seus sócios, buscam as melhores condições, os melhores preços e a melhor qualidade³⁰⁴. Não se pode ver neste objetivo um enfrentamento de condições desfavoráveis geradas pela racionalidade da atual sociedade. Parece-nos buscar diminuir as contradições do sistema capitalista, no lugar de marcar seu enfrentamento, quando deixa de centralizar a questão do trabalho. De acordo com o princípio do *retorno* medido pelas transações realizadas com a cooperativa, pode-se favorecer aquele cooperado com maiores condições materiais, pois estabelecendo um volume maior de operações obterá maior benefício no montante definido como retorno, enquanto aquele que detém menos condições de operar com a cooperativa, receberá por essa lógica proporcionalmente sobre aquilo que operou.³⁰⁵

Dessa forma, é possível que se coloque em risco o caráter autogestionário e coletivo da cooperativa, que está também fulcrada na distribuição eqüitativa dos resultados. Este é um

cit., p. 122-123; BULGARELLI, *op. cit.*, p. 13-14; 18-19; NAMORADO, Rui. *Os Princípios Cooperativos*. Coimbra: Fora do Texto; Cooperativa Editorial de Coimbra - CRL, 1995. p. 79-82.)

³⁰² “Art. 4º. (...) VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral; (...)”

³⁰³ CANEIRO, *op. cit.*, p. 123.

³⁰⁴ RECH, *op. cit.*, p. 42.

³⁰⁵ Neste sentido também geram questionamento o artigo 24 da Lei de Cooperativismo, pois dá abertura para a concretização dessa disparidade entre cooperados diante das condições materiais de cada um. Em termos: “Art. 24. O capital social será subdividido em quotas-partes, cujo valor unitário não poderá ser superior ao maior salário mínimo vigente no País. § 1º Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas-partes, salvo nas sociedades em que a subscrição deva ser diretamente proporcional ao movimento financeiro do cooperado ou ao quantitativo dos produtos a serem comercializados, beneficiados ou transformados, ou ainda, em relação à área cultivada ou ao número de plantas e animais em exploração. (...)”

dos pilares identificadores da cooperativa³⁰⁶: o retorno, ou distribuição, das sobras como resultado do trabalho exercido junto à cooperativa é uma das “regras ou premissas essenciais ao ato ou princípio cooperativo”³⁰⁷. Com tal determinação a Lei de Cooperativas coloca-se na contramão do fomento de organizações genuinamente autogestionárias, notadamente quando se tem em mente as cooperativas de produção. Este tipo de cooperativa não se encontra respaldada naquela formulação.

Juntamente com o retorno ao trabalho, Carneiro identifica a gestão democrática como outra regra ou premissa essencial ao princípio da *cooperação*³⁰⁸. Outra questão que nos leva a refletir sobre a Lei Federal 5.764/71. Neste ponto específico, não se pode deixar de mencionar a opção legislativa quando permite a contratação de empregados pela cooperativa³⁰⁹. Este pode ser considerado um ataque direto à democracia interna da cooperativa, especialmente, tratando-se da cooperativa de produção. Ao permitir a exclusão de trabalhadores envolvidos nas questões da cooperativa – sobretudo quando se tratam de gestores que detém conhecimentos técnicos, diretamente ligados ao processo produtivo – do processo decisório, abre-se uma grande possibilidade para uma fratura na autonomia radical da cooperativa³¹⁰.

A racionalidade diferenciada do cooperativismo reside na busca pelo aprofundamento do exercício autogestionário, sem distinção entre os cooperados, quer pelo papel que exerça na cooperativa, menos ainda pelo capital que possui. Quando se tem em mente uma cooperativa de produção, esses dois pontos podem atingir diretamente seus fundamentos.

Não se está aduzir, entretanto, que organizações de consumo não pertençam ao gênero cooperativo, nem mesmo este seria o objeto de pesquisa do presente trabalho. O que se

³⁰⁶ Como se pretendeu discorrer no item anterior (2.2), a cooperativa se identifica por uma especial forma de cooperação: a autogestionária, que se realiza quando atinge o âmbito da gestão, do processo produtivo e da repartição das sobras.

³⁰⁷ CARNEIRO, *op. cit.*, p. 122. Juntamente com o retorno ao trabalho, o autor afirma a gestão democrática como outra premissa essencial ao princípio *cooperativo*. (*Ibid.*, p. 51; 122-123.)

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 51; 122-123.

³⁰⁹ Embora a lei não tenha feito uma referência expressa à contratação de empregados pelas cooperativas, essa permissão está implícita, conforme demonstra a simples leitura de seus alguns artigos, notadamente os artigos 48 e 91. Em termos:

Art. 48. Os órgãos de administração podem contratar gerentes técnicos ou comerciais, que não pertençam ao quadro de associados, fixando-lhes as atribuições e salários.

Art. 91. As cooperativas igualam-se às demais empresas em relação aos seus empregados para os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

Art. 4º. (...) X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;

Art. 113. Atendidas as deduções determinadas pela legislação específica, às sociedades cooperativas ficará assegurada primeira prioridade para o recebimento de seus créditos de pessoas jurídicas que efetuem descontos na folha de pagamento de seus empregados, associados de cooperativas.

³¹⁰ Para um estudo sobre a inadequação do trabalho assalariado no interior das cooperativas, indica-se a pesquisa realizada por GONÇALVES, Marcos Rafael G. *A utopia cooperativista regulada pelo direito: crítica para uma filosofia jurídica transmoderna*. Curitiba, 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

pretende ressaltar é que a Lei de Cooperativas, ao generalizar uma regra atinente a determinada forma cooperativa, permite, ao menos três interpretações: primeiramente, demonstra seu congraçamento com a entidade que reúne cooperativas mundo a fora, a ACI, pela conexão na redação de princípios cooperativos; mais uma vez ressalta o caráter sectário da Lei ao privilegiar algumas formas cooperativas; e, o mais grave, o descompasso da lei diante dos elementos caracterizadores de um autêntico cooperativismo, fundado da democracia autogestionária.

Quando a lei permite e fomenta ataques a características essenciais do cooperativismo, pode-se refletir sobre a determinação estar voltada a outros interesses que não especificamente promover e fomentar o cooperativismo. Dessa forma, descortina-se uma complexa realidade do cooperativismo brasileiro, criado e continuamente recriado legislativamente, diante do qual, na esteira de Rios, pode-se falar na existência de ‘cooperativismos’: “Existe, pois, um cooperativismo dos ricos e um cooperativismo dos pobres.”³¹¹ A lei ao fomentar uma dessas vertentes, demonstra sua ideologia. Ademais, quando a lei trata de forma igual iniciativas diametralmente opostas, como a organização latifundiária de cooperativas agro-exportadoras e cooperativas comprometidas com movimentos sociais, acaba por inviabilizar a expressão destas últimas, pois são submetidas à generalização das normas e regras especialmente elaboradas conforme o primeiro grupo.

Não obstante (e não por acaso), o artigo 4º da Lei 5.764/71, que conceitua cooperativa, em seu inciso IX³¹², define a neutralidade política como uma das características distintivas dessa organização.

Questiona-se esse pretenso caráter neutro das cooperativas por, pelo menos, dois *viés*, que, paradoxalmente, são opostos. Essa característica não tem lugar quer da análise hegemônica do cooperativismo, quer do ponto de vista renovador da proposta. Vejamos cada qual.

No primeiro aspecto, analisa-se a efetividade da neutralidade política no cooperativismo que foi originalmente implantado no Brasil e que é representado tanto na legislação específica da matéria, quanto pelo órgão que evoca pra si a representação do cooperativismo. Reforçando a explanação anterior, não se pode afastar o contexto em que uma determinada lei é formulada. De forma que, o momento pelo qual atravessa o país, na

³¹¹ RIOS, *op.cit.*, p. 10.

³¹² “Art. 4º. As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características: (...) IX - *neutralidade política* e indiscriminação religiosa, racial e social; (...)” (sem grifos no original)

década de 70, resultante do governo ditatorial então no poder, não pode ser ignorado. Assim, nesse contexto intervencionista, o termo *neutralidade* se torna vazio de sentido. Institui-se para poder controlar.

O autoritarismo centralizador daquele período, por certo, foi determinante na definição da política que regia (e ainda rege, mesmo após a *democratização* do país) o cooperativismo. Destarte, não apenas a expressão neutralidade é despida de significado, como em verdade, designa seu contrário. A mera utilização de termos, ainda que reiteradamente, não torna concreto seu conteúdo. Trata-se da distância que separa a formalidade da factibilidade.

De outro lado, temos o cooperativismo nascido da inconformidade social, em especial da classe trabalhadora, aos efeitos gerados pela modernidade, calcada no modo de produção capitalista e na individualidade liberal. Não se pode retirar-lhes o caráter político-contestatório. A ausência na percepção e compreensão do projeto político-social imanente ao cooperativismo acaba por enfraquecer o movimento e abre espaço para a cooptação da proposta pelos reformistas de plantão. A cooperativa não é neutra. “A neutralidade proposta na construção do sistema confronta-se integralmente, em sua literalidade, com a realidade dos nossos e de novos tempos. Não há posição social e econômica do mundo contemporâneo que seja, politicamente, neutra.”³¹³. Sua identificação como proposta contestatória é um passo importante e necessário à sua viabilidade. Especialmente àqueles que fazem parte do movimento cooperativista. É indispensável a estes que compreendam a lógica diferenciada da qual parte o cooperativismo, buscando afirmar o coletivo no lugar do individual; a ajuda mútua no lugar da competição pelo lucro; da cooperação no lugar da exploração do trabalho alheio.

A neutralidade política definitivamente não é característica da cooperativa, quer para aqueles que a vêem como força renovatória e a procuram para questionar o estado de coisas existentes no real-concreto, quer para aqueles que a utilizam de forma conservadora. Utilização esta que é evidente ao longo da história do cooperativismo no país: desde sua instituição, o projeto cooperativo foi apropriado e serviu de instrumento a uma elite agrária na persecução de seus interesses de classe.

O artigo 4º, em seu inciso IX, quando elege a neutralidade e não outra característica para as cooperativas, é repleto de significado. Ao definir a não vinculação política, está

³¹³ GEHLEN, Bianor. A neutralidade política partidária das cooperativas. *Apud* BORGES, Guilherme Roman. Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto. *In* GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 135.

determinando, ainda que implicitamente, uma opção política: a manutenção do específico *status quo*.

Desvelado o caráter político do cooperativismo, resta também evidenciado a não neutralidade da Lei 5.764/71 como um todo, pois sua racionalidade – fundada naquela estrutura jurídica liberal-individualista, notadamente voltada a economia capitalista³¹⁴ – fomenta uma proposta hegemônica de cooperativismo. Uma forma específica de cooperativas-empresas, adaptadas ao modo de produção capitalista, pouco comprometidas com a totalização da autogestão e desatadas de “uma atuação política no sentido de participação na transformação para uma sociedade atual melhor, mais justa e igualitária”³¹⁵. Essas são marcas indelévels de um verdadeiro cooperativismo. Entretanto, a citada Lei, como fruto e fundada no projeto da sociedade moderna, conflita com tal lógica diferenciada.

O genuíno cooperativismo, por vezes identificado como *popular*³¹⁶, repleto de tal racionalidade plural, comunitária, solidária, *cooperativa*, tem pedido (e exigido) reconhecimento na estrutura formal e legal do cooperativismo brasileiro.

Portanto, a Lei 5.764/71, ao se vincular com uma vertente específica do cooperativismo, legitima uma prática conservadora que tem por consequência o beneficiamento de uma elite política e econômica. É neste sentido que Gilvando Rios identifica que “No Brasil, o cooperativismo, como movimento de elites, conservador, vai se localizar sobretudo no meio rural.” Esse é o transplante que a legislação cooperativa brasileira opera no fenômeno genuinamente contestatório. Enquanto no cenário europeu o cooperativismo surge como uma reação às explorações sociais, no Brasil, sua forma foi utilizada para manutenção das abissais diferenças entre classes. Esta é a forma que ainda se propaga legalmente. Trata-se de um “cooperativismo ‘decalcado’, copiado do figurino formal europeu, não é exatamente sua cópia, como toda imitação, é uma caricatura.”³¹⁷

A Lei de Cooperativismo também expressa essa mutação ao privilegiar uma pequena parcela de cooperativas que são reguladas e fomentadas em detrimento das múltiplas facetas

³¹⁴ Referida ao longo da primeira parte deste trabalho (Capítulo I).

³¹⁵ RECH, *op. cit.*, p. 33.

³¹⁶ Diante da existência de *cooperativismos* no cenário brasileiro, cada qual com projetos próprios, tal substantivação é bastante comum. Mesmo diante da necessidade de marcar as bases sobre as quais se trabalha, acreditamos importante seguir afirmando ‘o’ cooperativismo como o movimento genuinamente contestatório. Neste momento, importante é o levantamento histórico, pois demonstra as fundações do edifício que hoje temos. *Cooperativismo* apenas pode se referir às propostas contestatórias como foram, em origem, as querelas associativistas, utópicas, owenistas. Ressaltar a base histórica do movimento é importante no sentido de combater o desvirtuamento da palavra ‘*cooperativismo*’.

³¹⁷ RIOS, *op. cit.*, p. 25; 47.

do cooperativismo³¹⁸. Quando procede a essa escolha, a Lei torna-se excludente, nega vigência a outras formas cooperativas³¹⁹. Ao ato de privilegiar legislativamente uma determinada posição, corresponde o afastamento das outras possibilidades. Não de uma simples consequência, mas sim de uma opção consciente, com fundo ideológico-político.

Em outra vertente existe uma considerável parcela do real-concreto³²⁰ que não se identifica com os empreendimentos hegemônico-empresariais que ostentam o privilégio legal e formal. A partir dessa realidade negada, deve-se questionar a lei do cooperativismo brasileiro.

A existência de conteúdos diversos daqueles plasmados legalmente demonstram a necessidade de abrir o horizonte cultural jurídico, permitindo a coexistência das diferentes manifestações cooperativas.

A concepção comum de cooperativismo precisa ser ampliada. O interesse por associações praticando outros métodos de ação coletiva (além dos que são utilizados comumente nas organizações legais cooperativas) se fundamenta na observação de certos casos. Trata-se de – rejeitando o colonialismo intelectual e a mania de imitar – não considerar o camponês e o assalariado latino-americanos como incapazes de criação de modelos próprios. O problema então é estar aberto para a experiência criadora dos grupos que estão comprometidos com as transformações estruturais.³²¹

³¹⁸ Exemplo diferente é o caso português, apresentado por Rui Namorado, no qual se constituiu um setor cooperativo que congrega uma variedade de regulamentos legais, respeitando as especificidades das experiências cooperativas. Além do Código Cooperativo, os portugueses dispõem de uma série de diplomas que constituem a legislação complementar especializada de acordo com cada ramo ou tipo cooperativo. (NAMORADO, *Introdução...*, p. 192.)

³¹⁹ “por conta das origens elitistas do cooperativismo latino-americano, a legislação nessas condições não apenas *legítima* um tipo conservador de cooperativismo, mas também, *automaticamente*, exclui experiências cooperativas contestatórias e por isso mesmo marginais.” (RIOS, *op. cit.*, p. 59-60 – grifos no original.)

³²⁰ Nem sempre traduzida quando se lê os números registrados seja por órgãos oficiais, como as juntas comerciais, ou mesmo pelos órgãos que se identificam como representantes do cooperativismo, OCB e OCEs. Entretanto, pode-se esboçar um horizonte representativo dessas experiências ao reunir as 103 organizações autogestionárias que congrega a Anteag (Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária), totalizando 25 mil trabalhadores envolvidos com a autogestão e “com o objetivo de buscar elementos (...) para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática”, como forma de reagir aos processos de exclusão engendrados pelo desenvolvimento da atual sociedade. (NAKANO, Marilena. Anteag: autogestão como marca. In SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção economia). p. 65-66.) Outra imagem representativa desse universo ‘alternativo’ são as onze cooperativas industriais da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (Unisol), com seiscentos trabalhadores que vivenciam a experiência de gerir a empresa em que trabalham. Ainda, muito representativas são as experiências vindas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na formação de 86 cooperativas, entre cooperativas de produção, de crédito e de prestação de serviços, congregadas nacionalmente na Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab). Estes são exemplos notórios da expansão de experiências que em muito destoam daqueles empreendimentos legalmente instituídos, ou favorecidos. Porém existe mais uma enorme gama de iniciativas, nem sempre formalizadas, que buscam novas formas de produzir e se relacionar. Com um último exemplo ilustrativo, destaca-se a entidade Cáritas, no apoio a projetos comunitários, envolvida em mais de 750 projetos com 17 mil pessoas. (SOUZA, *op. cit.*, p. 07-10; MANCE, Euclides André (Org.). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A; FASE; IFIL, 2003. p. 09-10.)

³²¹ RIOS, *op. cit.*, p. 60-61.

O cooperativismo permite uma heterogeneidade de formas, que, por sua vez, demandam uma multiplicidade de respostas legislativas, “potenciadas pela própria diversidade dos poderes políticos de onde emanam”³²². Valorizando o conteúdo específico existente em cada experiência cooperativa – que dificulta uma caracterização jurídica única, como pretende a Lei do Cooperativismo – pode-se buscar uma legislação mais aberta, uma normatividade plural, como é cada possibilidade cooperativa: múltipla e plural.

Deve-se romper com a crença de que o direito pode conceber idealmente todas as formas de organização. É impossível esgotar tecnicamente todas as emanações da realidade social pulsante.³²³ Resguardada a impossibilidade de uma pretensão exaustiva, mister se faz encontrar meios que valorizem e fomentem práticas coletivas, enaltecendo o exercício da autogestão e da solidariedade, que se produz para a vida e não para o capital.

Quanto ao modelo organizativo mais adequado, seria estulto propor esquemas rígidos, pelo que a idéia é a de estimular uma imaginação organizacional que valorize hipóteses flexíveis e diversificadas. Só assim se pode corresponder à diversidade dos ramos à multiplicidade dos tipos de actividades, à diferença de localização das cooperativas, à variedade das características culturais dos cooperados. Enfim, de nada serviria um modelo rígido que violentasse a realidade.³²⁴

Uma grande pormenorização regulamentadora, que Rui Namorado identifica como “uma malha normativa apertada”, pode bloquear a liberdade dos movimentos. “O risco [desse] tipo de sistema legal é o de coarctar a espontaneidade da cooperação.”³²⁵

Ainda assim, o excessivo detalhamento legislativo – que por vezes enseja uma extensa e fatal burocratização – é justificado por alguns autores como conveniente para evitar a formação de falsas cooperativas³²⁶. Entretanto, ainda com todo esse regramento não se conseguiu deter a criação de cooperativas-fraudes³²⁷. Portanto, não é o rótulo jurídico que irá determinar o que realmente é cooperativa. Essa diferenciação pode ser feita através das legítimas características dessa organização. Não se está a evocar aqueles princípios cooperativos, transmutados de seus contextos e alterados em seu sentido. O caminho talvez

³²² NAMORADO, *Introdução...*, p. 28.

³²³ WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 169-170.

³²⁴ NAMORADO, *Horizonte...*, p. 118.

³²⁵ NAMORADO, *Introdução...*, p. 29.

³²⁶ Vergílio Perius, referindo-se ao tema (e também à relativização do número mínimo de cooperados), considera “uma ‘avenida aberta’ para a criação de falsas cooperativas” (PERIUS, Vergílio F. *As sociedades cooperativas face o Novo Código Civil*. In: BECHO, Renato Lopes. *Problemas atuais do direito cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002. p. 292.)

³²⁷ Empreendimentos que se valem da designação de cooperativa para obter vantagens, porém não se revestem das características próprias de cooperativas.

passa pela discussão e defesa do reconhecimento de uma autêntica lógica diferenciada e força renovatória genuinamente cooperativa.

Na busca por essas pistas que contribuam para evidenciar e fortalecer as autênticas experiências cooperativas, Rios alerta:

deve-se antes de mais nada distinguir a ação político-econômica cooperativa do enquadramento legal cooperativo. Isto é, não se deve confundir o continente com o conteúdo. Não se deve considerar como ‘cooperativa’ uma instituição, apenas pelo simples fato da mesma estar enquadrada nos requisitos definidos em lei. A ‘casca’ jurídica pode esconder uma ilusão sob as aparências dos registros burocráticos. (...) A prática efetiva e não a mera etiqueta jurídica é o critério identificador da associação cooperativa, a qual pressupõe as seguintes características: propriedade, gestão e repartição cooperativas. Essas características, e não o registro junto aos ‘órgãos competentes’, são os reais indicadores de uma prática cooperativista.”³²⁸

Portanto, o autor ressalta que não apenas as cooperativas-fraudes devem ser combatidas, como também aquelas que, ainda sob a aparência jurídico-formal, reproduzem uma lógica conservadora, adaptadas ao modo de produção capitalista, complacentes com elementos da heterogestão individualista, no lugar de primarem pela autogestão total, em fim, incompatível com caráter contestatório cooperativismo.

As fraudes, em uma noção ampla, são possibilitadas também pela falta de definição e de clareza com relação ao projeto *político* cooperativista, no sentido de se construir relações e práticas alternativas, que busquem incluir, que procurem enxergar o que aos olhos formais é invisível, experiências baseadas na solidariedade e no coletivo.

Não se pretende deduzir que a cooperativa seja avessa às determinações legais ou a um enquadramento administrativo. Porém, em muitos aspectos, há um conflito e até uma inadequação com o modelo que atualmente no Brasil se dispõem. Isto se deve, em grande medida, à estrutura política, social, histórica que informam as bases legais modernas.

A questão do marco legal das cooperativas é relevante não apenas por um aspecto dogmático, mas porque acaba se mostrando num vetor das próprias práticas. “O cotidiano de cada cooperativa, tal como a evolução do conjunto do sector, são profundamente influenciados pela produção legislativa”³²⁹.

Portanto, não se deve abrir mão desse instrumento que pode se tornar um propulsor de práticas emancipatórias, mas, para tanto, requer uma pluralidade de bases informadoras, uma nova racionalidade que reconheça e respeite a realidade social.

³²⁸ RIOS, *op. cit.*, p. 60.

³²⁹ NAMORADO, Introdução..., p. 33.

A idéia de buscar por esse *NOVO* é o tema do próximo capítulo. A partir da identificação da racionalidade na qual estamos inseridos, que forma o modelo jurídico que nos cerca e a partir do qual se realiza a regulação da sociedade. O próximo item pretende verificar de que forma essa regulação compreende a sociedade (se a compreende). Questionar a pretensa completude do modelo de racionalidade subsumida por diversas áreas do conhecimento. Diante da possibilidade de algumas propostas realizarem-se e outras restarem sem amparo, pode-se identificar uma crise, a partir da qual alguns autores pensam possibilidades que se abrem no horizonte.

CAPÍTULO III - Horizontes cooperativos: perspectivas para além do modelo jurídico vigente

A partir dos elementos reunidos pelo estudo realizado no capítulo anterior, ou seja, da análise do cooperativismo como um fenômeno social, visto em seu contexto originário e no cenário atual brasileiro, bem como baseado no cooperativismo conforme lhe enxerga a específica legislação cooperativa pátria, faz-se necessário questionar o Direito com um passo a mais de distanciamento, ou melhor, verifica-lo como um sistema mais amplo, que contém a regulação do cooperativismo. Como uma ordenação complexa, o Direito acaba influenciar as regulações específicas, de forma que a análise procedida a partir da Lei de Cooperativas, pode traduzir-se em uma síntese das características de um sistema mais amplo.

Essa é busca que se ocupa na primeira parte do presente capítulo (item 3.1), verificar a racionalidade incipiente do Direito como um sistema ordenado que interfere na produção legislativa decorrente. Retomando as lições trabalhadas inicialmente (Capítulo I), buscaremos elucidar as características do atual direito marcado por aquele específico momento histórico de formação do pensamento moderno. Em que medida a compreensão daquele contexto pode desvelar a racionalidade imanente na forma que contemporaneamente procede a regulação jurídica.

Com a compreensão dos elementos muitas vezes implícitos na técnica jurídica contemporânea, voltaremos o olhar ao real concreto. Objetiva-se, neste segundo momento (item 3.2), questionar a correspondência entre a perspectiva ainda reinante, de base moderna – identificada, por exemplo, no âmbito jurídico – e a dinâmica social.

Posteriormente, (item 3.3) pretende-se articular determinados aportes teóricos que apontam para a necessidade da busca por uma outra racionalidade que reinterprete os campos do conhecimento. Com o olhar voltado ao horizonte que se abre a novas percepções, retornamos ao tema do cooperativismo. Ao retomar a lógica diferenciada e específica da cooperação no interior das experiências cooperativas, pretende-se analisar as possibilidades do diálogo comunitário na formação de sujeitos conscientizados e comprometidos na transformação do mundo que percebem estarem inseridos.

Neste caminhar para questionar sobre as possibilidades do novo e suas ferramentas, o presente capítulo apóia-se nas lições de Boaventura de Souza Santos³³⁰, outras formulações trazidas pela leitura de Enrique Dussel e também as contribuições de Paulo Freire.

Na articulação das formulações destes autores (entre outros não mencionados neste momento), que possuem diferenças em suas formulações, porém coincidem, ao menos, na inquietude diante do ‘real-concreto’, pretende-se contribuir para o pleno questionar dos caminhos, aqueles trilhados e aqueles negligenciados por determinadas eleições.

3.1. O individualismo jurídico e o Direito Cooperativo: uma síntese da crise

Ao longo dos capítulos precedentes e, especialmente, no item 2.3, foram descortinadas as incongruências atinentes à lei do cooperativismo e o cooperativismo como fenômeno latente na sociedade. Neste momento, é oportuno verificar a estrutura que formulou aquela lei específica, cujos traços têm raízes na lógica sistemática do direito.

O direito cooperativo, inserido em um ‘sistema de direito’³³¹ como um todo, reflete a racionalidade imanente a este último. E demonstra tal formação quando privilegia algumas formas de cooperativas, voltadas a interesses de uma elite político-econômica, e, por conseqüência, nega vigência a experiências que podem ser genuinamente cooperativas, (no sentido de congregar a *cooperação*, traduzida pelo ideal de autogestão nos âmbitos de produção, gestão e repartição da cooperativa, conforme visto anteriormente – capítulo II). A eleição em disciplinar determinados tipos de cooperativas é resultado das circunstâncias e influências ativas no momento de cristalização da Lei Cooperativa. Pode-se identificar como substrato da lei a perspectiva neoliberal, organizada a partir do modo de produção capitalista, da mesma forma que anteriormente se verificara na formação do direito moderno os traços do incipiente modo de produção (capítulo I).

O sistema de direito é representativo de cada momento histórico. Reflete as condições materiais de organização econômica, social e política de uma dada sociedade. São estas as bases que informam e formam o que Mialle chama de *instância jurídica*, que se caracteriza

³³⁰ Notadamente a partir da análise das obras, respectivamente: *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. V.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência; *Pedagogia do Oprimido*; e *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*.

³³¹ “Um sistema de direito é uma disposição ordenada, coerente, dotada de uma lógica própria de regras chamadas normas. Esta ordenação jurídica distingue-se por uma característica fundamental: dizer o que se deve fazer, o que se deve ser e não constatar o que é.” (MIAILLE, *op. cit.*, p. 87.)

como uma parcela do direito, este entendido em sentido geral e amplo³³². Aquela contempla o sistema de regras localizado na história, contempla as ideologias e demais instâncias da vida social. Nesta diferenciação o autor pretende “abandonar radicalmente a imagem de um ‘fenômeno jurídico’ que atravessaria as épocas e as sociedades, sempre igual a si próprio.”³³³ Para nosso estudo, a *parcela* do direito que interessa, ou seja, a instância jurídica que está como pano de fundo da regulação do cooperativismo, é o Direito Moderno, marcado pelo individualismo-capitalista-razional.

A partir das enunciações da primeira parte desta pesquisa, neste momento, trabalharemos com o direito resultante daquela cultura política iluminista e, principalmente, liberal. Com tais premissas, é possível que se identifique o direito em si, na esteira de Hespanha, como um sistema de legitimação: “Na verdade, o direito faz parte de um vasto leque de mecanismos voltados a construir o consenso acerca da disciplina social.”³³⁴ Porém essa face do direito é velada e, para isso, em muito contribui o arcabouço construído na era moderna, no sentido de mascarar a natureza política inerente ao universo jurídico. “Ora, uma forma de ‘despolitizar’ (...) a intervenção dos juristas é apresentar o veredicto jurídico como uma opção puramente técnica ou científica, distanciada dos conflitos sociais subjacentes.”³³⁵ A construção moderna no sentido de *purificar* a ciência jurídica teve um efeito de legitimação desse direito, em uma época especialmente marcada por conflitos político-ideológicos³³⁶. Com a consciência desse fenômeno, deve-se olhar para o direito no sentido encontrar suas características veladas. Deve-se buscar “os encobrimentos produzidos pelo positivismo jurídico que *ao reivindicar o império das normas jurídicas como expressão abreviada da razão, aparece como mediação tranquilizadora do programa político do Estado.* (...) apontar para as dimensões políticas dissimuladas as relações sociais, da quais o Direito faz parte.”³³⁷ No lugar de encontrar no direito o prenúncio das certezas (que na verdade são criadas por ele), deve-se elucidar seus pressupostos implícitos, como é o exemplo do caráter racional, individual e neutro, alguns dos atributos do direito moderno.

Para compreender o direito é necessário identificá-lo além o direito oficial, expresso por normas, códigos e regulamentos. É preciso entendê-lo na inter-relação com as

³³² MIAILLE, *op. cit.*, p. 84.

³³³ *Id.*

³³⁴ HESPANHA, *op. cit.*, p. 23.

³³⁵ *Ibid.*, p. 33.

³³⁶ *Id.*

³³⁷ MORAES, José Luiz Bolzan de. Prefácio. In WARAT, Luis Alberto. *Introdução geral ao direito*. Vol. II: A Epistemologia Jurídica da Modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995, reimpressão, 2002. p. 11. (grifos no original)

características intrínsecas dos fenômenos sociais que o cercam. Neste sentido o direito se revela social e relacional³³⁸ e, por isso, o contexto no qual o direito se forma pode explicá-lo.

Cada instância jurídica não permite sua compreensão de forma isolada, sob pena de perder seu cabimento. O direito é parte de uma formação social e reflete as circunstâncias que o cercam, ao mesmo tempo em que produz interferências na realidade concreta da vida econômica, social e política de um corpo social. Portanto, ao mesmo tempo em que o direito – como uma parte localizada historicamente – deveria ser formado pela multiplicidade dos fenômenos sociais, este sistema acaba por influenciar diretamente a organização e as relações travadas nessa mesma sociedade. Essa dupla característica do jurídico, por vezes, se desequilibra, tornando-se a expressão ‘criadora de realidades’ sobreposta à carga formativa advinda do social que deveria formar o direito. Por consequência, deve-se olhar o sistema jurídico com muita cautela, e assim anuncia Hespánha:

“Uma concepção ingênua do direito tende a vê-lo apenas como um sistema de normas destinadas a regular as relações sociais, assegurando aqueles padrões mínimos de comportamento para que a convivência social seja possível. Neste sentido, o direito limitar-se-ia a receber valores sociais, criados por outras esferas da actividade cultural e a conferir-lhes uma força vinculativa garantida pela coerção. (...) Na verdade, a eficácia criadora (*poiética*) do direito é muito maior.”³³⁹

O sistema jurídico não se limita a ser informado pela realidade social, acaba por criar valores e desta forma interfere diretamente na formação da sociedade. Nessa atividade criativa, o direito se reveste de uma atividade social e culturalmente tão criativa como a arte, a ideologia ou a organização da produção econômica³⁴⁰. Levado a efeito, esse caráter poiético faz com que “o direito crie a própria realidade com que opera.” Chegando-se ao resultado de que “os ‘casos jurídicos’ têm realmente muito pouco a ver com os ‘casos da vida’.”³⁴¹

É o que comumente se verifica no sistema de direito: o ultrapassar da realidade social, deixando de constatar o que a compõe, para se situar na ordem do *dever-ser*, com caráter ideológico. “Assim se encontra a norma jurídica inteiramente num domínio que escapa à ordem do ser para se situar na ordem do dever-ser de acordo com uma classificação célebre [devida esta a Hans Kelsen]”³⁴². Deixando de explicar a realidade social, este sistema de

³³⁸ HESPANHA, *op. cit.*, p. 35-37.

³³⁹ *Idid.*, p. 99.

³⁴⁰ *Id.*

³⁴¹ *Id.*

³⁴² MIAILLE, *op. cit.*, p. 87.

direito têm seu fundamento na manutenção e reprodução das estruturas já existentes. De tal forma, o direito torna-se determinante nas estruturas que constroem a realidade social³⁴³.

Por essa responsabilidade *poiética*, deve-se voltar um cuidadoso olhar para o sistema jurídico, buscando identificar sua ideologia e seus contornos. Encontrar na letra da lei onde estão incorporados os diferentes discursos cujos sentidos devem ser descobertos. É a busca pelo desvelamento da *ideologia jurídica*.

Para o árduo trabalho de revelar o sentido ideológico imanente no direito e no seu discurso, tem lugar a teoria crítica do direito. Para essa teoria, o sentido da crítica refere-se à busca pela consciência sobre o conteúdo do direito, suas incoerências e seus significados.

O pensamento crítico, que ‘compreende’ a existência social complexa, é oposto ao pensamento designado ‘positivista’. Este se limita “a descrever o que é visível, a mostrar que uma dada coisa que existe se apresenta desta ou daquela maneira, com estas ou aquelas características. (...) Completamente diferente é, face ao mesmo objecto, o pensamento crítico: este encara-o não só no seu estado actual, mas na totalidade de sua existência, quer dizer, tanto naquilo que o produziu como no seu futuro.”³⁴⁴

A ‘crítica’, enquanto processo histórico identificado ao utópico, ao radical e ao desmitificador, assume a função de abrir alternativas de ação e margem de possibilidades que se projetam sobre as continuidades históricas. Uma posição ‘crítica’ há que ser vista, portanto, não só como uma avaliação crítica de nossa condição presente, mas crítica em trabalhar na direção a uma nova existência. Desse modo, pode-se *conceituar* teoria crítica como instrumental pedagógico operante (teórico-prático) que permite a sujeitos inertes e mitificados uma tomada histórica de consciência³⁴⁵

O direito, segundo Hespanha, é produzido a partir de um processo social, de maneira que deve ser considerado na “inter-relação com seu próprio contexto.”³⁴⁶ Ainda assim, o direito possui um papel no seio de processos sociais e dele decorre uma certa autonomia em relação aos demais momentos não jurídicos das relações sociais. Nas palavras do autor: “para realçar o aspecto conformador que o discurso jurídico tem sobre outros discursos (mais numas épocas do que noutras) [acrescentaríamos] a ideia ainda mais forte de que o imaginário jurídico – produzido pelas condições específicas dos discursos e rituais do direito – pode mesmo modelar imaginários sociais mais abrangentes, bem como as práticas sociais que deles

³⁴³ No caso do cooperativismo, por não reconhecer possibilidades diferenciadas de experiências cooperativas (baseadas na autogestão e na promoção do coletivo), nega-lhes a existência.

³⁴⁴ MIAILLE, *op. cit.*, p. 22.

³⁴⁵ WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. p. 04-05.

³⁴⁶ *Id.*

decorram.” E o autor prossegue: “Esta última ideia é ainda mais decisiva se considerarmos que os valores jurídicos perduram no tempo. São produzidos uma vez, mas são continuamente (re)lidos (ou recebidos).”³⁴⁷

E neste sentido, identificando a incisiva interferência e influência resultante do universo jurídico nas práticas sociais cotidianas, pode-se destacar do direito a intenção única de conservar as estruturas existentes na sociedade, adaptando as próprias regras àquelas de natureza social preexistentes. Este foi o sentido impresso na Lei de Cooperativismo, deixando de se prestar a construir uma nova realidade. Isto porque, como visto e segundo Pietro Perlingieri, o Direito “pode exercer historicamente uma função de conservação das funções de fato ou, sob o impulso de interesses contrastantes e alternativos, de transformação das estruturas preestabelecidas. (...) O Direito, de tal modo, torna possível, com os seus instrumentos, a transformação social”³⁴⁸.

Entretanto, para que seja ferramenta de transformação social, é necessário rever as bases que fundamentam o direito. Seus pressupostos – especialmente o individualismo fomentado pela ideologia neoliberal – não fornecem as bases para o cooperativismo que segue pelo plural, coletivo.

(...) antes de acentuar o delineamento jurídico, torna-se necessário visualizar estes fatores ideológicos, sociológicos, pois isto rompe com uma discursividade jurídica, que supõe a neutralidade apregoada pelo positivismo redutor do fenômeno jurídico à sua normatividade, à letra fria da lei interpretada exegeticamente, renunciando às técnicas hermenêuticas de recontextualização social do fenômeno jurídico. Isto se constitui na cegueira, e não na certeza jurídica, que pode inclusive conduzir ao coroamento de injustiças sociais efetuadas pelo Judiciário sob o manto do formalismo.³⁴⁹

Definindo a juridicidade como um processo histórico, e por isso comprometida com a realidade em que é constituída, impõem-se uma visão crítica, no sentido de desconstruir a jurídica moderna. O direito moderno (burguês) procurou tanto desqualificar a ordem social e jurídica anterior³⁵⁰, quanto mitificar a ordem capitalista. Neste intuito, a burguesia mutilou a ordem jurídica, separando-a do fluxo da sociedade, gerando um direito como expressão da vontade geral que esconde o formalismo do ‘absolutismo jurídico’³⁵¹.

³⁴⁷ HESPANHA, *op. cit.*, p. 38-40.

³⁴⁸ PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional*. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 2-3.

³⁴⁹ VÉRAS NETO, *op. cit.*, p. 29.

³⁵⁰ Imputando a juridicidade medieval como irracional e injusta. (PEREIRA, Luís Fernando Lopes. Discurso histórico e direito. In FONSENCA, Ricardo Marcelo. *Direito e discurso*. Discurso do Direito. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. p. 134.)

³⁵¹ *Id.*

O Direito, por ser elaborado sobre a base de postulados que correspondem a uma etapa histórica específica, que tem se mostrado insuficiente por sua fundamentação no individualismo e o patrimonialismo burgueses, mostra-se inteiramente incapaz de captar a essência social, prestando-se a objetivos alheios, escoltados na ‘vontade geral’³⁵². Sobre essas bases, o Direito atualmente existente é, em grande medida, incapaz de ultrapassar a tarefa de manter intactas as estruturas sociais.

Cabe, portanto, na lição de Wolkmer, voltar um olhar crítico ao direito, notadamente pelo “modelo de cientificidade que sustenta o discurso jurídico liberal-individualista e a cultura normativista tecno-formal que está em processo de profundo esgotamento”. É preciso rediscutir, “repensar, dessacralizar e romper com essa dogmática lógico-formal”, resultado de um processo histórico-político específico e localizado³⁵³.

Com este olhar voltado especificamente ao direito cooperativo e a partir do recorte efetuado, pode-se perceber uma ruptura entre realidade e forma. A partir da análise de alguns pontos sintomáticos da Lei 5.764/71³⁵⁴, pode-se encontrar uma falta de identidade entre estas formulações e as experiências que compõem o cooperativismo, por muitos designado *popular*.

Existem organizações comunitárias que não são reconhecidas dentro dos limites legais, por não encontrarem adequação formal, mas, todavia, atuam no real concreto e apresentam um verdadeiro exercício do interesse coletivo. Ao legislador caberia reconhecer esse complexo fático e axiológico, a fim de lhe dar sustentação formal³⁵⁵. “Para que a lei reconheça, é preciso que reconheça algo que, anteriormente ao reconhecimento, já possua características ontológicas necessárias...”³⁵⁶. Portanto, buscar novos pressupostos informadores da atual instância jurídica é salutar.

A totalidade dos processos inconsciente, subjetivo e de relações sociais é que formam a consciência dos seres e essa totalidade deveria formar também o conjunto de normas que

³⁵² MIALLE, *op. cit.*, p. 55-56.

³⁵³ WOLKMER, *Introdução...*, p. XV.

³⁵⁴ Retomando-se as observações já expostas (itens 2.1 e 2.2), quanto à eleição de determinadas formas de cooperativas, cujas regras particulares são impostas à totalidade do cooperativismo. Eleição esta que não é casuística, como se buscou desvelar pelo caráter histórico-político no cenário do cooperativismo nacional e internacional.

³⁵⁵ CRUZ, André Viana. *Uma análise pluralista do cooperativismo como proposta de proteção aos bens culturais*. Novas perspectivas para os acervos arqueológicos com identidade indígena. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2006. p. 70.

³⁵⁶ OLIVEIRA, José Lamartine Correa de. *Conceito da Pessoa Jurídica*. Tese (livre docência em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade do Paraná. Curitiba, 1969, f.168.

regem o social³⁵⁷. Entretanto, nem sempre o direito consegue abarcar por inteiro as relações que regula. Nas palavras do Professor Lamartine: “Os sistemas de Direito Positivo são tentativas mais ou menos bem sucedidas de enquadramento em categorias normativas de realidades pré-normativas. (...) Por maior que seja – e mais bem sucedido – o esforço do legislador em bem apreender a realidade, sempre existe margem para equívocos, ou, ao longo do tempo, para alterações da realidade social que façam tornar-se superada a descrição normativa adequada. Quando a *norma* não mais qualifica adequadamente o *ser* que regula, o *sistema* entra em crise”³⁵⁸. Esta é a advertência de Lamartine à inadequação do formalismo legal diante da dinâmica social: a ocorrência de crise no sistema de direito.

No olhar específico deste trabalho, relacionando-se as duas primeiras partes expostas, essa crise resultaria da impossibilidade jurídica de identificar, regular ou fomentar as determinadas experiências cooperativas, especificamente aquelas organizadas sobre as bases da autogestão, cooperação e solidariedade entre os membros, que promovem o desenvolvimento sustentável, a valorização do trabalho e das pessoas em comunidade³⁵⁹.

Pode-se questionar sobre uma crise do atual ‘sistema de direito’ que, voltado ao ente *cooperativismo*, não o qualifica adequadamente. Na regulação do cooperativismo pelo direito brasileiro, a partir de suas bases modernas, pode-se até indicar uma inadequação da locução ‘Direito Cooperativo’, por ter cada termo uma racionalidade própria que é diametralmente oposta à outra. Como se pretendeu mostrar ao longo da primeira parte deste trabalho, o *Direito* é moldado pelo paradigma do individualismo liberal, da competição capitalista, do centralismo estatal na função de *dizer* o direito e na sua produção a partir de uma classe específica e para ela voltada. No segundo capítulo, buscou-se demonstrar a contradição com relação ao *Cooperativismo*, visto por sua autêntica vertente que contesta todo esse estado de coisas, partindo de outra classe social, não privilegiada por qualquer dos aparelhos sociais hegemônicos.

Notadamente a Lei, como expressão da sua racionalidade individualista, torna uma pluralidade de pessoas em um único ente: *uma* ‘pessoa jurídica’.

Quanto a essa figura, recorreremos às lições do Professor Lamartine:

Os sistemas de Direito Positivo são tentativas mais ou menos bem sucedidas de enquadramento em categorias normativas de realidades pré-normativas. Certas realidades da

³⁵⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 87-88.

³⁵⁸ OLIVEIRA, José Eduardo Lamartine de Correia de. *A dupla crise da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1979. p. 606-607.

³⁵⁹ SINGER, *Introdução...*, p. 25.

vida humana em sociedade – como os agrupamentos de finalidades lucrativas ou ideais e as instituições dotadas de patrimônio vinculado a uma finalidade – são denominadas pessoas jurídicas por oposição e ao mesmo tempo por analogia ao ser humano (...) Não são, porém, pessoas, de modo idêntico ao modo pelo qual são pessoas os seres humanos. (...) São instrumentos de realização da pessoa humana e têm por finalidade servir ao homem e à sua vida em sociedade.³⁶⁰

Portanto, trata-se a ‘pessoa jurídica’ de uma criação do sistema jurídico, ou seja, não consiste em uma realidade pré-existente ao direito. Neste sentido, não sem um toque de ironia, Mialle identifica que “A ciência jurídica oficial assemelha-se, muitas vezes, a um credo salpicado de mistérios. A pessoa jurídica, o Estado, a norma de direito e tantos outros, outros tantos objectos de fé, postos em toda a sua majestade pela autoridade dos que deles falam.”³⁶¹

Como criação jurídica, é na lei que se encontram os elementos identificadores que definem uma determinada ocorrência fática com personalidade jurídica, bem como suas atribuições decorrem do sistema normativo.

Identificando algumas das formações sociais passíveis de obter personalidade jurídica, o Código Civil, em seu artigo 44³⁶², prevê os seguintes tipos ou gêneros de entes de direito privado: as associações, que se traduzem na união de pessoas com esforços coincidentes para a realização de fins não-econômicos; as fundações constituídas por um acervo de bens, que recebe personalidade jurídica para a realização de fins determinados, de interesse público ou social, de modo permanente e estável; e as sociedades que consistem em um grupo de pessoas que se obrigam, mutuamente, a contribuir com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Nestas últimas são inseridas as cooperativas. O rol elencado pelo sistema jurídico é taxativo, não permitindo inovações ainda que se opere um descompasso na subsunção do fato real à regra jurídica.

Esse rol fechado é resultante do modelo monista formal de nosso ordenamento jurídico que acolhe algumas das organizações existentes na sociedade, portanto pode se tornar insuficiente, pois entre a unidade das pessoas singulares e os entes coletivos existem comunhões de interesse que não recebem personificação³⁶³, isto é, não são reconhecidas como ‘pessoas jurídicas’ pelo direito vigente em nosso país.

³⁶⁰ OLIVEIRA, *A dupla crise...*, p. 607.

³⁶¹ MIALLE, *op. cit.*, p. 326.

³⁶² “Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado: I - as associações; II- as sociedades; III - as fundações”. Em dezembro de 2003, a Lei 10.825 acrescentou os incisos IV e V, incluindo organizações religiosas e partidos políticos, que bem poderiam ser enquadrados como associações, porém, deixaremos a questão para um estudo aprofundado.

³⁶³ Na concepção jurídico-formal, conquanto não se atribua personalidade às comunhões de interesses, chamados grupos despersonalizados, possuem representação processual por consistirem em universalidade de direitos ou massas de bens identificáveis como unidade. Nessa categoria se encontram a família, a massa falida, a herança, o

A prática cooperativa necessita de um projeto específico que a potencie e agregue. Rui Namorado enumera os seguintes alicerces desse projeto: identificação da realidade cooperativa com um todo em movimento, com valorização dos elementos comuns às experiências; assumir a perenidade da prática cooperativa; conceber um espaço cooperativo aberto que abranja a realidade cooperativa atual e as práticas afins, evoluindo em sentido convergente com ela; recordar que o pensamento cooperativo não renunciou às ambições globais, ao objetivo de envolver toda uma sociedade³⁶⁴.

Portanto, se pudermos dizer, com Rui Namorado, que é tempo de “reavaliar o Direito Cooperativo positivamente”³⁶⁵, também poderíamos ir além e questionar, na esteira de Wolkmer³⁶⁶, se não seria tempo de reavaliar o monismo jurídico enquanto única possibilidade de compreensão da juridicidade existente num mundo plural.

A cooperação se manifesta em micro-espacos, cabendo a lei recepcionar as experiências. Porém, sendo a lei uma técnica, voltada para um específico modo de viver que é determinado por uma parcela da sociedade, muitas vezes deixa de retratar o real-concreto. Uma perspectiva pluralista permite reconhecer outros sistemas existentes na valoração e adequação dessa realidade. O cooperativismo, construído a partir da diversidade de suas formas, pode contribuir para ampliar a concepção positivista. Para Rui Namorado, “a juridicidade emerge das diversas formas do agir comunitário, mediante processos sociais auto-reguláveis advindos de grupos voluntários, comunidades locais, associações profissionais, corpos intermediários, organizações sociais etc”³⁶⁷, também nesses grupos, pode-se imaginar as cooperativas como integrantes, no sentido de formar outros arranjos organizacionais, com uma nova matriz democrática, na qual a o coletivo não seja, apenas, uma soma de indivíduos.

Nessa perspectiva, no que se refere à questão das pessoas jurídicas, adotando uma posição não monista, seria possível considerar o real concreto muito mais amplo e constituinte do Direito, abrindo possibilidades futuras de uma vida coletivamente melhor e menos ameaçada. “Homologar, aprovar, controlar atos e atividades de uma formação social, significa

espólio, o condomínio e as sociedades sem personalidade jurídica (de fato ou irregulares), mas ainda restam limitados o rol de *entes* reconhecidos no direito e, desta forma, restam também limitadas as atuações dos grupos despersonalizados.

³⁶⁴ NAMORADO, *Horizonte Cooperativo...*, p. 17.

³⁶⁵ *Ibid.*, p. 132.

³⁶⁶ Cf. WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3 ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001.

³⁶⁷ “Os corpos intermediários devem ser entendidos como grupos sociais ou voluntários com interesses comuns, localizados entre o Estado e o indivíduo, com atribuições para representar diferentes setores da comunidade e atuar num espaço democrático, caracterizado pela descentralização e participação popular”. (WOLKMER, *Pluralismo Jurídico...*, p. 119)

garantir, no seio da comunidade o respeito à dignidade das pessoas que dela fazem parte, de maneira que se possa consentir a efetiva participação às suas vicissitudes”³⁶⁸. Esta, contudo, não é a posição adotada pelo direito estatal-individualista e pelas concepções teóricas vigentes, que submetem os grupamentos coletivos a pressupostos formais, para reconhecer-lhes a personalidade e, portanto, existência jurídica.

A partir das questões trabalhadas no primeiro capítulo, o presente estudo toma o direito em seu projeto ainda dominante, o moderno, por sua característica individualista. Essa racionalidade é responsável por apreender e regular o fenômeno cooperativista. Este, por sua vez – como se pretendeu analisar no capítulo anterior – é formado por um caráter coletivo, manifestado na cooperação autogestionária, que atravessa a organização por completo. De tal forma, temos um quadro que demonstra um choque de racionalidades: de um lado o modelo jurídico moderno, com sua característica individualista, e de outro o fenômeno do cooperativismo e seu ideário não atomizado, plural.

Como resultante desse embate, podemos extrair elementos que demonstram o fator de regulação social determinando o social, quando por este deveria ser formado. Isto porque a principal lei que trata do cooperativismo brasileiro (Lei Federal 5.764/71), fruto da racionalidade moderna, não consegue (ou não quer) identificar o cooperativismo por sua essencialidade, oposta àquela da Lei. Isto se verifica quer no momento em que são privilegiados legalmente alguns tipos de cooperativas, que não traduzem a totalidade do fenômeno, quer quando encontramos na lei extratos que sugerem a descaracterização de elementos identificadores do cooperativismo, notadamente a idéia de cooperação autogestionária.

Portanto, poderíamos aduzir que a presente instância jurídica, por não qualificar adequadamente o ser que regula, está em crise. E esta é a síntese de uma crise que, para alguns autores, transpassa o cooperativismo e também o direito, radicalizando-se por todas as áreas do conhecimento.

Tal crise, que pode ser afirmada para além do sistema jurídico, constitui-se como crise do modelo moderno diante de uma sociedade com outras bases. Essa é a análise que se pretende para o próximo tópico do trabalho.

³⁶⁸ PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional*. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. p. 40

3.2. Entre a regulação e a emancipação: a crítica a partir da vida concreta

O projeto da modernidade está em crise. Esta é uma afirmação que, segundo Rouanet, tornou-se lugar-comum³⁶⁹. Ainda assim, é necessário verificar o conteúdo de verdade dessa afirmação. Para tanto, este momento do trabalho seguirá as trilhas de Boaventura de Sousa Santos, que identifica a modernidade como devedora diante das promessas que formulara, e Enrique Dussel, que apresenta sua crítica constatando as negações que o atual sistema produz na realidade concreta social.

Dado o caráter contraditório da modernidade, ela se abre às mais diversas críticas e permite a identificação de crise em diversos âmbitos de análise. Muitos são os autores apontam para o esgotamento do projeto da modernidade. Segundo Alain Touraine, a força da modernidade européia foi se perdendo na mesma medida em esta racionalidade trilhava seu triunfo. Para o autor, a idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, traduz a correspondência de que o homem é aquilo que faz³⁷⁰. Essa ligação necessariamente apresenta a crença moderna na razão. Razão esta construída fundamentalmente sob o conjunto de princípios histórico-culturais correspondentes a uma Lei da Natureza, posteriormente formulada sob a formulação de *direito natural*³⁷¹, conferindo primazia ao homem, guiado pelo *lógos* trazido em si e manifestado racionalmente. Como resultado dessa construção, o sistema acabou por influenciar crescentemente seus atores, a normalização de uma determinada estrutura: “esta modernidade, mesmo e principalmente quando ela apela para a liberdade do sujeito, tem por finalidade a submissão de cada um aos interesses do todo, quer se trate da empresa, da nação, da sociedade ou da própria razão. E não é em nome da razão e da sua universalidade que se estendeu a dominação do macho ocidental, adulto e educado no mundo inteiro, sobre trabalhadores e colonizados e sobre mulheres e crianças?”³⁷²

Quando são traçados os contornos culturais desse projeto, assim como quando são identificadas as relações de dominação e dependência, de integração e de exclusão, delimita-se o conteúdo propriamente social do tema. Seguindo com Touraine, “O apelo à luz é perturbador quando o mundo está mergulhado nas trevas e na ignorância, no isolamento e na servidão.” Diante desse quadro, o esgotamento da idéia de modernidade seria inevitável³⁷³.

³⁶⁹ ROUANET, *op. cit.*, p. 09.

³⁷⁰ TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução: Elia Ferreira Edel. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 09; 99.

³⁷¹ BERNARD, Philippe J. *Perversões da utopia moderna*. Tradução de Cristina Murachco. Bauru/SP: EDUSC, 2000. p. 213.

³⁷² TOURAINE, *op. cit.*, p. 10.

³⁷³ *Ibid.*, p. 99-100.

Nesta inquietante verificação sobre as garantias prometidas pelo triunfo da razão, Pietro Barcellona apresenta uma análise negativa quanto aos alcances da formada subjetividade moderna, tendo como função instrumentalizar teoricamente o distanciamento do pensamento e ser; do homem e a natureza; do sujeito e objeto, disponibilizando coisas (objetos) à ação humana. Também a subjetividade moderna teve por função mediar a universalidade geral da ordem – politicamente constituída de modo formal e abstrata – com a individualidade empírica. Libertou o indivíduo daquelas relações de pessoalidade, típicas da sociedade corporativa, colocando em seu lugar relações objetivas entre esferas de liberdade abstrata³⁷⁴.

Também Boaventura identifica que a modernidade ocidental esgotou suas energias, restando inúmeras de suas promessas e possibilidades não cumpridas. Na concepção deste autor, “A partir dos séculos XVI e XVII, a modernidade ocidental emergiu como um ambicioso e revolucionário paradigma sócio-cultural assente numa tensão dinâmica entre regulação social e emancipação social.”³⁷⁵ Esses eram os pilares fundamentais no momento do surgimento deste projeto: a Regulação e a Emancipação³⁷⁶. Entretanto, ao longo do desenvolvimento da modernidade, aquela tensão que deveria ser dinâmica entre os dois âmbitos acabou por se degradar. Como resultado – sobretudo pela convergência da modernidade com o modo de produção capitalista – as energias emancipatórias transformaram-se de forma gradual e crescente em regulatórias³⁷⁷. Isto porque, tais pilares assentam-se em princípios abstratos, que leva

“a maximizar o seu potencial próprio, quer pela maximização da regulação, quer pela maximização da emancipação, prejudicando, assim, o êxito de qualquer estratégia de compromissos pragmáticos entre ambos. Para além disso, os referidos pilares assentam em princípios independentes e dotados de diferenciação funcional, cada um dos quais tende a desenvolver uma vocação maximalista: no lado da regulação, a maximização do Estado, a maximização do mercado ou a maximização da comunidade; no lado da emancipação, a estetização, a cientificação ou a juridicização da *praxis* social.”³⁷⁸

³⁷⁴ BARCELLONA, Pietro. *El Individualismo Proprietario*. Madrid: Trotta, 1996. p. 45. *Apud* FONSECA, *op. cit.*, p. 99.

³⁷⁵ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 15.

³⁷⁶ Cada um desses pilares é constituído por três princípios ou lógicas: “O pilar da regulação é constituído pelo princípio do Estado, formulado essencialmente por Hobbes, pelo princípio do mercado, desenvolvido sobretudo por Locke e por Adam Smith, e pelo princípio da comunidade, que denomina toda a teoria social e política de Rousseau.” O pilar da emancipação é constituído pelas três lógicas de racionalidade: a racionalidade estético-expressiva das artes e da literatura, a racionalidade cognitivo-instrumental da ciência e da tecnologia e a racionalidade moral-prática da ética e do direito. (*Ibid.*, p. 50.)

³⁷⁷ *Ibid.*, p. 15.

³⁷⁸ *Ibid.*, p. 50-51.

O paradigma da modernidade pretendia um desenvolvimento harmonioso e recíproco do pilar da regulação e do pilar da emancipação, assim como deste entre os dois pilares e a *praxis* social. De tal forma, almejava “a harmonização de valores sociais potencialmente incompatíveis, tais como a justiça e autonomia, solidariedade e identidade, igualdade e liberdade.”³⁷⁹ Pela ousadia de seus propósitos, Boaventura identifica que o projeto trazia em si a semente do seu próprio fracasso: promessas incumpridas e défices irremediáveis.

Num processo que ainda está em pleno desenvolvimento, a concentração e a exclusão ocorrem no pilar da regulação e da emancipação, gerando entre eles relações e articulações mais compactas. Como resultado da interação do paradigma moderno com o capitalismo, o pilar da emancipação tornou-se cada vez mais semelhante ao pilar da regulação, ao ponto de se transformar no lado cultural da regulação. Neste campo, “O princípio do mercado adquiriu pujança sem precedentes, tanto que extravasou do econômico e procurou colonizar tanto o princípio do Estado, como o princípio da comunidade – um processo levado ao extremo pelo credo neoliberal.”³⁸⁰

Todas as transformações parecem apontar para uma desregulação da vida econômica, social e política. Na verdade, nenhum dos princípios da regulação, quer seja o mercado, quer seja o Estado, quer seja a comunidade, parece capaz de, por si só, garantir a regulação social em situação de tanta volatilidade (...) Tudo parece negociável e transformável ao nível da empresa ou da família, do sindicato ou do partido, mas ao mesmo tempo nada de novo parece possível ao nível da sociedade no seu todo ou da nossa vida pessoal enquanto membros da sociedade.³⁸¹

Essa aparência não é casuística, Boaventura esclarece ao assegurar material e institucionalmente o aumento das escolhas, o modo dominante acompanha a diminuição da capacidade de escolher.

De fato, o que se construiu foi um paradigma cultural da modernidade, que cumpriu em excesso algumas promessas e, de outro lado, permitiu uma obsolescência devido a incapacidade no cumprimento de outras promessas. Esse descompasso entre excesso e déficit é responsável pela situação presente de crise³⁸².

³⁷⁹ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 50.

³⁸⁰ SANTOS, *Pela mão de Alice...*, p. 87.

³⁸¹ *Ibid.*, p. 89.

³⁸² A sensação de perda causada pelo déficit de cumprimento das promessas de modernidade, especialmente no que se refere à emancipação, pode ser percebida, sobretudo, em duas manifestações importantes. A primeira foi constituída pelo idealismo romântico, que assumiu forma elitista e se deu no domínio da racionalidade estético-expressiva. Boaventura acredita que o idealismo romântico representa a vocação utópica da realização plena da subjetividade inscrita no projeto de modernidade. É isso que sugere a construção utópica de uma mitologia da razão, no centro da integração social que englobava a poesia e a estética. A outra manifestação deu-se no domínio moral-prático e constituiu-se pelos vários projetos socialistas radicais, tanto o chamado socialismo utópico, como o socialismo científico. Tanto um como o outro representam uma tentativa de reconstruir a

É neste sentido que o autor afirma existir um “desassossego no ar”, a sensação de estar “entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu.” Sentimento resultante de uma época de transição paradigmática³⁸³. Esse período ‘intervalar’ possibilita o despensar do velho modelo, configurado por Boaventura como o paradigma da modernidade, e o repensar, caracterizando a abertura para o novo, para a pós-modernidade, como designa o autor. Em suas palavras:

estamos a entrar num período de transição paradigmática entre a sociabilidade moderna e uma nova sociabilidade pós-moderna cujo perfil é ainda quase imperscrutável e até imprevisível. Uma transição paradigmática é um longo processo caracterizado por uma suspensão ‘anormal’ das determinações sociais que dá origem a novos perigos, riscos e inseguranças, mas que também aumenta as oportunidades para a inovação, a criatividade e a opção moral. (...) Acima de tudo, o novo conhecimento assenta num des-pensar do velho conhecimento ainda hegemónico, do conhecimento que não admite a existência de uma crise paradigmática porque se recusa a ver que todas as soluções progressistas e auspiciosas por ele pensadas foram rejeitadas ou tornaram-se inexequíveis.³⁸⁴

Dentre as diversas dimensões de uma transição paradigmática, uma das que o autor refere-se é a societal. Por vezes pouco visível, essa transição se verifica pela ruptura e questionamentos constantes voltados à estrutura do paradigma ainda dominante, formado por uma sociedade patriarcal, de produção capitalista, de consumismo individualista e

realização terrena dos ideais de autonomia, da identidade, da subjetividade e da solidariedade. Essas manifestações permitem verificar que, ao mesmo tempo em que, o projeto da modernidade traz em si a contradição nua e crua dos seus objetivos, “é capaz ainda de manifestar, mesmo que de forma desviante, a vocação de radicalidade do projecto e, nessa medida, recusa-se a aceitar a irreparabilidade do défice da sua realização histórica.”(SANTOS, *Pela mão de Alice...*, p. 82-83.)

³⁸³ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 41. A utilização do termo paradigma pelo autor, remete-se à corriqueira aplicação do conceito trazido da história da ciência, desenvolvido por Thomas S. Kuhn, buscando analisar o modo como ocorrem as transformações e progressos científicos. A noção de paradigma traz em si uma estrutura de pressupostos consensualmente partilhados em determinado momento histórico, que fundamentam uma comunidade científica, configurando uma “constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhados pelos membros de uma comunidade determinada”. Um paradigma forma o sistema a partir do qual o homem vê tanto aquilo que realmente olha, como também o que sua experiência visual-conceitual prévia lhe ensinou a ver. Paradigmas são formações localizadas temporalmente e, ainda que lentamente, ocorre a sucessão entre essa totalidade de pensamentos, percepções e valores uniformizados. No ínterim da superação de um paradigma por outro ocorre um momento rico em inovações, que permite abrir as concepções e interpretações: é o momento de transição paradigmática. Verifica-se o surgimento de um novo paradigma quando nenhum dos sentidos habituais do termo ‘interpretação’ se ajusta à estrutura vivenciada pelo cientista. Gradativamente, grandes porções dessas experiências passam a se ligar ao novo paradigma deixando o velho. Entretanto, tal passagem não se dá de forma gradual e contínua, tendo Kuhn designado esse momento como de verdadeira revolução. (KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. p. 148-152; 218; WOLKMER, *Pluralismo...*, p. 73-74; LUDWIG, Celso. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006. p. 23-26.) Como forma de operacionalizar a utilização do conceito, pode-se estabelecer a idéia de *paradigma* como “um modelo de racionalidade, num padrão teórico, hegemônico em determinados momentos da história, e aceito pela comunidade que o utiliza como fundamento do saber na busca de compreensões e soluções.” (LUDWIG, *Para uma Filosofia...*, p. 26.)

³⁸⁴ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 186.

mercadorizado, de desenvolvimento global desigual e excludente. Ao questionar o paradigma moderno, Boaventura identifica-se com a tradição crítica, mas ressalva inserir-se em uma crítica paradigmática, ou seja, defende “que deixou de ser possível conceber estratégias emancipatórias genuínas no âmbito do paradigma dominante já que todas elas estão condenadas a transformar-se em outras tantas estratégias regulatórias.” Já a crítica da modernidade que se mantém subparadigmática, julga possível desenvolver possibilidades não realizadas pelo atual paradigma, ainda em sua constância³⁸⁵.

Defendendo sua tese, o autor acredita que “Com o colapso da emancipação na regulação, o paradigma da modernidade deixa de poder renovar-se e entre em crise final.”³⁸⁶ Tanto os excessos como os défices resultantes da desarmonia entre os pilares fundamentais da modernidade eram previstos desde sempre. Os primeiros eram vistos como desvios fortuitos e os segundos como deficiências temporárias. Ambos identificados como reconstrutivos, ou seja, resolúveis. “Essa gestão reconstrutiva dos excessos e dos défices foi progressivamente confiada à ciência e, de forma subordinada, embora também determinante, ao direito.”³⁸⁷, de forma que o direito torna-se um viés privilegiado de análise para todo o sistema, especialmente no que se refere à dimensão societal da crise.

Como subsidiário da ciência, o direito moderno submeteu-se àquela racionalidade cognitivo-instrumental e tornou-se ele próprio científico e, seguindo o que ocorreu com a ciência, “também o direito perdeu de vista (...) a tensão entre regulação e emancipação social, originalmente inscrita no paradigma da modernidade. Essa perda foi tão completa e irreversível que a recuperação das energias emancipatórias (...) implica uma reavaliação radical do direito moderno”³⁸⁸. Essa reavaliação que propõe Boaventura passa por elucidar as estruturas a que o direito se volta e fomenta. É neste sentido, que se descortina a ligação tanto da ciência como do direito ao dilema criado pelo liberalismo oitocentista, que “transformou a ideia de progresso na ideia de contínua e infinita repetição da sociedade burguesa”. À ciência competiu descobrir as regularidades que permitiriam tal feito, ao direito coube transformar essas regularidades em regulações jurídicas eficazes. Colocando-se o direito como normalizador de qualquer tipo de transformação em qualquer direção que se aponte³⁸⁹.

³⁸⁵ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 16.

³⁸⁶ *Ibid.*, p. 15.

³⁸⁷ *Ibid.*, p. 51.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 120.

³⁸⁹ *Ibid.*, p. 175.

Entretanto, apesar desse uso ideológico do direito, o autor aponta para a existência de uma multiplicidade de ordens jurídicas³⁹⁰ latentes na sociedade e que não encontram expressão, dado o caráter e as vinculações do paradigma dominante. Estas são pistas que podem indicar os elementos do novo ainda dentro do velho.

Diante da crise apontada por Boaventura, que se expande para todas as áreas do conhecimento contemporâneo e que tem o direito como um indicador privilegiado, partimos para a identificação no real-concreto das negações conseqüentes da inadequação entre o sistema e a vida, situação que enaltece o momento de crise. Neste momento servirão de guias as contribuições formuladas por Enrique Dussel³⁹¹.

A partir da designação ‘vida concreta’, Dussel pretende anunciar uma nova perspectiva. Ainda na categoria utilizada por Boaventura, seria um novo paradigma: o paradigma da vida concreta de cada sujeito como modo de realidade³⁹². Neste paradigma, parte-se da preocupação com a produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana, incorporando-se aspectos fundamentais da vida que vão muito além do meramente físico, por exemplo de se alimentar, pois também engloba as dimensões espiritual, cultural e histórica em seu conteúdo³⁹³.

Para que se possa adentrar na *arquitetônica* dusseliana, é importante primeiramente compreender o método filosófico adotado, o método analético.

Essa metodologia específica adotada por Dussel ultrapassa a dialética aristotélica e moderna, configurada por Descartes e, posteriormente, Kant, que parte da pluralidade fática ou sensível para involutivamente negá-la e chegar ao ‘eu penso’, à razão pura³⁹⁴. A analética parte da exterioridade do *outro*, enquanto livre. Marcada pela construção hegeliana, a dialética com forma espiral, inicialmente negativa partindo não mais da faticidade mas do nível do absoluto, do fundamento, difere da proposta analética por retornar ao ‘mesmo’, sempre inserido no plano totalizado. Já o método dusseliano, incorporando as contribuições sobre alteridade advindas de Emanuel Lévinas, tem como ponto de partida o *outro* que se encontra fora da totalidade que se vislumbra, parte da exterioridade³⁹⁵.

³⁹⁰ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 261.

³⁹¹ Filósofo argentino, nascido em 1934 na província de Mendoza. É responsável pela formulação das bases do que hoje se conhece como Filosofia da Libertação, como um sistema de eticidade de fundamento e de moralidade da práxis que busca refletir sobre o *outro* a partir da situação de periferia mundial em que se encontra a América Latina. Em 1976, diante do período ditatorial argentino, Dussel seguiu em exílio para o México, onde desde então reside e leciona. (SILVA FILHO, *op. cit.*, p. 24-26.)

³⁹² LUDWIG, *Para uma Filosofia...*, p. 27.

³⁹³ DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 133.

³⁹⁴ SILVA FILHO, *op. cit.*, p. 70.

³⁹⁵ *Ibid.*, p. 76; 90-92.

o método ana-lético, vai mais além, mais acima, vem de um nível mais alto (aná-) que o mero método dia-lético. O método dia-lético é o caminho que a totalidade realiza em si mesma: dos entes ao fundamento e do fundamento aos entes. Trata-se agora de um método (ou do domínio explícito das condições de possibilidade) que parte do outro enquanto livre, como além do sistema da totalidade, que parte então, da sua palavra, da revelação do outro e que confiado em sua palavra, atua, atrapalha, serve, cria. O método dia-lético é a expansão dominadora da totalidade desde si; a passagem ao justo crescimento da totalidade desde o outro e para “servi-lo” criativamente³⁹⁶

Para além da eterna repetição do *mesmo*, o método analético busca reformular a dialética, inserindo um momento positivo, com a afirmação da negatividade desse método dialético. Essa afirmação se constitui com anterioridade à dialética, por isso é um movimento *ana-dialético*³⁹⁷. A análise se inicia incluindo a perspectiva daquilo que está fora do sistema de totalidade, ou seja, parte da exterioridade: do excluído, do oprimido.

Esse momento inicial, positivo, do movimento metódico consiste no momento analético da dialética, no qual as vítimas descobrem-se oprimidas no sistema. “Dessa maneira, o movimento metódico e o movimento da realidade não começam pela negação da negação (dialética) - negação da opressão, por exemplo -, mas pela *afirmação analética* da exterioridade do outro (agora não como oprimido), a partir de onde se inicia a negação da opressão, por exemplo, negação da negação desde um *projeto de transformação* na direção do *novo factível*.”³⁹⁸

O *outro*, de que parte o método analético, é em relação ao sistema vigente aquele que está fora, é o oprimido, excluído ou alienado. A leitura que Dussel faz da alteridade em Levinas parte da realidade latino-americana, assim o *outro*, no pensamento dusseliano, deixa de representar os judeus, vítimas do totalitarismo europeu, como se refere o pensamento de Lévinas, para traduzir as populações marginalizadas na periferia mundial.

Ainda, essa designação feita por Dussel não se refere a indivíduos isolados, mas sim aos povos, à coletividade. Neste sentido o autor esclarece: “a individualização desta experiência pessoal-coletiva é uma das deformações européias dependentes da revolução burguesa. Cada rosto, único, mistério insondável de decisões ainda não tomadas, é rosto de um sexo, de uma

³⁹⁶ DUSSEL, Enrique. *Método para uma filosofia de libertação: superação analética da dialética hegeliana* (trad. Jandir João Zonotelli). São Paulo: Loyola, 1986. p. 196.

³⁹⁷ LUDWIG, Para uma Filosofia..., p. 149.

³⁹⁸ LUDWIG, Celso. Filosofia da Libertação In BARRETO, Vicente de Paulo (Org.). *Dicionário de Filosofia do Direito*. p. 326-333. Apud LUDWIG, Para uma Filosofia..., p. 153.

geração, de uma classe social, de uma nação, de um grupo cultural, de uma idade da história”³⁹⁹.

O sistema-mundo, como *totalidade* que nega existência aos oprimidos, implantou-se a partir do século XVI tendo a modernidade européia com seu centro⁴⁰⁰. Para a consideração da modernidade a partir da periferia⁴⁰¹, não apenas a origem desse mito é problematizada, como também o são seus fundamentos e possibilidades. Nega-se a dominação e exclusão no sistema-mundo. Para Dussel é necessário *destruir* tal pensamento europeu totalizante, apontando seus limites, e, a partir da exterioridade latino-americana, abrir lugar para o novo⁴⁰².

Esse novo pode ser vislumbrado a partir das experiências, dos momentos, a partir da afirmação da exterioridade, e por orgânica conjunção com a negação da negação. Uma nova sociedade pode trazer a novidade pela afirmação da alteridade, e, a continuidade, pelo desenvolvimento do já humano⁴⁰³. A impossibilidade de plena realização da Modernidade exige a superação do atual sistema-mundo, em um projeto que Dussel denomina “Trans-Moderno”. Neste projeto há a afirmação da alteridade negada, parte-se do Outro, encoberto pelo sistema vigente. Entretanto, para que se possa valorar e dignificar outras culturas, outros rostos, é necessário negar a centralização européia, esta como única possibilidade que observa as demais experiências como repetição do seu ‘mesmo’.

A crítica dusseliana à modernidade, com a proposta da Transmodernidade, não se confunde com a crítica pós-moderna. Nas palavras do autor:

não se trata de um projeto pré-moderno como afirmação folclórica do passado; nem de um projeto antimoderno de grupos conservadores, de direita, de grupos nazistas ou fascistas ou populistas; nem de um projeto pós-moderno como negação da Modernidade como crítica de toda razão, para cair num irracionalismo niilista. Deve ser um projeto “transmoderno” (e seria então uma “transmodernidade” por subsunção real do caráter emancipador racional da Modernidade de sua Alteridade negada (o “Outro” e não a Modernidade), por negação de seu

³⁹⁹ DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão* (trad. Georges I. Maissiat). 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995. p. 50.

⁴⁰⁰ DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 61.

⁴⁰¹ Oportuno retomando a diferenciação feita na concepção dusseliana quanto à da existência de dois paradigmas da modernidade: o *paradigma eurocêntrico*, que toma a modernidade por sua expressão exclusivamente européia, desenvolvido a partir do medievalismo, difundindo-se mundo a fora; e o que Dussel designa de *paradigma mundial*, que destitui a Europa da superioridade intrínseca que lhe garantiu apogeu. Tal vantagem, para Dussel, resultou do horizonte geopolítico, econômico político e cultural pelo *descobrimento* da Ameríndia, que possibilitou, apenas no século XVIII, a superação das culturas asiáticas. Neste sentido, “a modernidade seria, para este paradigma mundial, um fenômeno próprio do ‘sistema’ com ‘centro e periferia’.” (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 51-52; 635.)

⁴⁰² LUDWIG, *Para uma Filosofia...*, p. 127.

⁴⁰³ DUSSEL, *Método...*, p. 285.

caráter mítico (que justifica a inocência da Modernidade sobre suas vítimas e por isso se torna contraditoriamente irracional)⁴⁰⁴

O problema que atualmente se descobre é o esgotamento de um sistema civilizatório, por seu sistema econômico, o capitalismo, sistema político, liberalismo, por sua ideologia, o eurocentrismo, pelo racismo, no predomínio da raça branca, pela destruição da natureza. No atual momento de esgotamento, Dussel aponta dois limites absolutos desse sistema: a destruição ecológica do planeta, pois desde sua origem a modernidade identifica a natureza como objeto explorável voltada à acumulação de capital; e a destruição da humanidade, levando à extinção da vida humana pela miséria e exclusão.

Por sua vez, a *vida humana concreta* constitui o critério fonte do paradigma proposto nas obras de Dussel. A vida humana, para o autor, “não é um conceito, uma idéia, nem um horizonte abstrato, mas o modo de realidade de cada ser humano concreto”. Tal consideração atinge as dimensões físico-biológica, histórico-cultural, ético-estético e até místico-espiritual, sempre em âmbito comunitário. “Defendemos que a vida humana é fonte de toda racionalidade, e que a racionalidade material tem como critério e ‘referência’ última de verdade e como condição absoluta de sua possibilidade a vida humana.”⁴⁰⁵

A consideração da essencialidade da vida humana como ponto de partida e constante referência ao pensar e agir é uma das mais valiosas contribuições da filosofia de Enrique Dussel. A partir da radicalização da vida humana, pode-se voltar os olhos à realidade da atual sociedade mundial e, especificamente, latina, brasileira. Tomando-se o humano como fundamento, retomam-se as inúmeras afirmações que apontam para a existência de uma crise no projeto moderno, quer seja essa crítica subparadigmática, vinda dos pós-modernistas, quer seja paradigmática, como apontam Boaventura e Dussel, cada qual em suas formulações. Para além da teoria, verificando a realidade concreta, pode-se concluir por esse descompasso.

A concentração de renda no Brasil demonstra a situação caótica da sociedade atual: a renda média dos mais ricos é 150 vezes maior que a renda média dos mais pobres. Segundo indicadores de desenvolvimento, o país possui cinco categorias de classes sociais: os ricos, que congrega 2 milhões de pessoas; a classe média com 50 milhões; os ‘quase pobres’, 60 milhões; os pobres, 30 milhões; e os miseráveis, que correspondem a 24 milhões⁴⁰⁶. São três níveis de pobreza no país, que dramaticamente permite que o controle de 53% da riqueza recaia sobre uma única classe.

⁴⁰⁴ DUSSEL, *Método...*, p. 187.

⁴⁰⁵ DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 11; 632.

⁴⁰⁶ *In* Concentração de Renda Divide o Brasil em 5 Classes. Disponível em: <<http://www.congressonacional.com.br>> Acesso em: 21/05/2007.

Diante da problemática das condições materiais de produção, reprodução e desenvolvimento da vida humana na realidade concreta resta irrefutável o momento de crise. Nesta constatação, cabe verificar uma postura questionadora, na busca por possibilidades de um viver melhor. Também o direito tem lugar nesta promoção, desde que se forme não como “pesado lastro que freia o progresso social, quando não chega, muitas vezes a levantar-se como um verdadeiro obstáculo à ele”⁴⁰⁷, mas sim como instrumento que fomenta opções alternativas e humanitárias.

O questionar sobre possibilidades para emancipação e construção de um *NOVO*, responsável por um mundo melhor, terá lugar no próximo item.

3.3. Conscientização: um olhar pedagógico à utopia cooperativista

Diante dessa realidade caótica da sociedade brasileira, cabe a responsabilidade do questionamento. Refletir sobre as causas que levaram a esse quadro e àquelas que permitem seu perpetuar. Cabe a responsabilidade de perguntar por possibilidades, fugindo da tautologia da crítica pelo criticar. A essa angústia inquietante destina-se o presente tópico. Para tanto, serão trabalhados alguns dos aportes teóricos fornecidos pela crítica conscientizadora de Paulo Freire.

A reflexão diante do atual conjuntura sócio-econômica e cultural oportuniza as formulações elaboradas por Dussel. Retomando sua obra *Ética da Libertação*, tem-se a busca por afirmar de maneira radical e total a ‘vida humana’. Esta é a condição absoluta da ética e exigência de toda libertação, por isso o autor faz questão de repetir a cada passo: “*Esta é uma ética da vida*”⁴⁰⁸. Portanto, a vida humana *concreta* de cada sujeito é o critério material universal da ética, ou seja, importa a sobrevivência humana: *a produção, reprodução e desenvolvimento da vida*⁴⁰⁹. Assim, cabe a essa filosofia evidenciar as negações geradas nesse âmbito pelo sistema-mundo atual. Como destinatários desses efeitos negativos estão as

⁴⁰⁷ COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. p. 07.

⁴⁰⁸ Afirmação que inicia os seis capítulos da obra. (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 93; 169; 237; 313; 415; 501.)

⁴⁰⁹ E complementa: “as palavras ‘produção, reprodução e desenvolvimento’ da vida humana do sujeito ético ‘sempre’ significam não só o vegetativo ou o animal, mas também o ‘superior’ das funções mentais e o desenvolvimento da vida e da cultura humana.” (*Ibid.*, p. 636 *Tese 11.*)

vítimas⁴¹⁰, são os mais de cem milhões de brasileiros que constituem as classes baixas da sociedade.

Em sua obra, Dussel “desenvolve um discurso ético material (de conteúdos), formal (intersubjetivo e válido), que leva em conta a factibilidade empírica, e sempre a partir das vítimas a todos os níveis intersubjetivos possíveis.”⁴¹¹ Estes são os três âmbitos que compartimentam a análise (verdade, validade e factibilidade) e determinam a estrutura de sua obra⁴¹², que, no primeiro momento analisa positivamente cada momento para posteriormente os re-significar, desvelando uma outra perspectiva, a partir das vítimas: um universo encoberto por uma tradição acadêmica sem o compromisso com a *periferia*⁴¹³. Com este ponto de partida, Dussel identifica o que era “verdade como não-verdade, o válido como não-válido, o factível como o não eficaz”⁴¹⁴.

É na Segunda Parte da obra, no momento da crítica frente as negações causadas pelo sistema vigente, que Dussel insere a contribuição de Paulo Freire, abrindo um “novo horizonte problemático da razão discursivo-crítica, comunitária, anti-hegemônica”⁴¹⁵. Com Paulo Freire, Dussel pretende a construção de um novo critério de validade⁴¹⁶, que tem como ponto de partida a comunidade das vítimas.

⁴¹⁰ ‘Vítimas’ são seres humanos sem a possibilidade de produzir, reproduzir ou desenvolver sua vida, são excluídos da participação na discussão, afetados por alguma situação de morte. (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 303.)

⁴¹¹ *Ibid.*, p. 14.

⁴¹² Esses momentos estruturam a obra *Ética da Libertação*, de forma que a Primeira parte é constituída pelo (1) momento *ético-material*, referente aos conteúdos e relacionado com o critério de *verdade*, ligado à *produção da vida*; (2) momento *moral-formal*, procedimental, critério de *validade* moral intersubjetiva e comunitária, que se relaciona diretamente com a *reprodução da vida*; e (3) momento *ético-processual de factibilidade*, o princípio ético-crítico, o momento ético por excelência, se relaciona com o *desenvolvimento* da vida humana em geral e com a *reprodução* da vida das vítimas. Na Segunda Parte da obra, a partir da negatividade da fundamentação da ética, Dussel apresenta três co-princípios: o *crítico-material*; o *crítico-formal* e o *crítico-factível*.

⁴¹³ Dussel utiliza as categorias de *centro* e *periferia*, de forma abstrata e simplificada, para designar “os horizontes culturais de ‘mundos da vida’ determinados por seu ‘lugar’ dentro do ‘sistema-mundo’”. Atualmente o *centro* é constituído pelo que Dussel designa de *países do Norte*, que são a Europa Ocidental, os Estados Unidos e o Japão. A *periferia* é constituída pelo restante dos países, excetuados a China e a Rússia, que são consideradas em uma posição especial. (Cf. *Tese 1*. DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 631.)

⁴¹⁴ *Ibid.*, p. 301.

⁴¹⁵ *Ibid.*, p. 465.

⁴¹⁶ Ao desenvolver uma reflexão anti-hegemônica, construída a partir da comunicação daqueles até então na exterioridade da comunidade de comunicação, Freire constrói o que Dussel denomina um novo critério de validade: a razão crítico-discursiva. A formulação freiriana, (antecipadamente) subsume e supera a razão discursiva, cuja moral formal pressupõe a igualdade do outro sujeito argumentante, que desvela uma aporia da Teoria do Discurso: a simetria entre os participantes. Impossível empiricamente e desacreditada a partir da existência de vítimas, excluídas assimetricamente da comunidade de comunicação hegemônica. Através de uma moral formal, pressupondo o outro argumentante como *alter-ego*, ou seja, como outro igual, a Ética do Discurso possui pretensão de validade ou de universalidade. A existência de vítimas demonstra tal critério de validade como não-válido. (*Ibid.*, p. 169; 301.)

Paulo Freire⁴¹⁷ edificou suas formulações a partir daqueles que estão na exterioridade social ou, em sua terminologia, a partir dos *oprimidos*⁴¹⁸. Seu ponto de partida era a identificação de ‘situações limite’, na contradição opressores-oprimidos. Neste sentido é considerado “um pensador comprometido com a vida: não pensa idéias, pensa a existência.”⁴¹⁹ Esta era a primeira de suas preocupações, sua proposta pedagógica inicia na consideração das questões materiais, econômicas, culturais e políticas dos educandos.

Diante de um sistema hegemônico, que por ser dominante impõe sua lógica opressora a maior parte da população, Freire situa “seu pensamento numa pedagogia em que o esforço totalizador da práxis humana busca, na interioridade desta, retotalizar-se como ‘prática da liberdade’.”⁴²⁰ Em oposição ao sistema educacional tradicional, que denomina ‘educação bancária’, Freire propõe uma ‘educação problematizadora’. Tradicionalmente, os conteúdos são narrados, dissertados, aos educandos, que, restritos aos bancos escolares, recebem pacientemente as ‘lições’, memorizam e as repetem, sem que haja a intermediação do aluno naquele conhecimento. Ele já vem pronto. Por isso a designação *bancária*: “a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

⁴¹⁷ Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) educador nascido em Pernambuco, trouxe contribuições inegáveis à pedagogia brasileira, tornando-se referência internacional. Desde sempre comprometido com a alfabetização daqueles marginalizados, por esta convivência, Freire aprofundou-se na análise política e filosófica da educação. Comprometido com o pensamento político-pedagógico libertador, a partir do intercâmbio dos saberes entre o aprendiz e o educador, desenvolveu uma metodologia própria de alfabetização que chegou a ser desenvolvida nacionalmente, pelo Programa Nacional de Alfabetização, do Ministério da Educação e Cultura, coordenado pelo autor. Com as alterações no campo político nacional e advento do militarismo, Paulo Freire foi preso no dia 16 de junho de 1964, acusado de atividades subversivas. No mesmo ano, partiu para o exílio na Bolívia, seguindo ao Chile, onde residiu até 1969. De 1970 a 1980, Freire viveu em Genebra e expandiu suas ações pela Ásia, Oceania, América e, sobretudo, na África de língua portuguesa (Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau). Retornou ao Brasil após o exílio de 16 anos. Dentre suas obras destacam-se: Educação como prática da liberdade (1967); Educação e conscientização: extensão rural (1968); Contribución al proceso de conscientización del hombre en América Latina (1968); Acción cultural para la libertad (1968) Extensión o comunicación? La conscientización en el medio rural (1969); Pedagogia do oprimido (1970); Pedagogia da esperança (1992); Cartas a Cristina (1994); À sombra desta mangueira (1995); e Pedagogia da autonomia (1997). E deixaria, simbolicamente, inconclusos, cartas e textos que seriam reunidos por sua esposa, Ana Maria Araújo Freire, em uma publicação póstuma: Pedagogia da Indignação (2000).

⁴¹⁸ Devido a essa marcante base, Dussel identifica Paulo Freire como o “anti-Rousseau do século XX”, marcando a oposição entre os pontos de partida de cada pedagogia, uma notadamente moderna e outra libertadora. A comparação com Rousseau deve-se por caracterizar como expoente da educação burguesa. Rousseau mostrou no *Emílio* o protótipo da educação revolucionária e solipsista. Por sua vez, Freire mostra “uma comunidade intersubjetiva, das vítimas dos Emílios no poder” que busca, através da validade anti-hegemônica, o reconhecimento de sua existência e a concretização responsável de necessidades. (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 415.)

⁴¹⁹ FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 07.

⁴²⁰ *Ibid.*, p. 07. Em sentido similar – ressaltando a contrariedade à formação de uma nova *totalização* – Dussel verifica na prática pedagógica freiriana a possibilidade da formação do dissenso, como superação da categoria *consenso*, referente na Teoria do Discurso. Isto porque, Freire ultrapassa o nível formal acrítico, desconsiderando a formação circular de uma única comunidade de comunicação. A nova categoria é construída a partir daqueles que não participaram do estabelecimento do *consenso*, forma-se anti-hegemonicamente, a partir de uma intersubjetividade crítico-comunitária (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 465.)

Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. (...) Nesta distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber.”⁴²¹ Considera-se ‘saber’ aquilo que é *doado* pelo sábio àquele a quem se julga nada saber.

Na educação problematizadora, considera-se a integração entre todos os que estão envolvidos no processo pedagógico. Tanto o educador tem a ensinar como tem a aprender com os educandos. A educação libertadora implica a superação dessa contradição entre quem detém o saber e quem nada tem a ensinar. A proposta que se faz é de tornar todos simultaneamente educadores e educandos. Neste sentido, a pedagogia de Freire tem por base o diálogo, o encontro dos homens. A educação deve procurar desenvolver a consciência e a atitude crítica, através da qual o homem aprende a escolher e a decidir, libertando-se no lugar de ser domesticado, de ser adaptado, como faz com muita frequência a educação tradicional. O verdadeiro saber, segundo Freire, apenas existe “na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros.”⁴²²

O ensinamento não pode se dar no isolamento, apenas ocorre na interação entre os homens. Assim, estar em comunhão é a possibilidade para o desenvolvimento de cada sujeito em conjunto. Nessa mediação, tem papel fundamental a palavra. O diálogo é ferramenta essencial da pedagogia libertária. “O monólogo, enquanto isolamento, é a negação do homem; é fechamento da consciência, uma vez que consciência é abertura.” O diálogo, por sua vez, “fenomeniza e historiciza a essencial intersubjetividade humana (...) O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização.”⁴²³ Está na intersubjetividade, criticamente exercida, a possibilidade de compreensão e transformação das estruturas negativizantes. Neste sentido, Paulo Freire identifica o diálogo como “encontro de homens que *pronunciam* o mundo”. *Pronunciar* o mundo significa modificá-lo, buscar a inclusão dos que estão na exterioridade: “*pronunciando* o mundo os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.”⁴²⁴ Essa inserção dos oprimidos e das vítimas como sujeitos que dialogam, que se comunicam intersubjetivamente, é possibilitada pelo *desenvolvimento* de uma consciência crítica.

⁴²¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p.66.

⁴²² *Ibid.*, p. 67.

⁴²³ FIORI, *op. cit.*, p. 16.

⁴²⁴ FREIRE, *Pedagogia...*, p. 90-91. Portanto, para o autor há um ‘conteúdo’ no exercício dialógico: através dele os homens revelam uns aos outros as condições para transformar o mundo e para viver nele. Desta forma, podemos concluir, com Dussel, que o estudo freiriano discorda de Habermas. Este entende a ética sem orientação de conteúdo, apenas como procedimento que garante a imparcialidade na formação do juízo. (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 441.)

Em seus trabalhos, Freire identificou diferentes formas ou existência de consciências diferentes, mais esclarecidas ou ingênuas⁴²⁵. É possível que o oprimido, partindo de uma total negatividade, ultrapasse a cultura mitificada, de uma ‘consciência ingênua’, ‘mágica’, e desenvolva uma ‘consciência crítica’, que lhe permita identificar os contornos reais as estruturas que lhe cercam.

A consciência, para Freire, é possibilitada pela interação do homem com o mundo. É a partir da relação dialética consciência-mundo que se torna possível a constituição de ambos. “não há *eu* que se constitua sem um *não-eu*.”⁴²⁶ Assim, a consciência traz implícita uma visão dinâmica. Não se trata de um compartimento que se enche e sim consciência em razão ‘de algo’, ‘caminho para’. É intencionada ao mundo. A consciência se torna assim (‘consciência’) por suas relações com outras consciências: intersubjetividades de consciências. A comunicação dessas consciências se realiza pela mediação do universo. O mundo é o lugar do encontro comum. Através da mediação com o mundo os homens se reconhecem e – com isso – se reconhecem mais a si mesmos. Portanto, a consciência é dialógica: pelas relações estabelecidas com o mundo e com os outros⁴²⁷. Dependendo da realidade concreta que circunda o homem, serão determinadas as relações deste com o mundo, bem como a intensidade com que tais homens conseguem reconhecer o mundo e, portanto, a eles mesmos.

Essas condições sociais, que interferem na mediação homem-mundo, também determinam diferentes experiências de consciência, dentre as quais Freire destaca: (a) a *consciência semi-intransitiva* é a consciência dominada, que não possui distanciamento suficiente da realidade para poder objetá-la, identificá-la, transformá-la em objeto de análise⁴²⁸; com transformações estruturais na sociedade, pode ocorrer a transição para (b) a *consciência ingênuo-transitiva*, que surge – como consciência ingênua – tão dominada quanto era a intransitiva⁴²⁹, entretanto, tem-se um aumento do poder de dialogação, o homem passa a captar a realidade, a conhecê-la: é a ‘tomada de consciência’, pouco – ou nada – crítica, pois

⁴²⁵ Não existe nos trabalhos de Freire uma “classificação” ou escalonamento rígido de uma “evolução” ou passagem de uma forma de consciência para outra. Ainda assim, é possível agrupar algumas características sob designações – criadas pelo próprio autor – e identificar o ‘movimento’ possível de um ‘nível’ de consciência para outro, ultrapassando limites na forma de interpretação do mundo.

⁴²⁶ FREIRE, *Pedagogia...*, p. 81.

⁴²⁷ *Ibid.*, p. 72; 74; 83.

⁴²⁸ É a consciência impressa nas condições de dependência da América Latina (resultante de colônia ligada à metrópole), característica das estruturas fechadas, nas quais impera a ‘cultura do silêncio’. É a ‘quase-imersão’ na realidade. Os homens não conseguem perceber os desafios da realidade, ou percebem de forma deturpada; não têm ‘percepção estrutural’ e acabam por atribuir a origem dos fatos a uma realidade superior ou a uma causa interior. As causas são algo fora da realidade objetiva, mitificações. (FREIRE, *Conscientização...*, p. 67.)

⁴²⁹ No momento de transição, o caráter estático da ‘sociedade fechada’ dá lugar a um dinamismo que se estende por todas as dimensões sociais. O aparecimento da cultura popular rompe com a ‘cultura do silêncio’. O campo de relações do homem se amplia, seus interesses e preocupações se estendem a outras esferas não estritamente vitais. (*Ibid.*, p. 68; JORGE, J. Simões. *A ideologia de Paulo Freire*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1981. p. 51.)

contém grande conteúdo passional, frágil argumentação e ainda não tem desenvolvida uma visão objetiva, que compromete a racionalização dos acontecimentos⁴³⁰; por sua vez, (c) a *consciência crítica* traz a possibilidade de identificar a realidade, objetando-a e formulando juízos críticos, é a consciência inquieta, que não se satisfaz pela aparência dos fenômenos, busca a profundidade na análise das questões. Esta consciência é a fundamentação do processo de libertação, porque é resultante das relações dialéticas homem-mundo, da inserção e integração do homem nesse mundo que passou a conhecer, analisar e questionar. É a superação da mera apreensão dos fatos, apreendendo-os em seus nexos causais.

A partir da *consciência crítica* pode-se chegar à *conscientização*, a idéia central nas formulações de Paulo Freire, a partir da qual gravitam as demais considerações do autor. A conscientização é o aprofundamento da *tomada de consciência*, é o *conhecimento* problematizado da realidade que exige do sujeito a *ação transformadora* sobre o objeto cognoscível (a realidade opressora). Esse ‘agir conscientemente sobre a realidade objetivada’ é no que consiste a *práxis humana*⁴³¹. A unidade indissolúvel entre a ação e reflexão do homem sobre o mundo⁴³².

Assim, a idéia de *conscientização* traz em si dois momentos: *conhecer* para *transformar*⁴³³. Para que pode ser extraído da própria palavra: ‘*consciência*’ e ‘*ação*’.

No mesmo sentido que Paulo Freire desenvolve a idéia de *conscientização*, temos em Dussel o tema do processo *ético-crítico*. O filósofo argentino distingue entre o ético, o moral, o *ethos* aristotélico e o ético-crítico⁴³⁴. Enquanto uma ‘consciência ética’ é capaz de identificar e aplicar os princípios materiais, formais e de factibilidade universais (advindos das *afirmações* do sistema de eticidade vigente), a ‘consciência ético-crítica’ é aquela com novos momentos⁴³⁵, que identifica além dos três momentos da afirmação, as suas re-leituras sob dinâmica da negação. Pela própria designação, a ‘consciência ético-crítica’ implica (1) no despertar crítico, ou seja, a possibilidade de identificar e constantemente *questionar* as

⁴³⁰ JORGE, *op. cit.*, p. 51.

⁴³¹ A práxis, segundo Freire “é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (FREIRE, *Pedagogia...*, p. 42.)

⁴³² FREIRE, *Conscientização* ..., p. 25-26.

⁴³³ *Id.*

⁴³⁴ Dussel entende o *ético* como o “aspecto material ou de conteúdo da ética”; já o *moral* é entendido como o “aspecto formal ou procedimental, intersubjetivo comunitário”; o *ethos* se insere em um sistema de virtudes e o ético-crítico consiste na criticidade surgida ao se identificar a existência de vítimas, é a crítica a partir da alteridade. (DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 633. *Tese 4*) Em especial, a distinção entre o ético e o ético-crítico, caracteriza a divisão de sua obra *Ética da Libertação* em duas partes: na Primeira (capítulos 1, 2 e 3), Dussel analisa os conteúdos e formas da ética. Tradicionalmente o estudo sobre a ética se esgota nesses temas, assim, poderia parecer completo; porém, é apenas na Segunda Parte da obra (capítulos 4, 5 e 6) que Dussel efetivamente trabalha os temas referentes à ética-crítica, momento próprio da Ética da Libertação.

⁴³⁵ *Ibid.*, p. 311. nota 34.

estruturas reais (afirmações e negações), assim como também implica em (2) uma *conduta*, uma postura, atitude, no sentido de modificar, de transformar o mundo em que se vive, ou que não permite viver.

Nas lições de Freire, conscientização significa conhecer a realidade através das relações dialéticas (subjetividade do homem e objetividade do mundo), conhecimento que levará o homem a uma atitude crítica. Ao se perceber como sujeito e ao perceber criticamente as estruturas que o envolve, o homem se torna capaz de assumir um compromisso histórico: torna-se sujeito da sua própria história. Desta forma, a conscientização não pode estar fora da *práxis* ou sem ação-reflexão. Trata-se de um compromisso histórico: é a *inserção crítica na história*, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo e sua própria história.

O caráter libertário e a força que impulsiona a mudança, necessários à transformação social, são objetivos da educação problematizadora proposta por Paulo Freire. Entusiasta e confiante na possibilidade de seu projeto, o autor vislumbrava estender a todos a oportunidade dessa educação crítica. Entretanto, no sentido de uma *educação sistemática*, apenas poderá se instituir quando conquistado o poder político. Ainda assim, uma gama enorme de possibilidades permanece por serem descobertas e desenvolvidas. Neste sentido, o autor aponta para a realização de “*trabalhos educativos*, que devem ser realizados com os oprimidos, no processo de sua organização.”⁴³⁶ Portanto, ressalta a validade e urgência de experiências educativas que podem se realizar além do sistema educacional institucionalizado. Com essa visão abrem-se no horizonte inúmeras possibilidades conscientizadoras, libertárias e emancipatórias, dentre as quais entendemos possível a inserção do ambiente cooperativista.

A cooperativa, retomando aquela autêntica formação comunitária-coletivista, que preconiza a prática autogestionária, exigindo e promovendo a participação democrática dos seus cooperados em todos os âmbitos da organização (na gestão, na repartição de sobras, bem como no processo produtivo, quando imaginamos uma cooperativa de produção), essa formação cooperativa pode se revelar como lugar, meio e concretização de uma prática crítico-emancipatória.

Por sua essencialidade de associação de pessoas, a cooperativa coloca os cooperados em comunhão. Este é um dos passos apontados por Freire para o aprendizado e a libertação: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.” E prossegue: “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si

⁴³⁶ FREIRE, *Pedagogia...*, p. 46.

mesmo: os homens se educam em comunhão mediatizados pelo mundo.”⁴³⁷ O cooperativismo traz em si uma lógica coletivista, de reunião de pessoas, de inter-relacionamentos. Tendo a autogestão como pilar de fundação, promove o diálogo e o encontro com o outro.

Não obstante essa marcante lógica interna plural, a cooperativa enfrenta na exterioridade a contradição de estar inserida em uma sociedade fragmentada e individualizada. Embate este que é duramente negligenciado seja por uma promoção histórica ideologizada ou pela dificuldade de ser a cooperativa vista e compreendida institucionalmente e juridicamente, como se buscou esboçar anteriormente⁴³⁸.

“A comunhão”, segundo Freire, “provoca a co-laboração”⁴³⁹, outra observação que privilegia a organização cooperativa, na qual os cooperados se unem para co-operar, operar em conjunto, reúnem-se para co-laborar, laborar em conjunto. Além de colocar indivíduos em comunhão co-laborativa, alterando o foco das preocupações e interesses comumente individuais para grupo, a cooperativa concede aos cooperados a possibilidade da *palavra*. A autogestão, que caracteriza uma organização genuinamente cooperativa, a participação democrática de cada cooperado, permite a troca intersubjetiva e assim permite o encontro de cada um consigo mesmo (no ato de poder se expressar) e com os demais (ao poder ouvi-los e compreendê-los). Como resultado da intercomunicação, do encontro com o outro, “O que antes era fechamento, pouco a pouco se vai abrindo; a consciência passa a escutar os apelos que a convocam sempre mais além de seus limites: faz-se a crítica.”⁴⁴⁰ Aprende-se pela reciprocidade de consciências. Este é o resultado do ‘círculo de cultura’, na metodologia pedagógica freiriana, que congrega os educandos e educadores em processo de alfabetização. Nestes círculos, o universo em que estão inseridos é objetado, nele o alfabetizando se reencontra e encontra com os outros e nos outros, “da coincidência das intenções que os reúnem, surge a comunicação, o diálogo que critica e promove os participantes do círculo.”⁴⁴¹ Apesar da referência expressa aos círculos de cultura, poderíamos imaginar tal descrição como o encontro de cooperados que gestionam democraticamente seu grupo? Como empreendimento autogerido, a cooperativa pode se revelar como um micro espaço para realização de uma “mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum, inteiramente nova”⁴⁴². A cooperativa pode ser o lugar que permita a descoberta de si, dos outros e das circunstâncias que cercam os sujeitos através do continuado processo de diálogo,

⁴³⁷ FREIRE, *Pedagogia...*, p. 58; 79.

⁴³⁸ Ao longo dos três momentos do Capítulo II.

⁴³⁹ FREIRE, *Pedagogia...*, p. 197.

⁴⁴⁰ FIORI, *op. cit.*, p. 07.

⁴⁴¹ *Ibid.*, p. 10.

⁴⁴² GUILLERM; BOUDET, *op. cit.*, p. 14.

na busca por esclarecer os objetivos e as possibilidades, os acertos e os erros, as vitórias e dificuldades pelas quais passam – juntos – aqueles que se deixam tocar pela experiência cooperativa. Guiada por uma ação dialógica, “a organização jamais será a justaposição de indivíduos que, gregarizados, se relacionem mecaniscistamente.”⁴⁴³

Pela possibilidade de objetarem o mundo em que estão inseridos, pelo contínuo pensar, repensar, questionar, ouvir e falar, “as cooperativas podem ser olhadas como um meio de transformação social (...) De facto, não se pode ignorar (...) o seu potencial de irradiação social”⁴⁴⁴, e, por traduzirem uma ambição transformadora, não se deve medir a sua eficácia avaliando cada iniciativa isoladamente, mas diante de um grupo de pessoas que emerge para seu próprio mundo. Assim, a cooperação deve se propor a uma atitude ético-crítica, em confronto com o sistema hegemônico. Para tanto, é de se afastar do individualismo e compreender a cooperação enquanto energia transformadora, investindo em práticas voltadas para um contexto relativizado num exercício articulado com a maior diversidade das experiências possíveis. Em termos pedagógicos críticos, pode ser a cooperativa possibilidade para o processo de conscientização, a oportunidade de que oprimidos se tornem sujeitos de sua própria história.

Porém exige-se uma visão ampla sobre o cooperativismo. Deve-se olhar além da sua possibilidade econômica, que sem dúvida é importante e necessária. Ainda assim, a cooperativa traz em si um potencial de transformação aos sujeitos envolvidos. Pode-se identificar um caráter político nesta organização.

Também, a preocupação com novas formas de sociabilidade demonstra outra análise à cooperativa, que a leva além do âmbito econômico. Muitas experiências são vividas neste sentido, ainda que desperte pouco interesse à sociedade de um modo geral. Isso não lhe retira o valor, ao contrário, torna-as ainda mais salutar. Trabalhos que nos apontam para a validade de investir no humano. Descobrir as potencialidades veladas. Neste sentido, de modo ilustrativo, diante de um estudo a partir da agricultura familiar, na busca de meios mais dignos de sobreviver e conviver, ressalta-se:

Se fossemos aqui neste estudo avaliar a produção familiar nos ditames do capital, não haveria nada de novo a construir, senão condená-la à passividade para a adaptação ou exclusão. (...) Arriscamos a crítica ao modo de pensar unicamente capitalista e procuramos nos fortalecer em argumentos necessários para construir formas novas e futuras na prática da agricultura familiar. Estas formas incluem a revitalização de suas sociabilidades, integração social,

⁴⁴³ FREIRE, *Pedagogia...*, p. 204.

⁴⁴⁴ NAMORADO, *Introdução...*, p. 14.

participação num patrimônio cultural, acesso às condições de exercício de cidadania e principalmente o resgate da originalidade pessoal.⁴⁴⁵

O crescimento que o processo de autogestão pode levar em uma organização cooperativa pode transformar o cooperado, que deixa de ser aquele ser desprovido de qualquer conhecimento (como depósito a ser preenchido), para se descobrir valioso. O exercício de estar em co-laboração dialógica permite “não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais.” E, prossegue o autor, “está vinculada não apenas à produção de conhecimentos, mas ao próprio *pôr-se-para-si-como-valioso* dos sujeitos históricos que assumem compromissos com a transformação das sociedades em função do bem-viver coletivo.”⁴⁴⁶

Nesta descoberta e construção de si como valoroso, é exemplar o testemunho de uma cooperada integrante Cooperativa de Embalagens Brasil – COEMBRA, que relata seu aprendizado e as transformações possibilitadas pelo processo autogestionário cooperativo:

A oportunidade de fazer uma coisa eu mesma, de estar criando, estar ajudando em alguma coisa. A oportunidade de poder ter um pensamento e poder estar levando este pensamento à frente. De ter uma idéia e levar aquela idéia à frente. Apresentar numa reunião um projeto meu, uma idéia que eu tive ... já no outro local não [trabalhando como assalariada], são outras pessoas que fazem, você só faz o que o outro manda. É o patrão que determina o que você faz, então você vai e só deve fazer aquilo. Você não tem direito ficar pensando por você mesmo. Eu não tinha o direito de ficar pensando por mim mesmo. E aqui não. Aqui eu tenho. A sensação que eu estou criando, que eu ajudei a construir, é uma coisa que é importante!

(...)

trabalhando, como empregado eu me sentia muito travada, me sentia com uma espada me apertando a cabeça. Na cooperativa não; você tem idéias, você tem planos.

(...)

Todas sextas-feiras nas nossas reuniões a gente (...) pega o nosso caderninho e todo mundo expõe os seus planos, idéias, algumas novidades, alguma coisa, né. E é respeitado, todo mundo presta atenção no que o outro está falando, todo mundo pensa, pondera, questiona...

(...)

Olha! Eu digo para você que eu estou aprendendo... que eu estou aprendendo. Como eu disse é complicado esse processo de autogestão, acostumar a ser minha própria patroa... Não posso dizer que eu sou uma expert, eu estou aprendendo...

[esse aprendizado] É impensável em um empresa tradicional, ainda mais eu né, que tenho pouco estudo. Só tinha que ouvir, ficar com a boca selada. Só tinha que ouvir.

(...)

Foi uma mudança muito grande.⁴⁴⁷

⁴⁴⁵ CRUZ, Telma Viana da. *Uma reflexão sobre agricultura familiar e complexidade: uma experiência de educação social*. Ponta Grossa, 1999. 53 f. Monografia (Pós-Graduação em Política de Atendimento à Infância e Juventude) – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁴⁴⁶ MANCE, Euclides André. Educação popular libertadora. In MANCE, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁴⁷ *Apud* GONÇALVES, *op. cit.*, p. 34-35.

A transformação de cada sujeito no encontro com o outro e ao descobrir o mundo ao objetivá-lo permite a conscientização de que nos fala Freire. Essa conscientização, por sua vez, convida o sujeito a assumir uma posição utópica diante do mundo em que vive, transforma-se em ‘fator utópico’. “O utópico não é o irrealizável; utopia não é idealismo. É dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por essa razão, a utopia é também um compromisso histórico”⁴⁴⁸.

No processo dialético de denúncia e anúncio relatado por Freire, Dussel interpreta a *denúncia* como o momento negativo da *crítica-discursiva comunitária*. Trata-se da crítica ao sistema que causa negatividade, é consciência do oprimido quanto à realidade que lhe causa exclusão⁴⁴⁹. O momento positivo surge com o *anúncio*, que exige dos oprimidos “imaginar, recorrendo à razão estratégica, instrumental e teórica, os momentos procedimentais ou morais que têm de ser transformados.” Não se trata da razão sonhadora, mas sim o que Dussel chamou de “inédito viável”, ou seja, o que ainda não se tem, porém que é possível de se realizar. Através de uma nova consensualidade, utilizando-se de procedimentos democrático-críticos, deve-se buscar a invenção e análise de alternativas⁴⁵⁰.

Neste sentido também é possível vislumbrar a utopia cooperativista como alternativa, pois tem como fundamento a prática democrática, estendida a todos os cooperados. Estes como questionadores das condições em que trabalham e convivem, descobrem-se no mesmo processo em que descobrem o outro e mundo que os mediatiza.

A conscientização, pelo par reflexão-ação, possibilita a busca por uma nova realidade⁴⁵¹. Através desta *práxis*, de constante questionamento e atitude, os sujeitos relacionam entre si e entre a comunidade, identificando e transformando as estruturas vigentes, alcançando a cada passo a *libertação* diante das (novas) negatividades.

Se algumas experiências não forem impedidas, como ocorre jurídico e institucionalmente, pode-se vislumbrar um horizonte de possibilidades ao voltar a análise às cooperativas, por sua capacidade de emancipação e conscientização dos sujeitos envolvidos.

⁴⁴⁸ FREIRE, *Conscientização* ..., p. 27.

⁴⁴⁹ É neste momento da crítica, quando da denúncia, que surge o *dissenso*, seguindo as lições de Dussel, diante da validade formal anti-hegemônica. Isto porque o ato de fala da vítima se opõe à consensualidade daquela validade intersubjetiva da comunidade dominante, que forma a Teoria do Discurso. (DUSSEL, *Ética da Libertação*..., p. 470.)

⁴⁵⁰ *Ibid.*, p. 471.

⁴⁵¹ Que será por sua vez objeto de uma nova reflexão crítica. É um processo que não deve se encerrar.

CONCLUSÃO

*Caminante, son tus huellas
el camino, y nada más;
caminante, no hay camino
se hace camino al andar...*⁴⁵²

Antonio Machado

Por nossa realidade concreta de país situado na periferia mundial, detentor de extensas áreas de produção agrícola, que tem por opção o cultivo de monoculturas, especialmente soja, destinadas à exportação no lugar de priorizar a alimentação de milhões de pessoas com outros cultivos⁴⁵³, que sente aumentando a violência e a insegurança a níveis alarmantes, que se despreocupa com a proteção ambiental, subsumida aos interesses do ‘mercado’ comercial, por estas situações e tantas outras que causam desconforto e indignação, não há possibilidade para abster-se. Diante das não realizações emancipatórias que clamam por serem vistas, é responsabilidade inafastável o questionamento sobre a realidade em que vivemos: quais são as ações e opções a que correspondem esses resultados; porque foram feitas essas opções; existem outras formas de produzir para se viver?

Poderíamos dizer que estes são reflexos das condições de produção e reprodução de uma determinada sociedade, uma determinada mentalidade que se espalha por todos os campos do conhecimento⁴⁵⁴. São resultados das insuficiências da perspectiva dominante diante de uma realidade da qual se descolou. São pistas de uma crise de racionalidade. O momento da transição entre esta e outra nova.

Em momentos de crise paradigmática, segundo Boaventura, muitos são os riscos, perigos e inseguranças, porém também multiplicam-se as oportunidades, a busca por inovações criativas⁴⁵⁵. Neste sentido acreditamos válida a retomada e valorização efetiva do fenômeno cooperativo.

Historicamente formado como movimento contestatório, o cooperativismo teve no Brasil uma instituição diversa, que colocou em cheque os valores originários. Notadamente quando se toma a regulação jurídica do tema, decorrentes de racionalidades diferentes, o

⁴⁵² “Caminhante, são tuas pegadas o caminho e nada mais; caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar...” (tradução livre)

⁴⁵³ Segundo Boaventura de Sousa Santos, se nas áreas em que se produz soja no Brasil fossem cultivados milho e feijão 40 milhões de pessoas poderiam ser alimentadas. (SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 24.)

⁴⁵⁴ Com a noção paradigmática anteriormente trabalhada.

⁴⁵⁵ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 186.

direito ao voltar-se para o cooperativismo no Brasil permitiu o desvirtuamento da proposta questionadora.

Na busca por esta verificação, para uma aproximação dos conteúdos tanto do direito como do cooperativismo, buscou-se considerá-los em seus contextos, ressaltando por suas cargas significativas culturais. Por isso, buscou-se ao longo desta pesquisa ressaltar uma compreensão problematizadora da história do direito. Esta preocupação guiou a eleição de um recorte específico na comumente linearizada história da humanidade. Procuramos estudar o momento de congruência das energias que posteriormente reforçaram os traços de um modelo chamado Modernidade.

Buscando romper com a corriqueira utilização da histórica como elemento introdutório na análise de determinado assunto, ou, mais grave, a utilização histórica com a intenção de ‘rebuscar’ o discurso, empenhamos esforço para trabalhar um momento histórico por sua essencialidade e buscar-lhe as características fundantes de uma específica formação social. Esta é uma tarefa repleta de desafios, pois constantemente somos tentados por armadilhas, por vezes seduzidos por leituras ainda não despertadas por tal criticidade. Circunstâncias que não isentam da busca pela melhor utilização da leitura histórica.

Os historiadores têm importância porque ajudam a perceber o presente. Os historiadores tratam sobre o passado, mas, no fundo, tem que servir, como toda a gente, ao presente e, por isso, se a história não tiver nenhum significado para o presente, para tornar a sociedade atual mais perfeita, menos injusta, a história não tem grande sentido. Ou seja, o historiador não deve ser apenas um amante de coisas antigas, do passado pelo passado, mas deve tentar perceber a sociedade em que vive, para melhorá-la naturalmente.

Nesta tentativa, buscou-se eleger um determinado momento histórico que permitisse ampliar a compreensão dos ideários e formulações que formam a atualidade. O recorte na história foi trabalhado como um quadro ou uma imagem, que longe de ser estática, compõe-se pela interação dos diversos elementos que a forma. Individualmente cada um destes elementos possui uma essencialidade e, em conjunto, formam o momento histórico, sem dúvida, muito mais rico do que possa ser captado pela fotografia. Ainda assim, certos da limitação imposta pela visão exterior, este trabalho propôs analisar a Modernidade Ocidental, em sua formação jurídica, isto porque naquele específico momento cristalizaram-se características que ajudam a compreender o modelo de direito que hoje é determinante em nossas sociedades.

A pesquisa guiada, ou atenta aos fenômenos histórico-sociais, possibilita um espírito jurídico mais amplo, aberto para outros valores sociais, para outros modelos de justiça e de direito, para outras formas de pensar e raciocinar sobre o Direito, ou seja, para outros

discursos jurídicos. Um discurso mais liberto do direito vigente e mais capaz de se adaptar à pluralidade e à mudança, típicas do mundo contemporâneo.

Analisando o Direito como um produto histórico, pode-se percebê-lo na interação com a sociedade que o criou. Utilizando-se da ferramenta histórica, permite-se ir além da descrição tal como são o direito e seus conteúdos (normas, conceitos e sua lógica argumentativa). Ao contrário, descreve-se o direito e os seus conteúdos em função dos seus contextos (social, cultural, econômico, filosófico), procurando explicar por que são de tal forma. Abre-se a possibilidade de uma visão exterior (não técnica, não dogmática) do direito. Através dessa exterioridade, pode-se perceber o caráter artificial (dado), cultural ou local do direito. Pode-se desvelar a auto-representação jurídica: a idéia cria o direito de si mesmo; o direito cria a realidade jurídica.

Dentre as infinitas interações que contribuíram para a formação da modernidade ocidental, discorreu-se sobre alguns campos da vida social: o modo de produção, as relações no interior da sociedade, as representações de mundo ou ideologias e a estrutura do poder, verificados na incipiente sociedade moderna, que se desvencilhava da anterior sociedade holística medieval. Muitas correntes e teorias representam a alteração de mentalidade que marca essa ruptura. Evidenciamos especialmente aquelas determinantes na formação da *nova* juridicidade moderna, que lhe conferiu um caráter fortemente individualista. Por seu contexto, o direito tornou-se resultante de uma sociedade formada pelo modo de produção capitalista, por uma ideologia liberal-individualista, uma formação social resultante da contradição entre classes, cuja hegemonia acabou sendo abarcada pela burguesia, estruturada num poder centralizado.

Par e passo com essa formação, o cooperativismo surge na era moderna e no contexto europeu marcadamente como reação a muitas dessas essencialidades. O fenômeno cooperativo foi em sua origem um movimento de trabalhadores que, em conjunto – e não individualmente – buscavam melhores condições que aquelas propiciadas pelo incipiente modo de produção. Também se caracteriza por um movimento notadamente formado pela classe marginalizada dos trabalhadores, em oposição aos burgueses detentores dos meios de produção.

Desvelados os contextos e influências que explicam os traços originais constituintes tanto do direito quanto do cooperativismo, abre-se à verificação a inadequação desses dois universos. Formou-se um direito liberal-individualista que pretende regular a prática cooperativa plural e coletiva. Compreende-se a institucionalização de uma outra forma de cooperativa que apenas formalmente leva essa designação, pois guarda pouco ou nada das

características originárias do movimento cooperativista. Viu-se no Brasil a promoção de empreendimentos de grande porte, voltados àquela estrutura agrícola de exportação, inicialmente referida. O momento de fomento cooperativista no país elucida o favorecimento elitista, ocorrido durante o período militar. Nesse contexto se estabeleceu a Lei de Cooperativismo (Lei Federal 5.764/71), com grandes marcas dessa opção político-econômica.

Este é o cenário em que se questiona a regulação do cooperativismo. E só existe questionamento porque estamos nos referindo a um autêntico cooperativismo, voltado para a coletividade em seu interior. Tratam-se de experiências que vivenciam a forma autogestionária. Organizações que são atravessadas de canto a outro pela participação de seus cooperados. A valorização do humano, da capacidade criativa e responsabilidade possível em cada sujeito em comunhão, a busca por uma forma diferente de viver, trabalhar e produzir, alternativa à exploração individualizante capitalista. Estes são valores que marcam o verdadeiro cooperativismo.

A partir da crise constatada nas mais diversas áreas, projeta-se para a busca por alternativas, modelos alternativos, tanto teóricos como práticos. Numa preocupação dinâmica, processual, dialética tanto no âmbito do conhecimento quanto no âmbito da prática, as contradições e impasses apontam para a busca do *NOVO*, que apenas será construído pelos sujeitos excluídos da perspectiva hegemônica atual.

Nessa leitura, tem papel fundamental o que Boaventura denominou imaginação utópica⁴⁵⁶. Para muito além de uma ilusão ingênua e perigosa, como alguns poderiam qualificar, utopia é uma chamada à mudança, pois se apresenta como crítica aberta ou velada à sociedade existente ou que poderia existir. Neste caráter reside a importância da reflexão e ação em busca de outras possibilidades que não foram seguidas e que talvez realmente possam trazer a emancipação. Refere-se também ao que Freire denominou denúncia-anúncio⁴⁵⁷. Cabe aos sujeitos realizarem a denúncia das condições deshumanizantes, mas deve-se ir além, buscar o anúncio de novas realidades, que promovam um mundo melhor. Já para Dussel tem lugar a “utopia possível”, aquela com factibilidade, pois “se o ‘atual’ não permite que se viva é preciso imaginar um ‘mundo onde seja possível viver’”⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ SANTOS, *Para um novo senso comum...*, p. 19.

⁴⁵⁷ FREIRE, *Conscientização ...*, p. 27.

⁴⁵⁸ DUSSEL, *Ética da Libertação...*, p. 476.

Neste sentido, deve se afirmar a crítica à razão indolente, em sua indiferença e displicência tornada dominante, que, especificamente no âmbito jurídico, tem promovido o desperdício da experiência cooperativista⁴⁵⁹.

Por suas características fundantes, pretende-se verificar na cooperativa uma possibilidade de realizar a conscientização dos sujeitos, pois “não existe transformação da realidade sem a libertação do ser humano.”⁴⁶⁰ A cooperativa, por se tratar de uma associação de pessoas, voltadas para fins não exclusivamente econômicos, traduz a possibilidade do processo ético-crítico: na comunhão, cada sujeito liberta-se a si ao mesmo tempo que fomenta a libertação dos demais, como resultado da necessidade de compreensão do mundo no qual estão inseridos, necessidade que é inerente à realidade cooperativa. A prática dialógica da autogestão cooperativa permite o encontro com o outro, ainda que imersa em um mundo individualista e alienante. Ao retomar a lógica diferenciada e específica da cooperação no interior das experiências cooperativas, pretende-se analisar as possibilidades do diálogo comunitário na formação de sujeitos conscientizados e comprometidos na transformação do mundo que percebem estarem inseridos.

Com o olhar voltado ao horizonte que se abre a novas percepções, podemos ver na prática cooperativista a valorização do humano, dentro do coletivo. Cada sujeito liberta-se em sua conscientização, que, por sua vez, ocorre em comunhão. Apenas em conjunto os sujeitos tomam em suas mãos os rumos de suas vidas e se tornam agentes de mudança do mundo. Essa é a prática da cooperação autogestionária presente nas autênticas cooperativas. Permitindo ao cooperado o *privilégio* do diálogo, permite-se a construção de novos alicerces, que talvez apontem para uma outra sociedade a se construir.

⁴⁵⁹ Analogia que se refere ao título do volume 1 da obra de Boaventura: *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*.

⁴⁶⁰ PELUSO, Luis Alberto. *O projeto da modernidade no Brasil*. Campinas: Papirus, 1994. p. 44.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Vol. 7. Tradução de António Ramos Rosa e António Borges Coelho. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

ARGÜELLO, Katie Silene Cáceres. *O Ícaro da Modernidade*. Direito e Política em Max Weber. São Paulo: Acadêmica, 1997.

AZURMENDI, Joxe. *El Hombre Cooperativo*. Pensamiento de Arizmendiarieta. 2. ed. Berastegi: Editora Azatza, 1991.

BANCAL, Jean. *Proudhon, pluralismo e autogestão*. Vol. 1. Brasília: Novos Tempos, 1984.

BECHO, Renato Lopes. *Elementos de Direito Cooperativo* (de acordo com o novo Código Civil). São Paulo: Dialética, 2002.

BERNARD, Philippe J. *Perversões da utopia moderna*. Tradução de Cristina Murachco. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

BOBBIO, Norberto. *Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant*. 4. ed. Brasília: UnB, 1997.

BORGES, Guilherme Roman. Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001

BULGARELLI, Waldirio. *As Sociedades Cooperativas e sua Disciplina Jurídica*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Renovar, 2000.

CARNEIRO, Palmyos Paixão. *Cooperativismo: o princípio cooperativo e a força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 1981.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes. *O que é Capitalismo?* São Paulo: Abril Cultural; Editora Brasiliense, 1984.

CHAUÍ, Marilena. Vida e Obra. In Kant, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

COELHO, Luiz Fernando. *Teoria Crítica do Direito*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber: Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2005. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

CRUZ, André Viana. *Uma análise pluralista do cooperativismo como proposta de proteção aos bens culturais*: Novas perspectivas para os acervos arqueológicos com identidade indígena. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2006.

CRUZ, Telma Viana da. *Uma reflexão sobre agricultura familiar e complexidade: uma experiência de educação social*. Ponta Grossa, 1999. 53 f. Monografia (Pós-Graduação em Política de Atendimento à Infância e Juventude) – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão* (trad. Georges I. Maissiat). 2. ed. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, Enrique. *Método para uma filosofia de libertação: superação analética da dialética hegeliana* (trad. Jandir João Zonotelli). São Paulo: Loyola, 1986.

FARIA, José Ricardo Vargas de. Autogestão. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: UFPR, 2005.

FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FLEURY, Maria Teresa Leme. *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Global, 1983.

FONSECA, Ricardo Marcelo. *Do sujeito de direito à sujeição jurídica: Uma Leitura Arqueogenealógica do Contrato de Trabalho*. Curitiba, 2001. 262 f. Tese (Doutorado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. *A Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GEDIEL, José Antônio Peres; SILVA, Eduardo Faria. Parecer. In GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Estudos de direito cooperativo e cidadania*. Curitiba: UFPR, 2005.

GIACOIA JUNIOR, Oswaldo. *Pequeno dicionário de filosofia contemporânea*. São Paulo: Publifolha, 2006.

GONÇALVES, Marcos Rafael G. *A utopia cooperativista regulada pelo direito: crítica para uma filosofia jurídica transmoderna*. Curitiba, 2006. 205 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

GUILLERM, Alain; BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HADDAD, Fernando. *Sindicatos, Cooperativas e socialismo*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003. (Coleção Socialismo em Discussão).

HELFERICH, Christoph. *História da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Européia: Síntese de um milênio*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

HOBSBAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

INOJOSA, Rose Maria. Redes de Compromisso Social. In: *Revista de Administração Pública - RAP*, Rio de Janeiro: FGV, v. 33, n. 5, set./out., 1999.

JORGE, J. Simões. *A ideologia de Paulo Freire*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1981.

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é iluminismo? In KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 2002.

KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LASKI, Harold J. *O Liberalismo Europeu*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, s/d.

LOPES, Idevan César Rauen. Aspectos sobre a legalização das sociedades cooperativas. In: GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Os caminhos do cooperativismo*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

LUDWIG, Celso. *Para uma Filosofia Jurídica da Libertação: Paradigmas da Filosofia, Filosofia da Libertação e Direito Alternativo*. Florianópolis: Conceito Editorial, 2006.

LUDWIG, Celso. *Paradigmas da Filosofia*. Material do curso Filosofia do Direito, Disciplina Fundamental ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, primeiro semestre de 2006.

MANCE, Euclides André (Org.). *Como organizar redes solidárias*. Rio de Janeiro: DP&A; FASE; IFIL, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Tradução de João Maia. 6. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna.- 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. Teoria e Processo Histórico da Revolução Social. *In* FERNANDES, Florestan. *K. Marx / F. Engels: História*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

MAILLÉ, Michel. *Introdução crítica ao direito*. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.

MORAES, José Luiz Bolzan de. Prefácio. *In* WARAT, Luis Alberto. *Introdução geral ao direito*. Vol. II: A Epistemologia Jurídica da Modernidade. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1995, reimpressão, 2002.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. Campinas: Papirus, 1997.

MOTTA, Fernando C. Prestes. *Burocracia e Autogestão: a proposta de Proudhon*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. *In* SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil*. A autogestão como resposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção economia).

NAMORADO, Rui. Cooperativismo: um horizonte possível. *In*: GEDIEL, José Antônio Peres (org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005.

NAMORADO, Rui. *Horizonte Cooperativo: Política e Projecto*. Coimbra: Almedina, 2001.

NAMORADO, Rui. *Introdução ao Direito Cooperativo*. Para uma expressão jurídica da cooperatividade. Coimbra: Almedina, 2000.

NAMORADO, Rui. *Os Princípios Cooperativos*. Coimbra: Fora do Texto; Cooperativa Editorial de Coimbra - CRL, 1995.

OLIVEIRA, José Cláudio Ribeiro. Principais Problemas envolvendo as Cooperativas no Novo Código Civil. *In* BECHO, Renato Lopes (Coord.) *Problemas atuais do Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002.

OLIVEIRA, José Lamartine Correa de. *Conceito da Pessoa Jurídica*. Tese (livre docência em Direito Civil) - Faculdade de Direito, Universidade do Paraná. Curitiba, 1969, f.168.

OLIVEIRA, José Eduardo Lamartine de Correia de. *A dupla crise da pessoa jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1979.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Os diferentes significados histórico-políticos das concepções de “economia social” e “economia solidária”. GEDIEL, José Antônio Peres (Org.). *Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania*. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR, 2005.

PELUSO, Luis Alberto. *O projeto da modernidade no Brasil*. Campinas: Papirus, 1994. p. 44.

PERIUS, Vergílio F. As sociedades cooperativas face o Novo Código Civil. In: BECHO, Renato Lopes. *Elementos de Direito Cooperativo* (de acordo com o novo Código Civil). São Paulo: Dialética, 2002.

PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional*. Tradução de Maria Cristina de Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

PONTES, Daniele Regina. *Configurações contemporâneas do cooperativismo brasileiro: da economia ao direito*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas: Curitiba, 2004.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: FASE, 1995.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo?* 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ROUANET, Sergio Paulo. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RUSS, Jacqueline. *O Socialismo Utópico*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social: para novos manifestos; vol. 2).

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. V.1. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. *Filosofia Jurídica da Alteridade: por uma aproximação entre o pluralismo jurídico e a filosofia de libertação Latino-Americana*. 4. tiragem. Curitiba: Juruá Editora, 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Uma utopia militante. Repensando o socialismo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). *A Economia Solidária no Brasil. A autogestão como resposta ao desemprego*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Coleção economia).

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Tradução: Elia Ferreira Edel. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

THIAGO, Raquel S. *Fourier: Utopia e esperança na península do Saí*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1995.

VÉRAS NETO, Francisco Quintanilha. *Cooperativismo: Nova Abordagem Sócio-Jurídica*. Curitiba: Juruá Editora, 2003.

VILLEY, Michel. *A formação do pensamento jurídico moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VILLEY, Michel. *Filosofia do direito: definições e fins do direito: os meios do direito*. Tradução Márcia Valéria Martines de Aguiar. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção justiça e direito)

WAUTIER, Anne Marie. Economia Social na França. In CATTANI, Antonio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Síntese de uma história das idéias jurídicas: da antiguidade à modernidade*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

WOLKMER, Antonio Carlos. O Direito como expressão da vontade e da razão humanas: Jean-Jacques Rousseau, Emmanuel Kant e Cesare Beccaria. In WOLKMER, Antonio Carlos (Coord.). *Fundamentos do Humanismo Jurídico no Ocidente*. Barueri: Manole; Florianópolis: Fundação José Arthur Boiteux, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Pluralismo Jurídico*. Fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. revista e atualizada. São Paulo: Editora Alfa Omega, 2001.